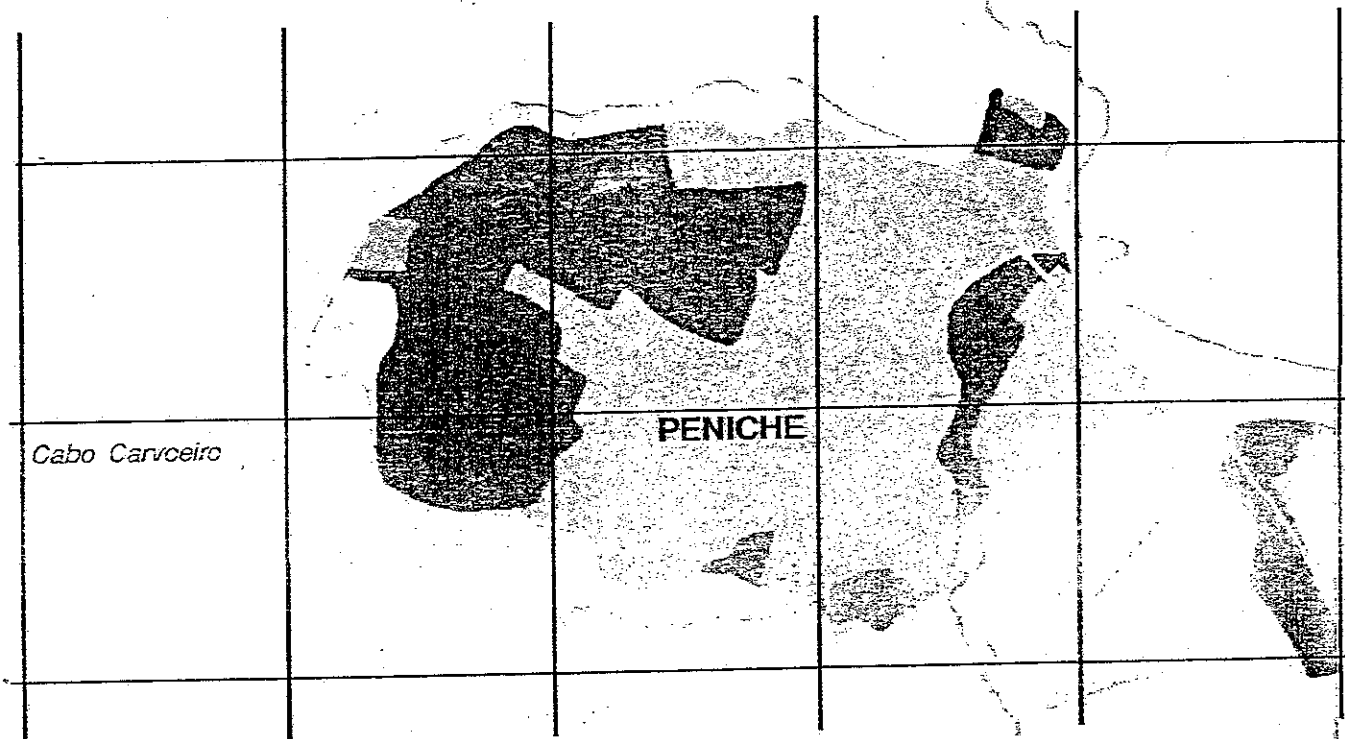




CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL



PROJECTO DO PLANO
RELATÓRIO E DESENHOS FUNDAMENTAIS

DEZEMBRO 1994



COBA

COLABORAÇÃO

Participou, na realização do PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE PENICHE, a seguinte equipa de Técnicos:

COORDENADOR GERAL

Joaquim Guilherme Castro Guerra	Engenheiro Agrónomo
---------------------------------------	---------------------

COORDENADORES SECTORIAIS

Hugo Hugon	Arquitecto
A. Oliveira das Neves	Economista

ESPECIALISTAS

Cristina C. Teixeira	Arquitecta
Gustavo Miranda	Economista
João Abel de Freitas	Economista
Francisco Martins	Engenheiro Agrónomo
Inês Guerra	Engenheira do Ambiente
Carlos M.L. Gonçalves	Engenheiro Civil
Dália Lázaro	Engenheira Civil
Estrela do Rosário	Engenheira Civil
Fernando Branco	Engenheiro Civil
José M. Cruz Morais	Engenheiro Civil
Carlos A. Santana Costa.....	Engenheiro Electrotécnico
Jorge Malheiros	Geógrafo
Virgílio Caldeira	Geólogo

ÍNDICES

MEMÓRIA

INDICE

MEMÓRIA

	Pág.
I - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	1
1 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO	1
1.1 - Enquadramento Geral	1
1.2 - Clima.....	5
1.3 - Recursos em água.....	5
1.4 - Solos	10
2 - SISTEMA BIOFÍSICO	13
2.1 - População.....	13
2.2 - Ocupação humana do território.....	14
2.3 - A ocupação agrícola e florestal do território.....	22
2.4 - Grandes linhas de inserção regional.....	23
2.4.1 - Sistemas de transportes.....	23
2.4.2 - Rede viária	28
2.4.2.1 - Articulação regional e nacional.....	28
2.4.2.2 - Ligações internas do concelho.....	31
2.4.2.3 - Interligações das redes nacional e local.....	33
2.4.3 - Telecomunicações	34
3 - ACTIVIDADES ECONÓMICAS	38
3.1 - Agricultura	38
3.1.1 - Estrutura sectorial	38
3.1.2 - Perspectivas de evolução do sector.....	38
3.2 - Pescas.....	39
3.2.1 - Actividade piscatória	40
3.2.2 - Indústria Conserveira e Transformação pelo Frio.....	40
3.2.3 - Síntese da Evolução Recente	41
3.3 - Indústria Transformadora.....	42
3.3.1 - Estrutura sectorial	42
3.3.2 - Condicionantes de desenvolvimento.....	44

	Pág.
3.4 - Energia	45
3.4.1 - Sistemas de abastecimento	45
3.4.2 - Consumos de energia e combustíveis	46
3.5 - Sector de Comercialização	47
3.6 - Actividade Turística	48
3.6.1 - Vocação Turística de Peniche	49
3.6.2 - Condicionantes de Desenvolvimento	50
4 - MERCADO DE TRABALHO E EMPREGO	51
4.1 - População activa e sua caracterização	51
4.2 - Mercado de trabalho e sua caracterização geral	51
4.3 - Ocupação de activos e estrutura empresarial	52
5 - REDE URBANA , AGLOMERADOS E PATRIMÓNIO	54
5.1 - O Sistema Urbano	54
5.1.1 - Panorama geral e principais problemas	54
5.1.2 - Relação entre ocupação urbana e património natural	55
5.1.2.1 - Costa sul do Concelho	58
5.1.2.2 - Bacia interior do rio S. Domingos	58
5.1.2.3 - Baixas do S. Domingos e bacia do Ferrel	59
5.1.2.4 - Faixa norte	59
5.1.2.5 - Península de Peniche - Cabo Carvoeiro	60
5.1.3 - Núcleos de ocupação. Sistemas urbanos	60
5.2 - Património Construído	66
5.2.1 - Património da cidade de Peniche	67
5.2.2 - Património de Atouguia da Baleia	69
5.2.3 - Património de Serra d'El-Rei	71
5.2.4 - Património de outros agregados e lugares do Concelho	71
5.3 - Rede de equipamentos e serviços	72
6.- HABITAÇÃO	78
6.1 - Caracterização do parque habitacional	78
6.2 - Evolução recente da construção para habitação	81
6.3 - Balanço habitacional do concelho	83
6.3.1 - Carências habitacionais acumuladas	83
6.3.2 - Intervenção em curso	85
6.3.3 - Estimativa preliminar de carências habitacionais	86

	Pág.
7 - INFRAESTRUTURAS BÁSICAS.....	89
7.1 - Abastecimento de água.....	89
7.2 - Drenagem e tratamento de águas residuais.....	90
7.3 - Recolha e eliminação de lixo e resíduos sólidos.....	95
 II - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO.....	 99
1 - INTRODUÇÃO.....	99
2 - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	100
2.1 - Quadro de referência regional e subregional.....	100
2.2 - Cenários de desenvolvimento para o Concelho.....	104
3 - OBJECTIVOS DO PDM.....	106
4 - ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO.....	107
 III - PERSPECTIVAS E PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	 113
1 - PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DO EMPREGO.....	113
1.1 - Projeções demográficas.....	113
1.2 - Tendências de evolução do emprego.....	116
1.2.1 - Sector das pescas.....	116
1.2.2 - A evolução do emprego agrícola.....	117
1.2.3 - As tendências de mercado de actividades económicas alternativas à estrutura actual.....	118
1.3 - Inserção na vida activa e formação profissional.....	118
2 - PERSPECTIVAS E PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SECTORES PRODUTIVOS.....	119
2.1 - Agricultura.....	119
2.2 - Pescas.....	119
2.3 - Indústria.....	121
2.4 - Estruturas de comercialização.....	123
2.5 - Turismo.....	125

	Pág.
3 - PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA REDE URBANA E DE EQUIPAMENTOS	130
3.1 - Perspectivas Gerais	130
3.2 - Rede Urbana	131
3.3 - Equipamentos	132
3.3.1 - Proposta para reestruturação da rede escolar	138
3.3.1.1 - Base de trabalho e princípios orientadores	138
3.3.1.2 - Cálculos da população escolar e sua distribuição espacial	140
3.3.1.3 - Capacidade da rede escolar instalada (89-90)	141
3.3.1.4 - Análise crítica da rede instalada	142
3.3.1.5 - Proposta de reconversão da rede escolar	144
3.3.2 - Rede de equipamentos desportivos de base	149
4 - ROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS	154
4.1 - Rede viária	154
4.1.1 - Ligações inter-concelhias e inter-regionais	154
4.1.2 - Ligações internas do concelho	156
4.1.2.1 - Estradas e caminhos municipais	156
4.1.2.2 - Rede de caminhos rurais	158
4.2 - Abastecimento de Água	162
4.2.1 - Evolução de consumos	162
4.2.2 - Sistemas de abastecimento de água - situação a curto e médio prazo	166
4.2.3 - Estimativa de custos	170
4.3 - Drenagem e tratamento de águas residuais	172
4.3.1 - Introdução	172
4.3.2 - Investimentos a Curto e Médio Prazo	174
4.4 - Recolha e eliminação de resíduos sólidos	175
5 - PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO E POLÍTICA DE SOLOS	178
IV - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	181
1 - ENQUADRAMENTO GERAL	181
1.1 - Linhas gerais da proposta de ordenamento	181
2 - CONDICIONANTES FUNDAMENTAIS	183
2.1 - Valores urbanos e arquitectónicos	183
2.2 - Infraestruturas	183
2.3 - Reserva Agrícola Nacional	184
2.4 - Reserva Ecológica Nacional	185

	Pág.
3 - REDES URBANAS	189
3.1 - Rede urbana principal e secundária.....	189
3.2 - Outros núcleos a desenvolver.....	191
3.3 - Áreas de desenvolvimento turístico especial	193
3.4 - Áreas industriais	194
4 - PATRIMÓNIO.....	195
5 - INFRAESTRUTURAS.....	197

	Pág.
3 - REDES URBANAS	189
3.1 - Rede urbana principal e secundária.....	189
3.2 - Outros núcleos a desenvolver.....	191
3.3 - Áreas de desenvolvimento turístico especial	193
3.4 - Áreas industriais	194
4 - PATRIMÓNIO.....	195
5 - INFRAESTRUTURAS.....	197

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
I.1.1 - Valores Médios dos Principais Parâmetros Climatológicos em Cabo Carvoeiro	6
I.1.2 - Áreas dos Solos do Concelho de Peniche Segundo a sua Classificação Pedológica	11
I.1.3 - Áreas dos Solos do Concelho de Peniche Segundo a sua Capacidade de Uso	12
I.2.1 - Evolução da População Residente (1981-1991)	15
I.2.2 - Evolução da Distribuição da População por Freguesias (1981-1991)	16
I.2.3 - Densidades Populacionais nos Concelhos do Agrupamento das Caldas da Rainha e no Continente	17
I.2.4 - População e Densidades Populacionais no Concelho de Peniche em 1981	18
I.2.5 - População Residente no Concelho de Peniche Segundo a Dimensão dos Aglomerados (%)	19
I.2.6 - Distribuição da População Segunda a Dimensão dos Aglomerados nos Concelhos do Agrupamento das Caldas e no Continente	21
I.2.7 - Rede de Transportes Escolares. Transportes em Carreiras Públicas - Ano Lectivo 1991/92	26
I.2.8 - Instalações Telefónicas	35
I.5.1 - Síntese dos Equipamentos e Serviços Disponíveis no Concelho	73
I.5.2 - Quadro Síntese da Rede de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços no Concelho	74
I.6.1 - Evolução do Alojamento (1981/91)	78
I.6.2 - Evolução da Ocupação dos Alojamentos (1971/81)	79
I.6.3 - Crescimento do Alojamento e da Procura de Alojamento	79
I.6.4 - Número de Famílias e Respective Alosamentos	80
I.6.5 - Condições de Habitabilidade em Peniche (1981)	81
I.6.6 - Relação de Licenças para Habitação	82
I.6.7 - Licenças de Construção de Habitação por Freguesia	83
I.6.8 - Caracterização da Situação Habitacional das Famílias Recenseadas como Carentes de Habitação	84
I.6.9 - Carencias Habitacionais por Freguesia	85
I.6.10 - Necessidades de Construção de Habitação	88
I.7.1 - Composição e Quantidade de Resíduos Sólidos no ano de 1991	98

	Pág.
I.7.2 - Utilização de Aterro Sanitário de Gaeiras no Período 1983 a 1990.....	98
III.1.1 - Projecções de População por Escalões Etários.....	115
III.1.2 - Projecções da Distribuição de População por Freguesia (Segundo as Tendências Evolutivas da Distribuição Populacional por Freguesia).....	115
III.1.3 - Projecções da Distribuição de Populações por Freguesias (Segundo a Distribuição Populacional Relativa, por Freguesias, em 1991).....	115
III.3.1 - Programação dos Equipamentos Desportivos de Base.....	151
III.4.1 - Evolução dos Consumos de Água no Concelho.....	163
III.4.2 - Balanço Disponibilidades - Consumos de Água no Concelho.....	165
III.4.3 - Estimativa de Custos dos Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.....	176

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE PENICHE

PROJECTO DO PLANO

ÍNDICE GERAL

RELATÓRIO

REGULAMENTO

DESENHOS

DESENHOS FUNDAMENTAIS

PDP351 - I - CARTA DE CONDICIONANTES

- Carta de Condicionante 1 - Património Edificado e Infraestruturas
- Carta de Condicionante 2 - Rede de Equipamentos e Serviços
- Carta de Condicionante 3 - Reserva Agrícola Nacional
- Carta de Condicionante 4 - Reserva Ecológica Nacional

PDP351 - II - CARTA DE ORDENAMENTO

DESENHOS COMPLEMENTARES

PDP351 - III - PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

DESENHOS ANEXOS

- PDP351 - 0 - Carta da Situação Actual
- PDP351 - 1 - Planta Oro-hidrográfica
- PDP351 - 2 - Ocupação Agrícola e Florestal
- PDP351 - 3 - Rede de Estradas Actual
- PDP351 - 4 - Percursos Rodoviários - Localização de Abrigos
- PDP351 - 5 - Transportes Escolares em Circuito Público
- PDP351 - 6 - Rede Energética e de Telecomunicações
- PDP351 - 7 - Carta do Património a Proteger
- PDP351 - 8 - Sistema de Abastecimento de Água
- PDP351 - 9 - Sistemas de Águas Residuais
- PDP351 - 10 - Planta da Rede Viária

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
I.1.1 - Enquadramento Ecológico	2
I.1.2 - Unidades Estruturais Regionais	3
I.1.3 - Carta Geológica	4
I.1.4 - Insolação (nº de horas de sol) - Valores Médios para o Período 1941/1970	7
I.1.5 - Temperatura Média Diária do Ar - Valores Médios para o Período 1941/1970	8
I.1.6 - Precipitação Média para o Período 1941/1970	9
I.2.1 - Evolução do TMD de Motorizados	27
I.2.2 - Extracto do Plano Rodoviário Nacional	30
I.2.3 - Número de Postos Telefónicos	36
I.2.4 - Número de Postos de Telex	36
I.2.5 - Número de Circuitos Telefónicos Regionais	37
I.5.1 - Quadro do Concelho de Peniche	57
III.1.1 - População Presente e Projectada	116
III.3.1 - Serviços Públicos	133
III.3.2 - Equipamento de Saúde	134
III.3.3 - Equipamento de Assistência	135
III.3.4 - Equipamento Desportivo, Cultural e Recreativo	136
III.3.5 - Equipamento Escolar Existente	137
III.3.6 - Rede Escolar Concelhia	139
III.3.7 - Equipamento Desportivo Existente	152
III.3.8 - Equipamento Desportivo Proposto - Reestruturação da Rede Existente	153
III.4.1 - Rede Viária	159
III.4.2 - Perfil Transversal Tipo para Caminhos Secundários	160
III.4.3 - Perfil Transversal Tipo para Caminhos Terciários	161
IV.4.1 - Património Edificado	196

COLABORAÇÃO

I - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

1 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO

1.1 - ENQUADRAMENTO GERAL

O Concelho de Peniche, com cerca de 76 km² de superfície total, situado na plataforma costeira portuguesa cerca da latitude de 39° Norte, enquadra-se numa faixa que fica a oeste da linha de alturas que nasce do maciço calcário de Porto de Mós e se prolonga pelas serras dos Candeeiros e de Montejunto até à de Sintra e integra as bacias hidrográficas dos pequenos rios e ribeiras que drenam a face ocidental daquele sistema montanhoso directamente para o mar. Dentro desta vasta região, designada genericamente como Região a Oeste da Serra de Candeeiros, o Concelho de Peniche integra, em conjunto com os Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré, a subregião de Alcobaça (ver figura I.1.1).

Em termos de estrutura física, no território do Concelho de Peniche estão representadas três grandes unidades estruturais:

- os maciços calcários que formam a península de Peniche;
- os vales tifónicos representados na zona de Serra d'El-Rei;
- a plataforma costeira, vasta zona aplanada bem definida a sul da lagoa de Óbidos e a leste do grande vale tifónico das Caldas da Rainha (ver figura I.1.2).

De um ponto de vista litoestratigráfico, a região de Peniche situa-se no lanço ocidental do sinclinal Mesozoico Português de orientação NE-SW, nele aflorando unidades atribuídas desde o Quaternário Moderno até ao Jurássico Inferior. (ver figura I.1.3).

Em termos orográficos (ver Desenho PDP/351-1), a linha de cotas dos 50 metros constitui um limite fundamental e define três grandes compartimentos:

- a zona a Sul da linha S. Bernardino - Coimbrã e a Oeste da Ribeira de S. Domingos com um relevo ondulado suave que nunca atinge a altitude de 100 metros;

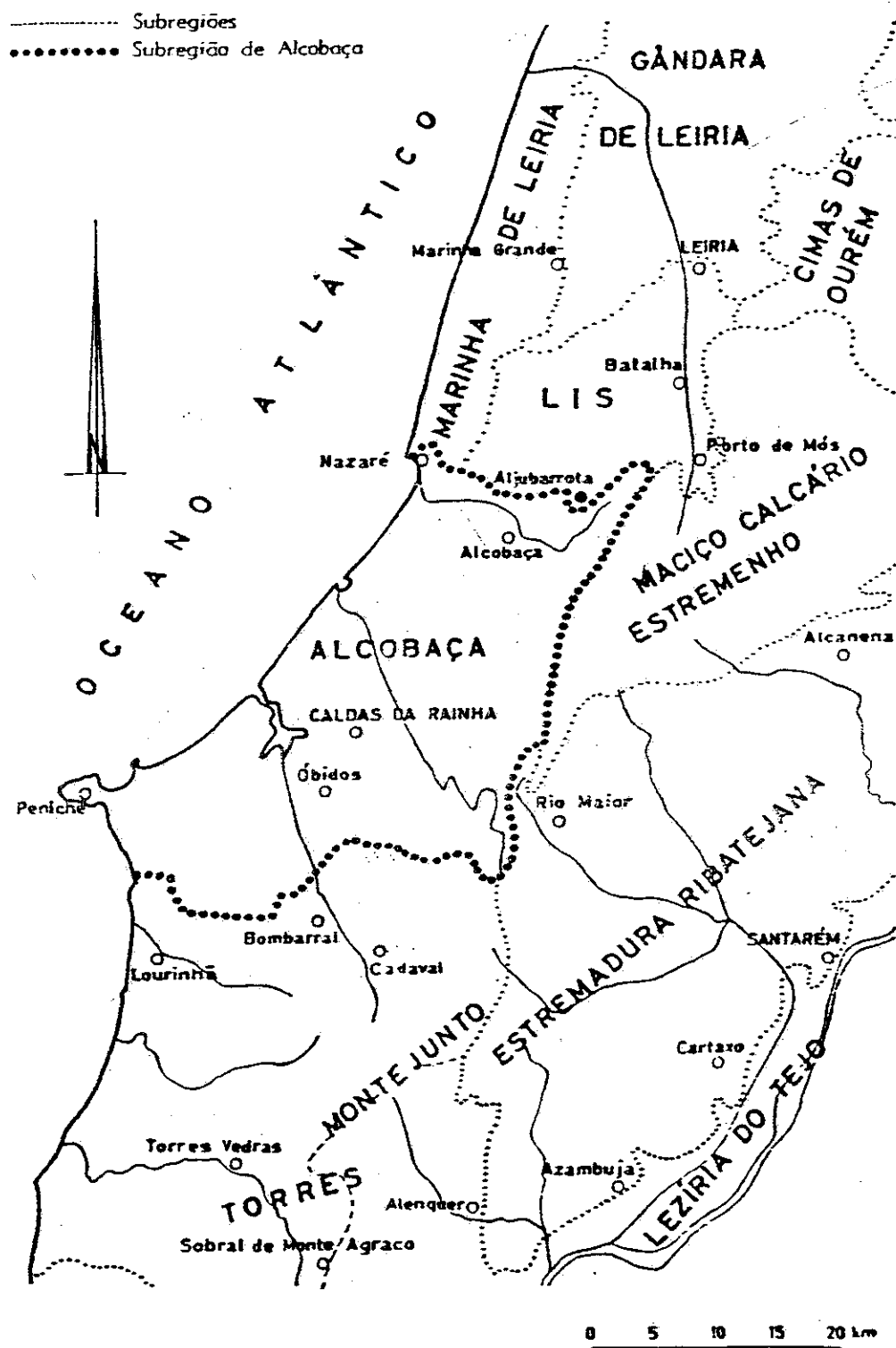


Fig I.11- Enquadramento ecológico

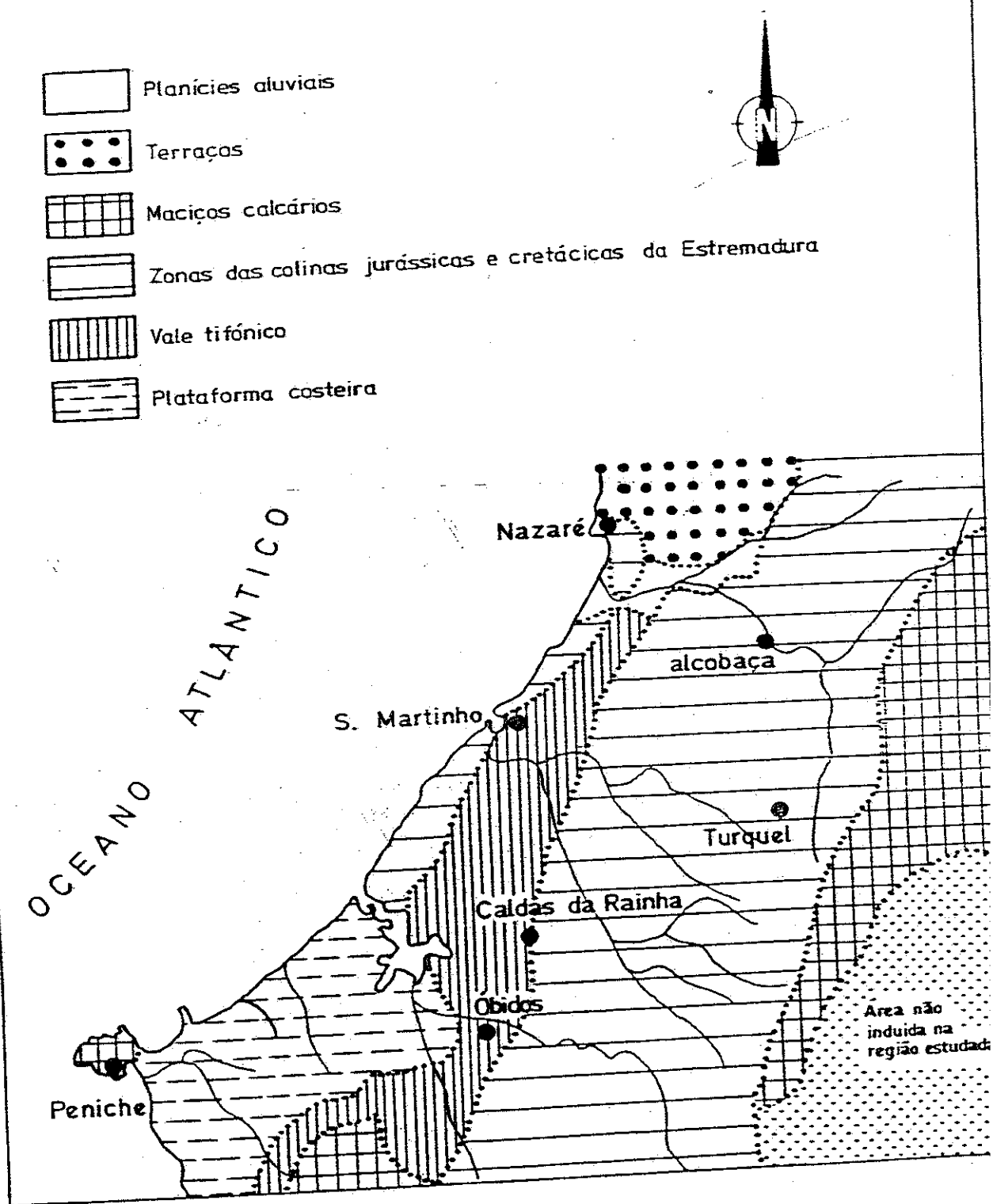
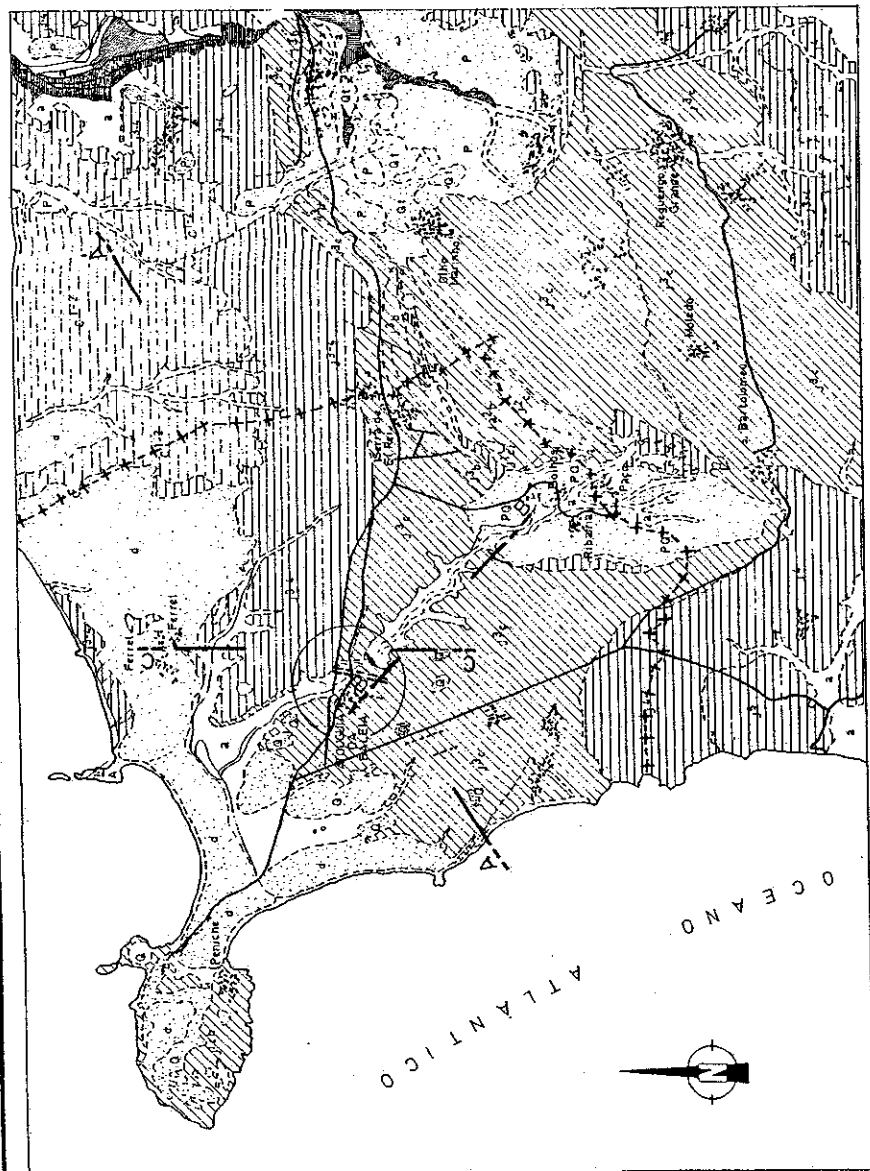
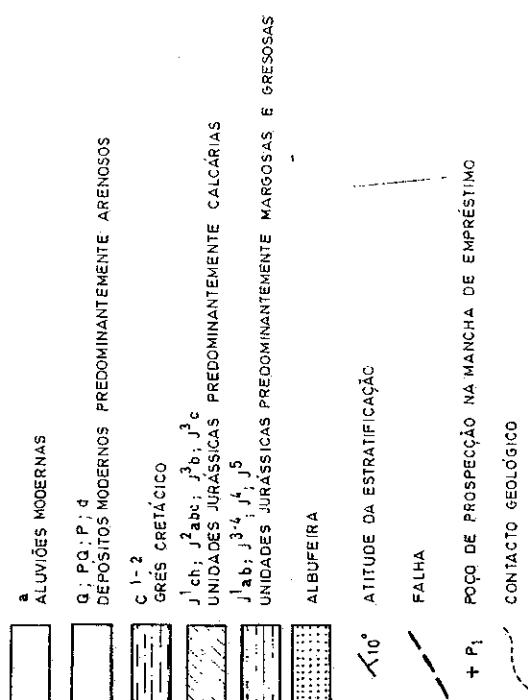


Fig.I.12- Unidades estruturais regionais. (Reproduzido de "A Região a Oeste (Serra dos Candieiros" - C.E.E.A. Lisboa 1961).

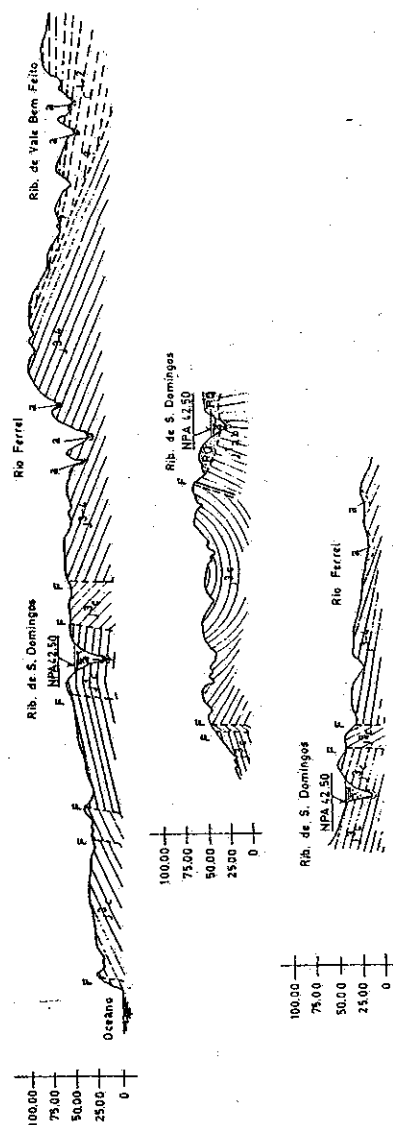


LEGENDA



CARTA GEOLÓGICA

ESCALA aprox. 1:100.000



PERFIS GEOLÓGICOS SIMPLIFICADOS

ESCALAS aprox. H.: 1:50.000
V.: 1:5.000

Fig. 1.13-- CARTA GEOLÓGICA

- a zona a Leste da Ribeira de S. Domingos e a Sul de uma linha marcada fundamentalmente por Casais de Mestre Mendo, Casais Brancos e Coimbrã, que, ainda com relevo ondulado suave, vai subindo em altitude em direcção a Serra d'El-Rei e ao canto mais a leste do Concelho onde atinge altitudes que pouco ultrapassam os 150 metros;
- a zona a oeste da linha S. Bernardino, Coimbrã, Casais Brancos, Casais de Mestre Mendo e Ferrel e a norte desta última localidade onde se espalha a parte mais baixa da Ribeira de S. Domingos e do seu afluente Ferrel, bem como algumas muito pequenas bacias tributárias directas do mar, zona claramente mais aplanada e de altitude sempre inferior a 50 metros.

Hidrograficamente o território de Peniche é quase completamente coberto pela parte baixa da bacia da Ribeira de S. Domingos incluindo o seu afluente Ferrel; fora dessa bacia ficam apenas algumas muito pequenas bacias tributárias directas do mar (ver ainda o Desenho PDP/351 - 1).

1.2 - CLIMA

O clima de Peniche é, de acordo com as classificações climáticas mais usuais, a de Thornthwaite e as de Koppen, respectivamente um clima mesotérmico ou moderado, com pequena ou nula concentração de eficácia térmica no Verão, sub-húmido seco com moderado superavit de água no inverno, e um clima mesotérmico húmido com estação seca no verão, que é pouco quente e extenso, traduzido ainda como chuvoso e frio nos meses de Outubro a Abril, seco frio nos meses de Maio e Junho, e seco quente nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

Esta imagem sintética é evidentemente traduzida quer pelos valores médios mensais dos vários parâmetros e meteoros registados na estação de Cabo Carvoeiro que se registam no Quadro I.1.1, quer nos cartogramas extraídos do Fascículo XXXII de O Clima de Portugal e que se reúnem nas figuras I.1.4, I.1.5 e I.1.6.

1.3 - RECURSOS EM ÁGUA

O apuramento dos recursos em água disponíveis no Concelho não é tarefa exequível para além de qualquer controvérsia já que, no que se refere aos recursos de superfície, não há quaisquer dados hidrométricos (nem mesmo para a bacia da Ribeira de S. Domingos que é como se disse antes a única verdadeiramente significativa em termos de extensão), e em relação às águas subterrâneas apenas se dispõe de elementos relativos às captações actualmente realizadas.

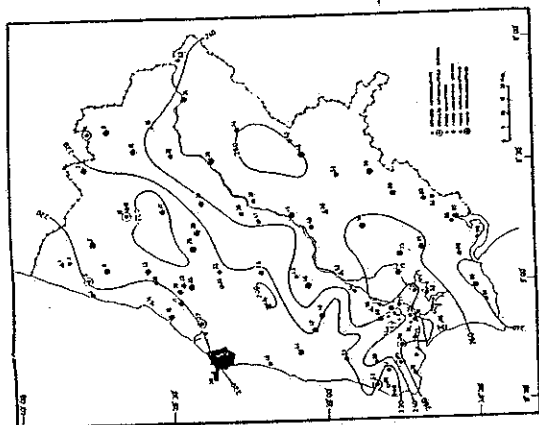
Em todo o caso, os diferentes estudos que tem sido feitos apontam para que, em termos de recursos hídricos e suas utilizações, a situação presente se possa sintetizar da seguinte forma:

- quanto à satisfação das necessidades em abastecimento público, as captações subterrâneas existentes e a próxima futura entrada em funcionamento da barragem da Ribeira de S. Domingos asseguram, com adequada garantia, os consumos projectados até cerca do ano 2030;
- quanto às necessidades de água para rega, os regadios actuais, quer em extensão quer em níveis de intensidade de rega, parecem poder ser mantidos, mas a sua eventual extensão a novas áreas dependerá sempre da possibilidade de mobilizar novos recursos em água, o que, em termos da consideração exclusiva da área do concelho, significa a captação de mais água subterrânea implicando um melhor conhecimento dos freáticos exploráveis, seus recursos e inter-relações.

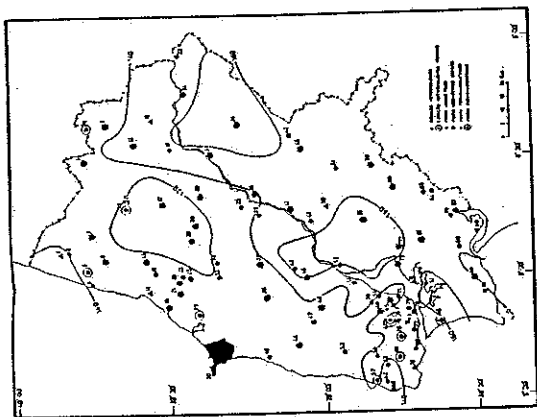
Quadro I.1.1 - Valores médios dos principais parâmetros climatológicos em Cabo Carvoeiro

	Unid.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Insolação	Horas	129.2	150.4	178.3	223.2	254.4	257.3	277.5	273.5	216.4	195.0	146.0	137.4	2438.6
Insolação relat.	%	42.8	50.3	48.2	56.2	57.2	57.4	61.1	64.3	57.8	56.3	48.4	46.9	54.7
Temperaturas do ar	°C													
Média diária		11.5	11.7	13.3	14.1	15.5	17.3	18.2	18.4	18.5	17.1	14.3	12.2	15.1
Média das máx.		14.1	14.2	15.8	16.5	17.8	19.5	20.4	20.7	19.9	19.8	17.0	14.8	17.5
Média das mín.		8.8	8.9	10.3	11.7	13.1	15.0	16.0	16.2	15.8	14.4	9.4	12.6	12.6
Máxima absol.		19.2	22.3	27.0	29.0	32.0	36.0	35.5	33.0	33.5	28.0	25.3	20.0	36.0
Mínima absol.		0.0	0.0	1.0	5.0	5.4	9.4	11.1	10.0	7.8	0.4	0.0	0.0	0.0
Nº médio de dias c/:	nº													
Máxima > 25° C		0.0	0.0	0.1	0.1	0.5	0.6	0.8	0.8	0.9	0.8	0.1	0.0	4.7
Mínima < 0° C		0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Precipitação média	mm	87.6	69.0	68.5	46.9	35.0	13.1	2.8	4.8	25.5	54.4	80.6	78.4	565.6
Nº médio de dias c/:	nº													
Precipit. > 0.1 mm		13.7	11.3	11.9	9.1	7.6	3.6	1.7	2.6	5.5	9.1	12.2	13.0	101.3
Precipit. > 10 mm		3.1	2.3	2.3	1.3	1.0	1.4	0.0	0.1	0.8	1.7	2.7	2.6	18.3
Humidade relat. do ar	%	84	82	81	83	87	90	91	92	93	86	82	81	86
Nº médio de dias c/:	nº													
Nebulosidade < 2/10		5.8	6.1	5.4	5.9	5.4	5.7	8.7	9.7	6.6	6.8	6.6	6.0	78.7
Nebulosidade > 8/10		10.9	9.3	10.8	8.7	8.2	7.6	6.8	6.0	6.4	8.1	19.4	10.0	102.2
Vel. média dos ventos	km/h													
do Norte		20.5	20.5	21.4	21.2	21.1	19.0	19.3	18.2	16.8	17.6	21.8	21.7	19.6
do Nordeste		15.7	18.6	17.1	19.6	20.6	19.2	18.8	17.7	16.2	14.7	17.1	16.7	17.6
do Leste		17.0	16.3	16.3	17.3	11.9	11.1	11.2	10.0	9.0	15.2	16.3	14.1	15.1
do Sudeste		24.0	18.4	19.0	14.7	14.9	13.7	9.5	10.5	10.8	16.2	19.6	18.8	19.0
do Sul		20.5	21.4	18.6	17.6	18.5	13.1	9.9	8.5	12.8	14.4	20.1	18.1	17.4
do Sudoeste		17.3	18.7	19.3	16.8	13.6	11.3	8.2	9.0	12.7	10.9	19.5	18.4	15.4
do Oeste		18.9	23.3	16.2	17.4	15	11.5	9.3	8.8	10.5	14.5	19.2	21.0	16.5
do Noroeste		17.2	19.1	15.7	16.4	11.8	11.2	10.8	11.5	10.4	13.6	18.7	15.9	14.0
Freq. média dos ventos	%													
do Norte		14.6	18.8	29.0	40.3	48.8	51.3	62.7	59.8	40.9	29.4	22.2	26.5	37.0
do Nordeste		11.5	13.2	12.8	16.8	14.9	13.2	14.0	21.4	15.3	17.4	15.5	16.2	15.2
do Leste		8.1	6.8	7.4	3.3	2.2	2.3	0.9	0.9	3.0	8.3	7.7	10.7	5.1
do Sudeste		17.5	12.0	10.0	3.1	1.7	0.8	1.1	0.7	2.7	7.5	10.7	14.5	6.9
do Sul		24.1	20.4	16.2	8.9	8.7	8.7	4.4	5.4	14.7	18.4	19.5	12.8	13.5
do Sudoeste		6.8	8.0	8.1	6.6	5.1	5.0	3.2	2.0	6.4	4.3	4.2	4.3	5.3
do Oeste		12.9	14.3	10.3	14.0	12.2	10.0	4.6	3.3	9.2	8.3	12.0	9.6	10.1
do Noroeste		4.3	6.5	6.2	7.0	6.8	8.7	9.1	6.5	7.8	6.4	8.2	5.4	6.9
Calma		0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Nº médio de dias c/ vento	nº													
c/ vel. média > 36 Km/h		4.6	5.5	3.6	3.7	2.9	1.0	0.5	0.8	0.8	1.7	4.9	4.1	34.1
c/ vel. média > 55 Km/h		0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Nº médio de dias c/ geada	nº	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Nº médio de dias c/ nevociro	nº	1.1	1.4	1.2	1.6	1.9	2.5	4.0	5.8	5.9	3.4	1.3	0.8	30.9
Nº médio de dias c/ granizo e carvalho	nº	0.0	0.2	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3
Evapotransp. Potencial	mm	32.3	32.5	47.7	57.8	73.6	87.8	96.4	91.9	79.6	67.2	44.7	33.9	745.5
calculada pelo método de Thornthwaite		4.36	4.62	4.67	5.79	5.60	5.52	5.74	6.83	5.92	5.21	4.98	4.17	26.06
Desvio padrão assoc. à média	mm													

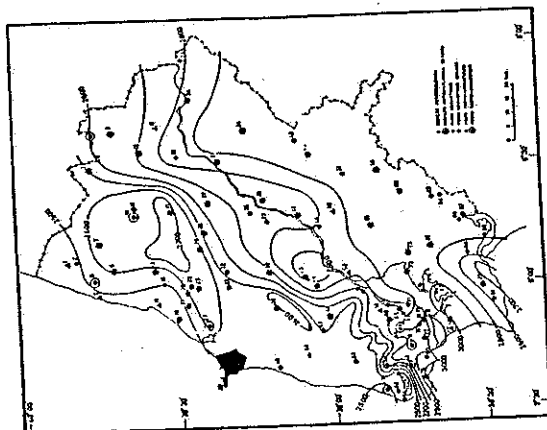
INSOLAÇÃO NO MÊS DE ABRIL



INSOLAÇÃO NO MÊS DE JANEIRO



INSOLAÇÃO ANUAL



INSOLAÇÃO NO MÊS DE OUTUBRO



INSOLAÇÃO NO MÊS DE JULHO

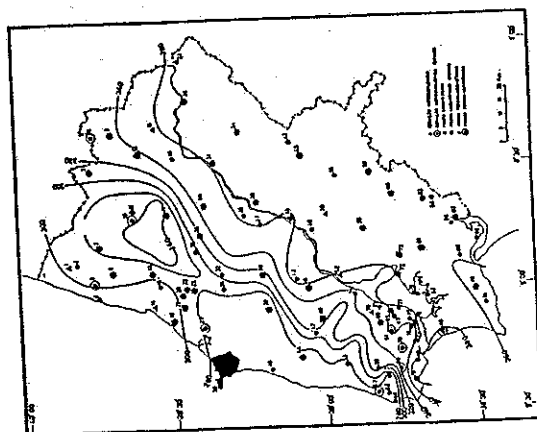
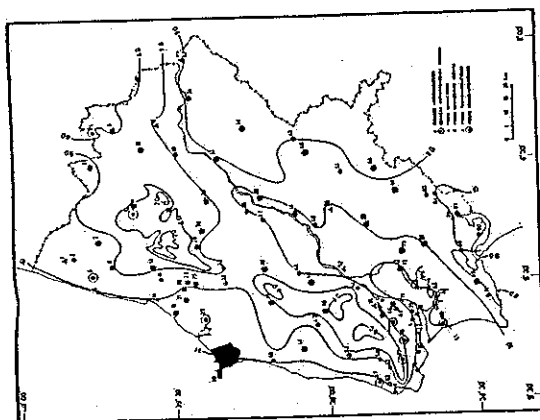


Fig.1.14 - Insolação (n° de horas de sol)
- Valores médios para o período 1941 / 1970

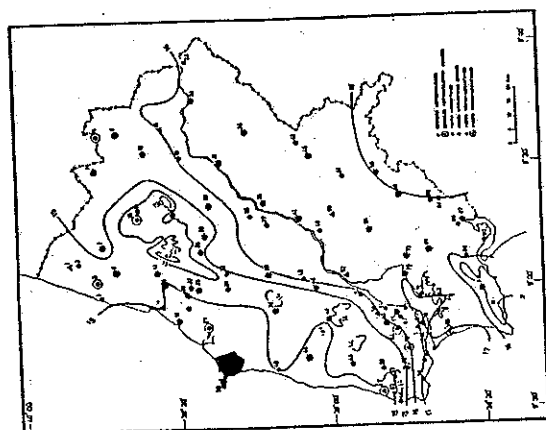
TEMPERATURA MÉDIA DO MÊS DE ABRIL



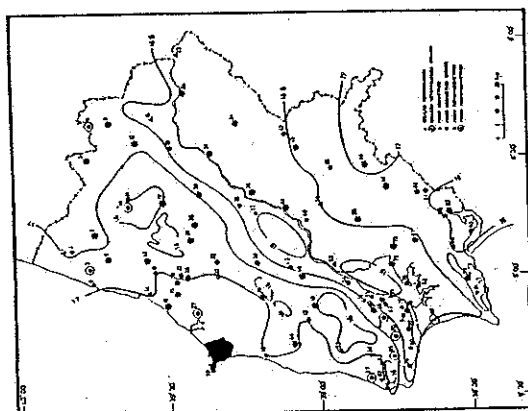
TEMPERATURA MÉDIA DO MÊS DE JANEIRO



TEMPERATURA MÉDIA ANUAL



TEMPERATURA MÉDIA DO MÊS DE OUTUBRO



TEMPERATURA MÉDIA DO MÊS DE JULHO

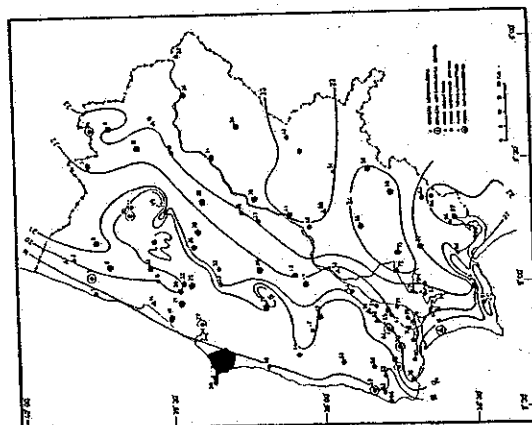
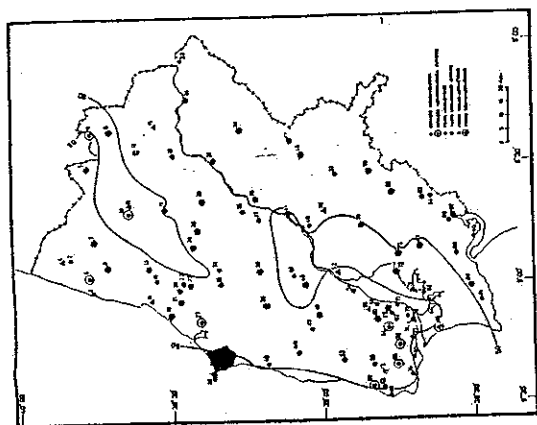
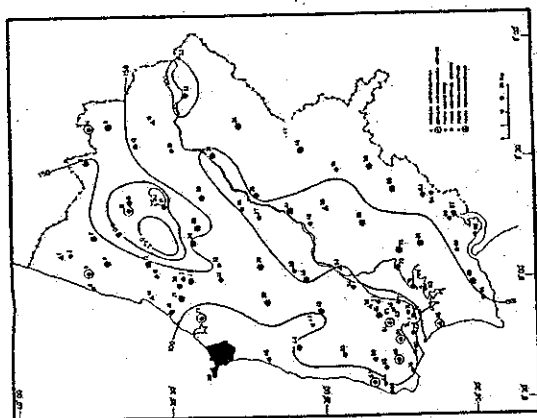


Fig.1.15 - Temperatura média diária do ar.
- Valores médios para o período 1941 / 1970

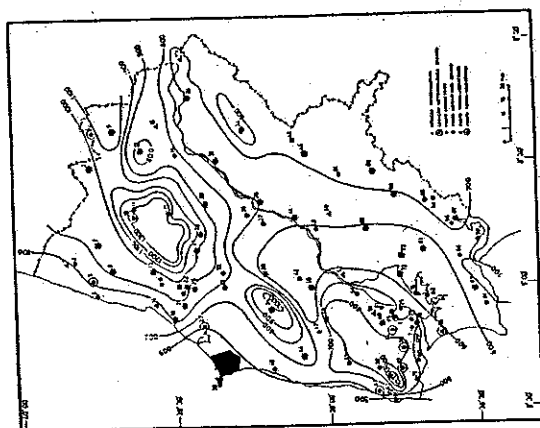
PRECIPITAÇÃO MÉDIA EM ABRIL



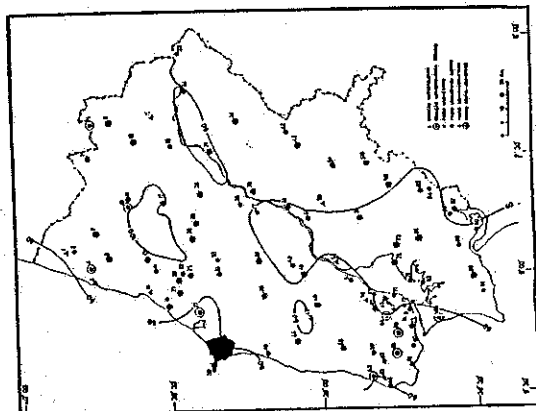
PRECIPITAÇÃO MÉDIA EM JANEIRO



PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL



PRECIPITAÇÃO MÉDIA EM OUTUBRO



PRECIPITAÇÃO MÉDIA EM JULHO

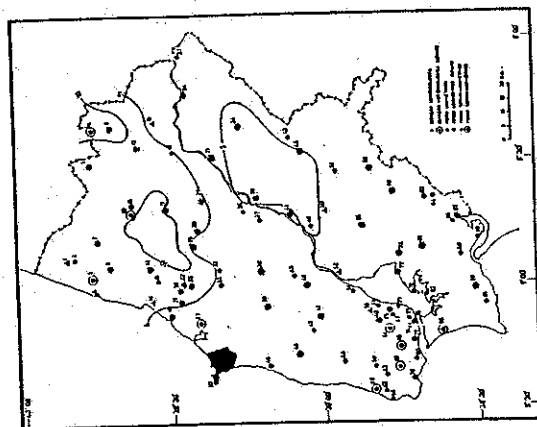


Fig.1.16 - Precipitação média para o período 1941/1970

1.4 - SOLOS

Os solos do Concelho de Peniche foram classificados e cartografados pelo CNROA que publicou à escala 1:50000 as correspondentes Carta de Solos e Carta de Capacidade de Uso de Solos tendo estas sido apresentadas nos Estudos Prévios do PDM.

No Quadro I.1.2 apresentam-se por famílias de solos as áreas totais de ocorrência, medidas sobre a carta publicada ¹, onde se pode verificar que os solos mais frequentes são os Mediterrânicos Pardos (31.1% do total mas só os de materiais não calcários representam cerca de 23%), seguidos dos solos Psamíticos (22.5%, dois terços dos quais de materiais não calcários) e dos Calcários (15.3%, na sua maioria Pardos).

A distribuição dos solos no interior do Concelho mostra uma concentração dos Regossolos, Aluviossolos e Coluviossolos nas zonas norte (a norte do rio Ferrel) e central (junto à confluência dos rios Ferrel e S. Domingos) ao passo que as outras famílias de solos se encontram sobretudo representadas na parte sul do concelho.

¹ Carta à escala 1:50000 que não cobre a totalidade da área do Concelho.

Quadro I.1.2 - Áreas dos solos do Concelho de Peniche segundo a sua classificação pedológica

Famílias de solos		Área ha	%
Regossolos Psamíticos	n/ calcários	989.0	15.5
	Calcários	445.6	7.0
Aluviosolos	Modernos	374.3	5.9
	Antigos	85.1	1.3
Coluviosolos		62.2	1.0
Solos Litólicos	Húmicos	1.5	0
	n/ Húmicos	170.4	2.7
Solos Calcários	Pardos	821.7	12.9
	Vermelhos	156.8	2.5
Barros Calcários	Pretos	23.7	0.4
	Pardos	11.3	0.2
	Cast. Averm.	8.0	0.1
Solos Mediterrânicos Pardos	Calcários	605.4	9.5
	n/calcários	1380.8	21.6
Solos Medit. Vermelhos ou Amarelos	Calcários	34.5	0.5
	n/Calcários	414.2	6.5
Podzois não Hidromórficos	s/ Surraipa	69.5	1.1
	c/ Surraipa	382.5	6.0
Podzois Hidromórficos	s/ Surraipa	21.1	0.3
	c/ Surraipa	40.3	0.6
Solos Salinos de Salin. Moderada		81.3	1.3
Solos Hidromórficos s/Horiz. Eluvial		142.5	2.2
Afloramentos Rochosos		58.3	0.9
Total		6381.0	100.0

O Quadro I.1.3 apresenta, por classes de capacidade de uso, uma estimativa das áreas cartografadas no Concelho de Peniche.

Quadro I.1.3 - Áreas dos solos do Concelho de Peniche segundo a sua capacidade de uso

Classe de Capacidade de Uso	Área	%
Classe A	229.5	3.2
Classe B	1640.6	23.1
Classe C	2100.7	29.5
Classe D	2022.8	28.4
Classe E	1123.1	15.8
Total ²	7116.7	100.0

Verifica-se que, de acordo com o sistema de classificação adoptado, os solos que poderíamos classificar de agrícolas (classes A, B e C, embora estes com algumas reservas) e que no seu conjunto representam quase 56% da área do Concelho, se concentram fundamentalmente na parte do Concelho a sul do Rio Ferrel, parte do concelho em que os solos das classes D e E correspondem em geral a zonas de solos litólicos ou de solos muito delgados e a afloramentos rochosos; os solos das classes D e E situam-se sobretudo a norte do Rio Ferrel em correspondência com a grande mancha de regossolos psamíticos.

Em termos de potencialidades produtivas, face às tecnologias e sistemas culturais utilizados, esta classificação introduz, no entanto, uma enorme distorção que na prática se traduz no facto de, na zona de Ferrel, os solos mais procurados serem os da parte a norte do Rio e de se verificar que há intensas actuações da parte dos agricultores para, por incorporação de areia nos aluviossolos mais pesados (classificados como de classe A) os aproximar em termos de textura dos regossolos (classificados como de classe E); estes factos são devidamente ponderados na definição da Reserva Agrícola.

² Total diferente do apresentado para as famílias de solos porque medido sobre uma carta à escala 1:25000 que foi completada, com base em elementos fornecidos directamente pelo CNROA, para cobrir completamente o Concelho.

2 - SISTEMA BIOFISICO

2.1 - POPULAÇÃO

De acordo com os dados censitários, a evolução da população do concelho de Peniche, a partir de 1891, denota uma tendência de crescimento regular, exceptuando uma ligeira quebra na década de 60³.

Este comportamento anda de par com os ciclos que caracterizaram a evolução das actividades económicas predominantes no concelho e assim pode-se explicar sumariamente a evolução da população nas sucessivas décadas da seguinte forma:

- até aos anos 30 o incremento das actividades piscatórias e a instalação de fábricas de conservas sob o impulso de uma forte expansão da procura motivada em parte pela exportação de conservas para os mercados internacionais afectados pela 1ª Guerra Mundial, leva a fixarem-se em Peniche colónias de algarvios que se deslocaram pelas condições privilegiadas para a pesca de arrasto e pelo emprego na indústria conserveira;
- durante as décadas de cinquenta e sessenta a ocorrência dos primeiros sinais de crise da indústria conserveira, com rarefacção dos mercados em virtude da concorrência dos países do Norte de África e envolvente geral dos movimentos migratórios para a Europa, resultam numa clara atenuação dos crescimentos demográficos e mesmo numa diminuição da população;
- na década de setenta a renovação da dinâmica de crescimento populacional é motivada pela conjugação de factores ligados ao reforço das actividades em torno do porto de pesca e das actividades agrícolas (nomeadamente conservação de peixe e de produtos alimentares) e da fixação de retornados das ex-colónias;
- na década de oitenta os principais determinantes da evolução populacional do concelho foram o saldo fisiológico positivo, que se reduziu bastante na segunda metade da década, e a reduzida capacidade de captação de migrantes; o acréscimo de 1038 indivíduos entre 1981 e 1991, corresponde, sensivelmente, ao valor do excedente de vidas do período e significa uma clara atenuação do comportamento da década anterior.

³ A quebra assinalada devida a emigração registada nessa década pode no entanto ser na realidade menor dados os erros do censo de 1970.

A análise da estrutura etária da população residente, segundo grandes escalões, denota que os habitantes do concelho de Peniche não constituem uma população jovem: apenas 25,8% tinham em 1981 idade inferior a quinze anos para uma população em idade adulta de 64%. Todavia, constata-se que Peniche tem o melhor índice de juventude de todo o agrupamento das Caldas da Rainha e tem mesmo um índice superior à média do continente (25,8% contra 25,3%).

Porém, este tipo de análise, se conduzida de forma desagregada para as diferentes freguesias e núcleos populacionais do concelho, revela algumas disparidades internas sendo de salientar que:

- i) as freguesias urbanas da Ajuda e S. Pedro apresentam populações ligeiramente mais jovens que a média do concelho embora, se considerarmos a população com idade inferior a 20 anos, também a freguesia da Atouguia, a mais populosa do concelho, se revele mais jovem que a média de Peniche;
- ii) as freguesias rurais apresentam valores muito superiores à média concelhia para o escalão com idade igual ou superior a 65 anos, sobretudo no caso da Serra d'El-Rei, com 16,8% contra os 10,2% daquela média;
- iii) a freguesia da Conceição, com um dos mais baixos índices de rejuvenescimento, tem a mais elevada percentagem de população em idade adulta (59,2%).

A análise da evolução natural da população (natalidade e mortalidade) no concelho de Peniche denuncia uma tendência ao decréscimo da natalidade (de 19,6% em 1970 para 17,6% em 1981) e a um decréscimo, ainda que bem mais ligeiro, da mortalidade (de 10,63% para 10,07%). Este comportamento das variáveis demográficas naturais traduz-se na projecção da estrutura etária para 1991 num decréscimo sensível do índice de juventude que desce de 25,8 para 22,3 por cento enquanto a população com idade superior a 65 anos ascendia a 11,9 por cento.

2.2 - OCUPAÇÃO HUMANA DO TERRITÓRIO

O Concelho de Peniche é, após a criação da freguesia de Ferrel em 1987, composto por seis freguesias, três das quais correspondem quase totalmente à cidade de Peniche, sede do Concelho.

O conjunto das freguesias urbanas de Ajuda, Conceição e S. Pedro está ocupado, quase exclusivamente, por áreas sociais e urbanas; as freguesias de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra d'El-Rei têm uma área urbana que se estima em cerca de 5% das respectivas áreas totais, pelo

que, em termos globais, o concelho tem cerca de 10% da sua área ocupada para fins sociais e urbanos e o resto do território ocupado com prédios rústicos ou mistos.

O quadro seguinte regista a evolução demográfica por freguesias, entre os dois últimos censos:

Quadro I.2.1 - Evolução da População Residente (1981-1991)

Freguesia	1981	1991	Variação Abs.	Tx. Cresc. Md. Anual (%)
Ajuda	8463	8820	357	0.41
Atouguia Baleia	7033	7476	443	0.61
Conceição	3829	4389	560	1.37
S. Pedro	3163	2407	-756	-0.27
Serra d'El- Rei	1322	1414	92	0.68
Ferrel	1817*	2159	342	1.74
PENICHE	25627	26665	1038	0.40

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

(*) valor obtido com base nos dados relativos à população dos lugares agrupados na freguesia constituída em 1987

A análise da evolução da distribuição da população do concelho por freguesias (ver Quadro I.2.2) permite identificar com clareza duas realidades distintas e dois ritmos de evolução também distintos:

- o núcleo representado pelas freguesias urbanas de Ajuda, S. Pedro e Conceição;
- o núcleo representado pelas freguesias rurais de Atouguia da Baleia (da qual se destacaria o lugar de Ferrel, nova freguesia desde 1987) e Serra D'El- Rei.

Quadro I.2.2 - Evolução da Distribuição da População por Freguesias (1981-1991)

Freguesia	1981	1991
Ajuda	33,0%	33,1%
Atouguia Baleia	27,5%*	28,0%
Conceição	14,9%	16,5%
S. Pedro	12,3%	9,0%
Serra d'El-Rei	15,2%	5,3%
Ferrel	7,1%*	8,1%
PENICHE	100,0%	100,0%

Fonte: Quadro anterior

(*)Consideram-se os lugares englobados nas 2 freguesias em 1991 após o reajustamento administrativo de 1987.

O peso das freguesias rurais de Peniche manteve-se até meados deste século, cedendo apenas a partir dos anos sessenta, fundamentalmente em virtude da emigração que teve, sobretudo, origem nos núcleos rurais. As freguesias rurais têm, assim, "resistido" relativamente ao exodo de população, facto a que não é alheia uma relativa capacidade de criação de riqueza associada à pequena exploração agrícola predominante nas áreas ocupadas por aquelas freguesias; em 1981 elas retinham 40 por cento da população concelhia, para em 1991 aumentarem a respectiva quota de participação para 41,4 por cento.

A dinâmica demográfica das freguesias do concelho é, em termos globais, francamente positiva, revelando-se todas, com excepção da de S. Pedro, fortemente atractivas, embora com ritmos de crescimento diferenciados, o que se explica em grande medida pelas tendências de urbanização e infraestruturação das freguesias urbanas da península, núcleos em torno dos quais, historicamente, se foi fixando população, ocupada nas diferentes actividades em volta do porto de pesca (actividades da pesca, transformação e conservação do pescado, serviços de reparação, etc.).

A densidade populacional do concelho é bastante elevada quer quando comparada com a dos restantes municípios do Agrupamento em que se integra (Agrupamento das Caldas da Rainha), quer em comparação com a densidade média do continente português.

Essa comparação é feita no Quadro I.2.3 onde se pode verificar que as assinaladas diferenças de densidade têm vindo a acentuar-se sistematicamente ao longo deste século.

Quadro I.2.3 - Densidades populacionais nos concelhos do Agrupamento das Caldas da Rainha e no Continente

unidade administrativa	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	Taxas médias de variação da densidade 1911 e 1981
Alcobaça	82.4	86.3	95.9	108.5	119.9	124.8	119.9	130.7	0.68
Bombarral	107.9	123.4	139.6	160.1	169.8	167.5	123.3	132.5	0.24
Caldas da Rainha	97.4	103.4	116.1	133.2	147.7	148.7	142.8	163.0	0.72
Nazaré	108.6	108.4	109.3	122.0	139.2	141.9	136.3	162.1	0.78
Óbidos	64.8	65.6	65.7	74.0	80.2	77.5	65.6	72.1	0.15
Peniche (1)	131.4	170.3	217.2	244.2	278.2	301.0	287.4	347.3	1.26
Agr. Caldas (2)	91.6	98.7	110.4	124.9	138.7	141.6	133.2	150.2	0.69
Continente (3)	63.2	64.1	71.6	81.6	89.6	93.8	91.6	105.6	0.75
Relações (2)/(1)	1.43	1.72	1.97	1.96	2.01	2.13	2.16	3.31	-
(3)/(1)	2.07	2.65	3.03	2.99	3.11	3.21	3.14	3.29	-

Fonte: Recenseamentos Gerais da População. INE

Superfície dos Concelhos : MAI

Uma análise à escala de freguesia, traduzindo o facto já assinalado de as freguesias da Ajuda, Conceição e S. Pedro não incluírem praticamente zonas rurais, evidencia a muito elevada densidade de ocupação das freguesias urbanas embora mesmo as freguesias rurais tivessem em 1981 densidades superiores à densidade média do Continente⁴ (ver Quadro I.2.4).

Quadro I.2.4 - População e densidades populacionais no Concelho de Peniche em 1981

	População residente (1981)	Áreas (km ²)	Densidade populacional (hab./km ²)
Ajuda	8463	4.001	2115
Conceição	3829	0.612	6256
S. Pedro	3163	2.254	1403
Atouguia da Baleia	8850	60.676	146
Serra d'El-Rei	1322	8.507	155
Peniche	25627	76.050	337

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1981, INE
Instituto Geográfico e Cadastral

As razões para esta elevada densidade populacional encontram-se ligadas basicamente à estrutura de actividade do concelho, centrada no aproveitamento do binómio de potencialidades terra/mar, com um conjunto de actividades em torno do sector das pescas - da pesca propriamente dita à transformação do pescado passando pelas actividades de apoio - e da agricultura, beneficiando, neste caso, de microclimas e solos apropriados a culturas de consumo em fresco, potenciadas pela proximidade dos grandes mercados consumidores da Grande Lisboa.

O padrão de povoamento do concelho de Peniche, apresenta uma muito clara tendência para a concentração das populações em agregados, ao mesmo tempo que uma muito marcada concentração na sede de concelho que, desde 1911, registou, só por si, mais de um terço da população total do Concelho.

⁴ Os elementos disponíveis referem-se ao Censo de 1981 pelo que não se apresentam elementos relativos à freguesia de Ferrel.

O quadro I.2.5 evidencia essa realidade mostrando a sempre muito baixa e decrescente participação dos isolados na população total e o peso crescente dos aglomerados populacionais mais importantes e nomeadamente da sede do Concelho.

Quadro I.2.5 - População residente no concelho de Peniche segundo a dimensão dos aglomerados (%)

	isolados	Aglomerados de:						
		menos de 100	100 a 499	500 a 999	1000 a 2999	3000 a 4999	5000 a 9999	10000 ou mais
1911	9.8	3.5 (11)	32.4 (11)	9.2 (2)	11.9 (1)	33.2 (1)	-	-
1940	3.4	2.5 (11)	16.6 (9)	7.0 (2)	22.2 (3)	-	48.3 (1)	-
1960	1.3	3.3 (19)	15.5 (11)	6.7 (2)	22.1 (3)	-	-	51.1 (1)
1970	0.2	3.0 (20)	12.1 (10)	5.1 (2)	20.4 (3)	-	-	59.1 (1)
1981	0.9	3.0 (15)	12.6 (11)	5.4 (2)	17.7 (3)	-	-	60.3 (1)

Nota: Entre parêntesis número de aglomerados registado
 Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

O padrão de povoamento de Peniche, reportado a 1981, pode então definir-se da seguinte forma:

- 60% da população residia na cidade que constituía uma mancha de grande concentração⁵;
- 23% da população residia em 5 localidades (3 com entre 1500 e 2000 habitantes e 2 com entre 500 e 1000 habitantes);

⁵ A cidade de Peniche é o segundo centro urbano distrital, sendo, depois das Caldas da Rainha, segundo maior centro urbano da Região Oeste, circunstância que, não fora a sua localização excêntrica relativamente aos demais concelhos da Região, poderia potenciar - à luz da hierarquia entre os centros urbanos da região - uma concentração de funções administrativas e económicas sensivelmente diferente da actualmente existente.

- 13% da população residia em 11 localidades de entre 100 e 499 habitantes;
- 4% da população residia em localidades de menos de 100 habitantes ou em situação isolada, mas os isolados representam apenas 0.9% dos residentes totais.

A década de 80 foi palco de algumas transformações importantes já que as áreas edificadas de algumas povoações e da própria cidade cresceram acentuadamente, facto comprovado pela comparação entre fotografias aéreas de 1990 e fotografias mais antigas.

Assim, pela fotografia aérea de 1990, verifica-se, não só que o essencial de ocupação urbana do concelho é constituído pela cidade de Peniche e pelos conjuntos Ferrel - Baleal, Atouguia - Coimbrã, Consolação - Estrada e Geraldês - Casais do Júlio - S. Bernardino, mas ainda que:

- a cidade de Peniche ocupa já a quase totalidade da península ;
- Ferrel, que se mantém como o segundo maior agregado urbano do concelho⁶, estende-se praticamente até ao Baleal;
- Atouguia da Baleia só se separa da Coimbrã porque as condições topográficas do vale de S. Domingos são na zona particularmente mais difíceis (com um encaixe com encostas muito declivosas onde está hoje construída a barragem para abastecimento de água ao concelho) e por outro lado estendeu-se ao longo da EN 114 em direcção a Peniche até praticamente ao entroncamento com a EN 247;
- o conjunto dos lugares Consolação - Estrada que se desenvolveram quase só linearmente ao longo da estrada municipal que os liga, começam a formar na prática um único aglomerado;
- o conjunto dos lugares Geraldês - Casais do Júlio - S. Bernardino também eles com um desenvolvimento predominantemente linear podem considerar-se como constituindo um único aglomerado;
- Serra d'El-Rei regista importante desenvolvimento sobretudo ao longo da EN 114 em direcção a Peniche.

⁶ o lugar de Ferrel constitui, desde o início do século, o segundo aglomerado mais populoso do concelho com 1712 habitantes em 1981, factor que, a par da localização face à sede da freguesia de Atouguia e das ligações rodoviárias, constituiu uma das motivações que conduziram à criação, em 1987, da freguesia de Ferrel.

Para além destas manchas urbanas de maior significado aparecem, nas mesmas fotografias, as seguintes aglomerações menores:

- o conjunto Bufarda - Alto do Veríssimo;
- o conjunto Bolhos - Ribafria;
- Coimbrã;
- Reinaldes;
- Casais de Mestre Mendo;
- Casais Brancos;
- um desenvolvimento linear ao longo da EN 114 a leste da Coimbrã e numa extensão aproximada de 2 Km;
- um desenvolvimento linear entre os lugares identificados na carta corográfica 1:50000 como Casal de Vala e Casal do Moinho.

De notar que este padrão de ocupação constitui de alguma forma um marcado contraste com os restantes concelhos do Agrupamento das Caldas da Rainha pois neles, com excepção da Nazaré e como se pode ver no Quadro I.2.6, sempre mais de metade da população reside em aglomerados de menos de 2000 habitantes.

Quadro I.2.6 - Distribuição da população segundo a dimensão dos aglomerados nos concelhos do Agrupamento das Caldas e no Continente

	Isolados	Aglomerados de:			
		menos de 2000	2000 a 5000	5000 a 10000	mais de 10000
Alcobaça	1.4	84.0	4.7	9.8	-
Bombarral	1.8	71.1	27.4	-	-
Caldas da Rainha	4.5	54.0	-	-	41.5
Nazaré	1.1	32.4	20.0	46.5	-
Óbidos	2.8	97.2	-	-	-
Peniche	0.9	38.8	-	-	60.3
Agr. Caldas	2.1	63.7	5.9	7.8	20.5
Continente	4.7	51.6	8.3	4.8	30.5

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1981, INE

2.3 - OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL DO TERRITÓRIO

Em termos de ocupação do território é da maior relevância a ocupação agrícola em sentido lato e dentro desta a distribuição pelos grandes ramos de actividade nomeadamente a distribuição entre agricultura, em sentido restrito e silvicultura.

No concelho de Peniche a área ocupada pelas explorações agrícolas totalizava em 1979 (data do ultimo recenseamento disponível) 4795 ha o que em relação à área total do concelho (cerca de 7600 ha) representa cerca de 63% do total e em relação à área do concelho com exclusão das áreas dunares litorais e das faixas litorais situadas para além das cristas das falésias representa quase 70%, mostrando bem a grande importância da actividade agrícola em sentido lato na ocupação do território do Concelho.

Segundo aquele mesmo recenseamento, à data, a actividade agrícola propriamente dita ocupava cerca de 83% da área das explorações ou quase 52% da área do concelho e a silvicultura não chegava a atingir 16% da área das explorações ou cerca de 10% da área do concelho; nos elementos que se apresentam no seguimento inscrevem-se as áreas totais dos diferentes tipos de uso e a sua representação relativa na área total das explorações então recenseadas:

	ha	%
Terra arável limpa	3313	69.1
Terra com culturas permanentes	643	13.4
Terra com prados e pastagens permanentes	29	0.6
Total da terra agrícola	3985	83.1
Terra com matas e florestas	710	14.8
Terra com matos e estevas	49	1.0
Total da terra florestal	759	15.0
Outras áreas	51	1.1
Área total das explorações	4795	100.0

Através da foto-interpretação da mais recente cobertura aerofotográfica do território do concelho foi possível confirmar genericamente a manutenção deste mesmo tipo de ocupação dos solos verificando-se que as áreas com coberto florestal, os matos e afloramentos rochosos se concentram claramente na área do Pinhal da Câmara (a única mancha significativa em todo o concelho) e no canto sudeste do concelho na região da Cezareda em correspondência com a zona das maiores altitudes do Concelho (conferir com Desenho PDP/351-2)

2.4 - GRANDES LINHAS DE INSERÇÃO REGIONAL

Para a coerência do sistema biofísico de uma região assumem um papel da maior importância os sistemas de comunicação, quer em termos de ligações internas ao espaço em questão quer em termos da ligação desse espaço ao seu espaço envolvente.

Assim neste capítulo descreve-se sumariamente o sistema de transportes que serve o concelho e caracterizam-se as respectivas infraestruturas instaladas em território do concelho, e apresenta-se uma caracterização da rede de telecomunicações existente.

2.4.1 - Sistemas de transportes

A movimentação, quer de pessoas quer de mercadorias, é assegurada, no concelho de Peniche e nas suas relações com a região circundante, essencialmente pelo transporte rodoviário.

A via férrea mais próxima - a linha do Oeste - passa já fora do concelho, acompanhando de perto o traçado da EN 8. As estações com maior interesse para o Concelho são Dagorda Óbidos e, um pouco mais longe, Caldas da Rainha.

Nesta linha verificam-se actualmente, nos dias úteis, três circulações no sentido Lisboa Caldas da Rainha e três circulações no sentido contrário. As ligações com o Concelho de Peniche, porém, de passar pelo transporte rodoviário, essencialmente pela EN 114, havendo alguma carreiras de autocarros que estabelecem ligações com certas circulações ferroviárias.

A dificuldade de ligações com o concelho e as características do serviço na linha de caminho de ferro conduzem naturalmente a que o meio de transporte ferroviário tenha pesadamente relativamente reduzido nas deslocações com origem ou destino no concelho.

Ao contrário, o transporte rodoviário é o principal modo de transporte quer para as ligações intra concelhias quer para as ligações regionais, e isto tanto para o transporte de passageiros como de mercadorias.

No desenho PDP/351-3 representa-se a rede viária do concelho, que integra essencialmente duas estradas nacionais, uma na direcção Leste - Oeste e outra na direcção Norte - Sul, e várias estradas e caminhos municipais. A cobertura da área territorial do concelho é razoável, pois, como se verifica, a dimensão máxima da malha, nas zonas mais desfavorecidas, não excede 4 Km.

No desenho PDP/351-4 assinalam-se os percursos rodoviários significativos do concelho, com indicação da localização dos abrigos para passageiros. Este desenho ilustra, de certo modo, a utilização que é feita da rede existente, concretizando-se a seguir a utilização que é feita dos transportes colectivos.

Os transportes colectivos regionais são assegurados por três empresas: a Sol-Expresso e duas outras que resultaram da reorganização da antiga Rodoviária Nacional, EP - a Rodoviária da Estremadura (Lisboa) e a Rodoviária do Tejo (Torres Novas).

A primeira, na sua rede expresso, assegura ligações Lisboa - Peniche - Lisboa, com 5 ligações em cada sentido, nos dias úteis.

As outras duas asseguram a mesma ligação (por Lourinhã e Torres Vedras) com 8 ligações em cada sentido, também nos dias úteis. Além disso, também na rede expresso são asseguradas, nos dias úteis, três carreiras Peniche - Coimbra - Peniche (por Caldas da Rainha, Nazaré, Marinha Grande e Leiria), sendo duas dessas ligações estendidas até ao Porto.

Ainda com interesse regional, a Rodoviária do Tejo, S.A. realiza as carreiras que a seguir se referem acompanhadas da indicação do número de circulações que se verificam, em média, em cada sentido, nos dias úteis ao longo do ano (por vezes no verão são acrescentadas mais algumas circulações em certas carreiras):

Peniche - Caldas da Rainha (servindo Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei e Óbidos):
no percurso total mais 2 entre Peniche e Serra d'El-Rei;

Peniche - Santarém (servindo Atouguia, Serra d'El-Rei, Caldas da Rainha e Rio Maior): 2 no percurso total;

Peniche - Torres Vedras (via Carrasqueira servindo Atouguia, Seixeira, Geraldês, Lourinhã): 3 em cada sentido mas uma partindo de Atouguia;

Peniche - Torres Vedras (via Ribamar servindo Estrada, Consolação, Geraldês, S. Bernardino, Lourinhã): No sentido N-S uma até Torres, outra até Geraldês e outra até Estrada; no sentido S-N duas em todo o percurso e uma partindo de Geraldês;

Peniche - Torres Vedras (via S. Bernardino e Carrasqueira servindo Atouguia, Geraldês, S. Bernardino, Lourinhã): uma no percurso total;

Peniche - Torres Vedras (via Toledo servindo Estrada, Geraldês, S. Bernardino, Lourinhã): 3 no sentido para Torres Vedras e 2 no sentido oposto.

A mesma empresa assegura ainda as carreiras intra-concelhias seguintes (com o número de circulações indicado segundo o mesmo critério antes mencionado):

Atouguia da Baleia - Ferrel: 8 no sentido Atouguia- Ferrel e 10 em sentido contrário;

Bolhos - Peniche (servindo Ribafria, Paço, Bufarda, Casais do Júlio, Geraldês, Seixeira, Atouguia): 3 no sentido N-S sendo 2 Bolhos - Peniche e 1 Bolhos - Geraldês; 5 no sentido S-N sendo 3 Peniche - Bolhos, 1 Atouguia - Bolhos e 1 Geraldês - Bolhos;

Geraldês - Moledo (servindo Casais do Júlio, Alto do Veríssimo, Casal Foz): 1 no percurso total;

Casais do Júlio - Peniche (servindo Geraldês, Estrada, Consolação, Casal do Moinho): 2 no percurso total com ligação às anteriores;

Peniche - Serra d'El-Rei (servindo Baleal, Ferrel, Casais de Mestre Mendo): 7 no sentido W-E sendo 1 no percurso total, 5 entre Baleal e Ferrel e 1 entre Ferrel e Serra d'El-Rei; 7 no sentido E-W sendo 3 em todo o percurso, 2 Ferrel - Baleal e 1 Serra d'El-Rei - Casais de Mestre Mendo.

Os transportes escolares são assegurados pelas carreiras atrás indicadas e são caracterizados no Quadro I.2.7 e no desenho PDP/351-5.

Quadro I.2.7 - Rede de transportes escolares . Transportes em carreiras públicas
Ano lectivo 1991/92

Localidades	Distância (Km)	Tempo de transp (min)	Nº de alunos a transportar				Total de alunos
			Ciclo prep. TV	Ciclo prep. TV	Ensino Preparat.	Ensino Secundário	
			S. Bernardino	Atouguia	Peniche	Peniche	
Casais M. Mendo	15	19			9	16	25
Serra d'El-Rei	12	17			27	107	134
Moinho de Pau	9	15		3	20	30	53
Coimbrã	8	13				26	26
Baleal	5	6				6	6
Casais de Baleal	6	7				2	2
Ferrel	7	10			32	90	122
Atouguia de Baleia	7	10			2	129	131
Porto de Lobos	5	6				2	2
Alto da Foz	12	24				2	2
Alto do Verissimo	11	45			3	11	14
S. Bernardino	10	20			2	31	33
Casais do Júlio	11	20	1		2	19	22
Geraldes	9	18	2	1	14	60	77
Consolação	9	18				2	2
Estrada	7	10	14	1	13	44	72
Casal do Moinho	6	9			3	6	9
Casal da Vala	5	8		11	10	3	24
C. da Estalagem	4	7				3	3
Casal da Ponte	4	7			1	5	6
Bolhos	14	30			3	8	11
Ribafria	13	28		20		13	33
Bufarda	12	24		4	14	28	46
Moledo						1	1
TOTAIS			17	40	155	644	856

É ainda a Rodoviária do Tejo quem assegura os transportes urbanos da cidade de Peniche com 3 carreiras que no conjunto incluem 18 circulações diárias no horário de verão.

Além das carreiras públicas de autocarros, o concelho de Peniche é servido por uma frota de taxis distribuída, territorialmente e de acordo com informação da ANTRAL, do seguinte modo:

Peniche (cidade)	15
Atouguia da Baleia	8
Serra d'El-Rei	2
Ferrel	<u>1</u>
Total	26

Como se verifica, o concelho encontra-se relativamente bem servido de transportes, embora essencialmente assegurados pelo modo rodoviário.

Esta situação tem-se vindo a marcar progressivamente, como se visualiza pela figura I.2.1 em que se apresenta a evolução do TMD anual de veículos motorizados nos dois postos de recenseamento existentes no concelho de Peniche (posto 498 na EN 114 ao Km 10,05 e posto 499 na EN 247 ao Km 5,25) em que os valores relativos a 1990 foram fornecidos oficiosamente pelo GPP da Junta Autónoma das Estradas.

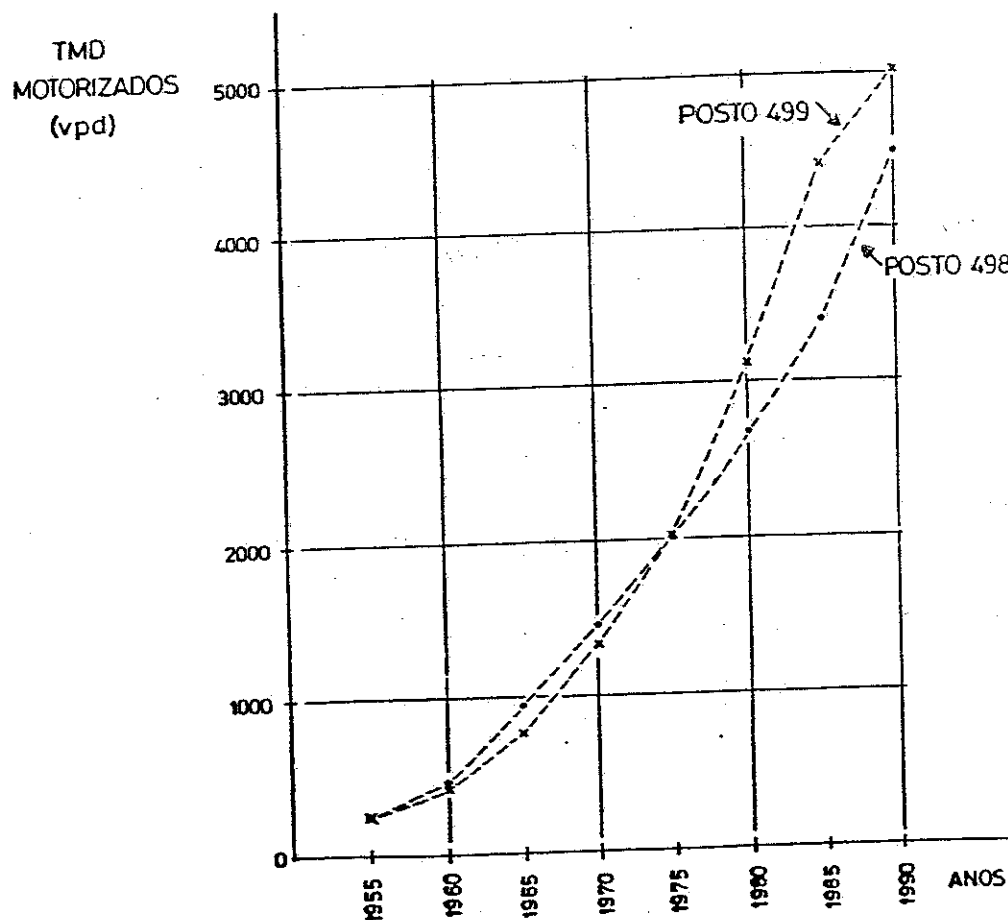


Fig.I.2.1 EVOLUÇÃO DO TMD DE MOTORIZADOS

2.4.2 - Rede viária

Como já se disse antes em relação ao concelho de Peniche há apenas que caracterizar a rede rodoviária já que a rede ferroviária não tem qualquer elemento no território do concelho.

Na caracterização da rede rodoviária importa focar sucessivamente as formas de articulação do concelho em termos regionais e nacionais, a rede interna do concelho e as articulações entre os dois níveis referidos.

Como se verificará, em termos do concelho de Peniche e da sua articulação interna e externa existem como principais problemas os seguintes:

- a melhoria e renovação dos elementos da Rede Nacional que asseguram a articulação externa do concelho (construção do IP 6 e dos IC 1 e 2), problema que sai da alçada da Câmara Municipal.
- melhoria da rede de estradas e caminhos municipais mediante algumas completagens e a correcção de traçados para eliminação de problemas localizados existentes, nomeadamente no arco Peniche - Estrada - Geraldês - Alto do Veríssimo (Cruz da Légua) - Bufarda - Ribafria - Bolhos - Serra d'El-Rei; e também a resolução das articulações necessárias nos três primeiros quilómetros do IP 6;
- admitindo que, após a construção do IP 6, a actual EN 114 e o conjunto de estradas e caminhos municipais existentes constituem a rede primária de articulação interna, a melhoria desta articulação passa ainda pela existência de uma verdadeira rede de caminhos rurais convenientemente dimensionados.

2.4.2.1 - Articulação regional e nacional

Numa perspectiva das articulações regionais e nacional a articulação do concelho faz-se pelo sistema rodoviário e deve assinalar-se que, sendo o concelho de Peniche um concelho periférico em relação ao eixo norte sul sobre que se articula toda a rede nacional de comunicações, ele se liga a essa mesma rede através de dois eixos irradiando ambos da cidade de Peniche:

- a EN 114 que liga Peniche às Caldas da Rainha através de Óbidos e que assegura ligações em direcção ao norte (pela EN 8 por Caldas da Rainha, Alcobaça e Batalha onde se entra na EN 1) e ao interior do país (através de Rio Maior e Santarém onde se irradia quer para nordeste em direcção a Castelo Branco, quer para Sudeste em direcção a Estremoz e Elvas);

- a EN 247 que liga à Lourinhã e daí, através da EN 8.2, a Torres Vedras e toda a região de Lisboa e sul do País (como variante deste segundo eixo e com importância bem menor, refira-se ainda a EN 247-1, que, partindo da EN 247 em Casal da Foz, no sul do concelho, passa por Abelheira e depois inflecte para nascente, por S. Bartolomeu de Galego e Reguengo Grande, até ao Bombarral onde liga à EN 8).
- Os principais eixos atrás referidos, a EN 114 e a EN 247, têm pavimento betuminoso em bom estado.
- A EN 114 tem um traçado em planta um pouco sinuoso e o perfil transversal tipo sofre estrangulamentos na travessia das povoações, em particular em Serra d'El-Rei e Atouguia da Baleia.
- A EN 247 percorre o concelho praticamente ao longo de uma recta, embora com perfil longitudinal um pouco ondulado em certos pontos. Propicia circulação com velocidade alta, o que põe problemas ao tráfego que a cruza ou que pretende inserir-se nela. Apesar de as construções laterais se concentrarem praticamente só em Alto do Veríssimo e estarem um pouco afastadas da faixa de rodagem, o cruzamento com a EM 571-1 é considerado pouco seguro.

Para além da situação actual, saliente-se que, como mostra a figura I.2.2, na situação prevista no Plano Rodoviário Nacional comporta:

- a substituição da EN 114 pelo Itinerário Principal IP 6 até Santarém, e a desclassificação daquela EN como estrada nacional;
- a manutenção no sistema da EN 247;
- interessando ainda o concelho de Peniche, a substituição da EN 8, que liga Torres Vedras a Óbidos, pelo IC 1 que se prolonga depois para norte fazendo a ligação a Caldas da Rainha, Alcobaca, Leiria, Figueira da Foz e Aveiro, e a substituição da EN 1, ligando Vila Franca de Xira para norte, através de Alenquer, Rio Maior e Leiria, pelo IC 2.

Significa isto que a grande articulação de Peniche, quer a nível regional quer a nível nacional, passará a fazer-se através do IP6 que na Dagorda cruza o IC1 e em Rio Maior cruza o IC 2. A nível nacional, o IP 6 assegura ainda a ligação ao grande eixo constituído pela Auto-estrada A1 (que integra o IP 1) e dá depois ligação para o interior do país e para a fronteira com Espanha quer através de Segura pelo IC 8, quer através de Vilar Formoso pelos IP 2 e IP 5.

A nível regional, com o IC 1, o IC 2, o IC 9 e o IC 11 forma uma malha que garante as ligações entre os diferentes concelhos da região Oeste, passando o IC 1 a constituir uma ligação privilegiada a Lisboa através de Torres Vedras, e o IC 2 a garantir as ligações numa linha mais recuada para o interior.

A concretização do IP 6, no seu troço até Santarém, encontra-se ainda em estado relativamente atrasado.

O estudo prévio do lanço Peniche - Rio Maior foi aprovado em 89.04.14 (D.R. nº 131 - II Série de 89.06.08), de acordo com a solução base, ou seja a alternativa mais a sul. Segundo o traçado aprovado, o IP 6 inicia-se sobre a EN 114 aproximadamente na direcção do molhe sul do porto de Peniche, ou seja perto do Km 5,6 daquela estrada. Sobre põe-se a ela até ao actual cruzamento com a EN 247 (Km 1,8 do IP6), segue sobre esta até ao cruzamento com a EM 578 (Km 3,5 do IP 6) e depois orienta-se para leste mais ou menos paralela e a sul da EN 114, cruzando, cerca do Km 6,0, dois braços da albufeira da barragem de S. Domingos onde se encontram em construção as respectivas pontes.

Estão previstos no estudo prévio cruzamentos de nível com a EN 114 (cerca do Km 1,8) e a EN 247 (cerca do Km 3,5) e daí para diante apenas nós desnivelados, o primeiro dos quais em Dagorda, com o IC 1, cerca do Km 18,2.

No trajecto dentro do concelho de Peniche estão previstos vários restabelecimentos de vias interceptadas pelo IP 6:

- a) no trecho entre o cruzamento com a EN 247 e a albufeira da barragem de S. Domingos, a EM 578 (PI 1) e dois caminhos rurais (PA 1 e PS 2);
- b) depois da albufeira, o CM 1406 (PS 3), a EM 571 (PS 4) e mais quatro caminhos (PS 5, PA 2, PA 3 e PA 4)

2.4.2.2 - Ligações internas do concelho

O desenho PDP/351-3 mostra que todos os aglomerados urbanos dentro do concelho estão ligados entre si através de uma rede de estradas que integra como elementos mais relevantes:

- a EM 578 que começa à saída da cidade de Peniche, segue ao longo do cordão dunar litoral norte até Casais do Baleal, vira para Ferrel e inflecte para sul em direcção a Atouguia da Baleia que atravessa para terminar na EN 247 no Alto da Seixeira;
- o CM 1407 que vai de Ferrel a Casais de Mestre Mendo, que atravessa, para terminar mais adiante na EM 603;
- o CM 1407-1 que se inicia em Casais de Mestre Mendo, no CM 1407, e se dirige para sul por Casais Brancos até encontrar a EN 114 no Moinho de Pau;
- o CM 1406 que prolonga o anterior até Reinaldes;
- a EM 603 que, partindo de Serra d'El-Rei para norte, encontra, por alturas de Seixeira, o CM 1407 e continua depois até Talhos da Charneca no limite do concelho, e daí se prolonga, sempre muito próximo da fronteira com o concelho de Óbidos, até à costa, servindo um empreendimento deste ultimo concelho aí existente;
- a EM 580 que parte da EN 114 (cerca do Km 6), junto a Quinta Nova dos Salgados, e vai para sul passando por Casais do Moinho, Estrada, Geraldês, até terminar em S. Bernardino;
- o CM 1404 que liga Consolação à EM 508 em Estrada;
- a EM 571 que vai da EN 114 (cerca do Km 13) e se dirige para sul ligando a Bolhos e Ribafria;
- a EM 571-1 que liga Paço (no limite do Concelho da Lourinhã), por Ribafria, Bufarda e Alto do Veríssimo, a S. Bernardino, na costa atlântica;
- o CM 1405 que liga a EM 580, em Geraldês, à EM 571-1, passando por Casais do Júlio.

Todas estas estradas têm pavimento betuminoso, por vezes muito bom, em geral em razoável estado de conservação, só em poucos casos, nas ligações menos importantes, um pouco degradado.

A malha da rede de interligações internas é já, pois, bastante satisfatória. Apenas em alguns pontos haverá interesse em completar a rede com alguns novos elementos, quer para apoiar novas actividades resultantes do ordenamento proposto neste PDM, quer para facilitar algumas das ligações actuais (sobretudo no sentido de evitar travessias urbanas).

De facto, embora os traçados, e sobretudo as larguras, das vias existentes sejam em largos trechos satisfatórios, por vezes não são os mais convenientes para vias que devem classificar-se de primárias numa rede local. Para o tráfego actual os principais problemas situam-se no arco constituído pela EM 580 (até Geraldês), CM 1405, EM 571-1 (desde o entroncamento com o CM 1405 até Ribafria) e EM 571 (desde Ribafria até Serra d'El-Rei); com efeito neste arco não só se permitiram grandes desenvolvimentos lineares entre Estrada e Geraldês, e de Geraldês a Casais do Júlio, o que transforma a estrada praticamente num arruamento urbano, como ainda o troço do Alto do Veríssimo a Bolhos tem o piso em estado bastante mau e o atravessamento de Ribafria e, sobretudo, o de Bolhos faz-se em condições extremamente deficientes.

Dificuldades análogas ocorrem ainda na travessia de outras povoações, nomeadamente na EM 578 em Atouguia da Baleia, o que tem levado a C. M. de Peniche a encarar a possibilidade de construir algumas variantes.

Ainda na perspectiva das ligações internas, num concelho como o de Peniche em que, na actividade agrícola, tem peso muito importante a horticultura, assume um carácter de grande importância a rede de caminhos rurais. A este respeito a cobertura do concelho sendo já relativamente importante apresenta no entanto problemas de transitabilidade mesmo em elementos recentemente construídos no âmbito do programa de caminhos rurais do PEDAP.

Por outro lado, uma vez que os caminhos rurais deveriam assegurar a acessibilidade a todas as explorações agrícolas, uma rede que efectivamente assegure esse requisito teria que ser uma rede extremamente densa pois a dimensão média das explorações em Peniche é de 2,3 ha e a larga maioria das explorações que tem menos de 5 ha apresentam em média uma dimensão de 1,6 ha; deste modo a rede actual que já tem uma razoável densidade, poderá necessitar de vir a ser completada nalgumas regiões.

2.4.2.3 - Interligações das redes nacional e local

Para caracterização da funcionalidade das redes importa ainda dar alguma atenção à relação entre a rede local e a nacional aspecto que para o futuro assumirá uma particular relevância se se atender a que a peça essencial da articulação externa do concelho será o IP 6, via que pelas suas características e posição dentro do concelho equivale a uma barreira cortando o território concelhio ao meio no sentido Leste - Oeste; acrescente-se ainda que a parte do concelho

a sul do IP 6 será por sua vez cortada no sentido Norte - Sul por outra barreira que é a albufeira da barragem de S. Domingos.

Em termos actuais a articulação entre as duas redes faz-se em geral nas periferias dos centros urbanos e, pesem embora algumas melhorias relativamente recentes feitas no cruzamento de maior importância (o de articulação entre a EN 114 e a EN 247), é em geral relativamente deficiente.

Para o futuro o enchimento da albufeira da barragem e a construção do IP 6 originarão a formação prática de três compartimentos cujas redes internas importará que se articulem entre si e com a rede nacional; assinale-se que, de acordo com o estudo prévio do IP 6, o compartimento a leste da albufeira e a sul daquele itinerário ficará ligado para norte por três passagens superiores e três passagens agrícolas mas só se liga a oeste através do EM 571-1 por Bolhos e Ribafria; ao mesmo tempo, sempre de acordo com o referido estudo prévio, o compartimento a sul do IP 6 e a oeste da albufeira terá três ligações para norte entre a EN 247 e a albufeira que corre praticamente em paralelo, mas entre a origem do IP 6 e o seu Km 3 cerca do Alto da Seixeira não haverá qualquer atravessamento para além das duas articulações com as referidas estradas nacionais.

Em relação com as articulações da rede interna na área deste troço inicial do IP 6 assinale-se em particular que, encaixada a sul e a oeste dele, fica a área prevista para instalação de uma zona industrial havendo que salvaguardar a ligação dessa zona em particular com Atouguia da Baleia que será naturalmente o centro populacional mais directamente envolvido com ela.

2.4.3 - Telecomunicações

A situação do Concelho de Peniche em termos de telecomunicações pode genericamente considerar-se satisfatória.

O concelho está, evidentemente, inserido na rede telefónica nacional que tal como em outras regiões do país vem a crescer com relativa rapidez; o Quadro I.2.8 e os gráficos das figuras I.2.3 a I.2.5 dão a imagem desse crescimento e da sua projecção futura, obtida junto dos correios e telecomunicações.

Quadro I.2.8 - Instalações telefónicas

Anos	Postos Telefónicos	Circuitos Regionais	Telex
1985	2125		
1986	2493		
1987	2 983		
1988	4023		
1989	4717	621	49
1990	6741	*641	*54
1991	*7873	*791	*56
1992	*9163	*840	*58
1993	*10510	-	-
1994	*11759		
1995	*12917		
1996	*14167		
1997	*15313		
1998	*16433		
1999	*17516		
2000	*18553		

* - Previsão em 1990

Verifica-se que entre 1985 e 1990 o número de postos telefónicos mais do que triplicou e que se prevê uma nova triplicação até ao ano 2000. Nos últimos anos, começou a instalar-se equipamento de comutação digital. Actualmente a taxa de digitalização é de 65% e prevê-se que em 1995 ela seja de 100%.

As ligações telefónicas de todo o concelho com o exterior são feitas por feixe hertziano e recebidas nas instalações da Telecom Portugal na cidade de Peniche de onde partem cabos para Estações de Alto do Veríssimo, Baleal e Atouguia; em Serra d'El-Rei existe também uma estação mas esta está ligada directamente às Caldas da Rainha.

No Desenho PDP/351-6 apresentam-se os elementos fundamentais desta rede.

Figura I2.3 - Número de postos telefónicos

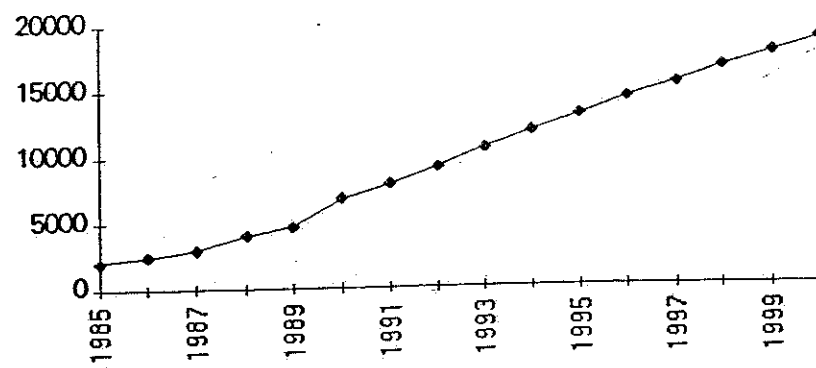


Figura I2.4 - Número de postos de Telex

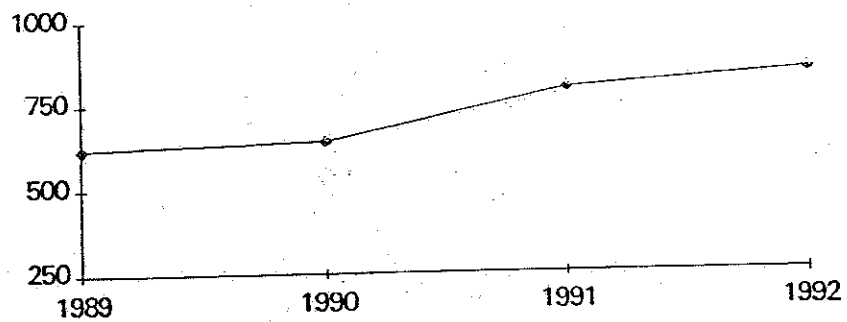
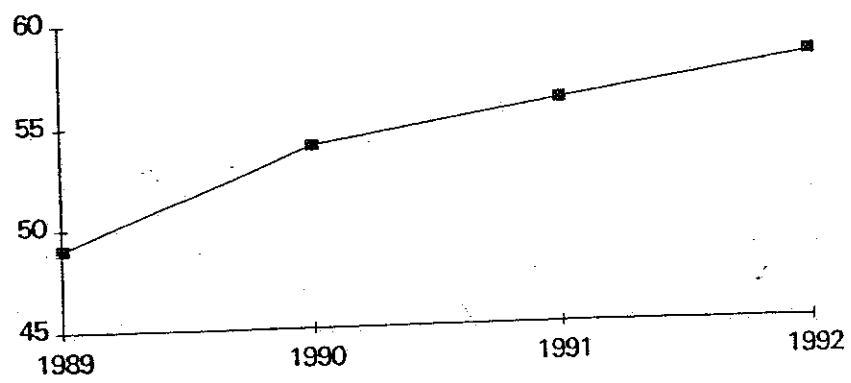


Figura I.2.5 - Número de circuitos telefônicos regionais



3 - ACTIVIDADES ECONÓMICAS

3.1 - AGRICULTURA

3.1.1 - Estrutura sectorial

O sector agrícola, em sentido lato, é ainda um sector de grande importância no contexto da actividade económica do concelho de Peniche e que, de acordo com os estudos disponíveis, se caracteriza genericamente da seguinte forma:

- em termos de explorações há uma muito clara dominância das pequenas explorações familiares voltadas para uma policultura mesmo quando no quadro dessa policultura assume especial relevância a horticultura de ar livre;
- não obstante a dominância da orientação tecnico-económica "policultura diversa", antes assinalada, as culturas horticolas de ar livre são, em termos de área ocupada e de valor acrescentado gerado, as culturas mais importantes no território do concelho (em particular se se lhes juntar a cultura da batata) o que aponta para um início de especialização nesse tipo de produções;
- embora se possa assinalar esse início de especialização, em termos de controlo de tecnologia e a julgar pelas produtividades alcançadas, parece haver ainda margens relativamente importantes de melhoria tecnológica;
- em termos de emprego representa ainda cerca de 15% da população activa mas, dado o tipo de explorações dominantes, estima-se que cerca de um quarto da população total residente no concelho tem fortes ligações à agricultura;
- em termos de circuitos de comercialização de produtos a situação caracteriza-se por uma completa dominância dos operadores e circuitos tradicionais;
- em termos de informação tecnico-económica não se regista qualquer dinamismo da parte de organizações de agricultores inserindo-se o concelho na Zona Agrária das Caldas da Rainha cujos serviços, em tipo e qualidade, têm as características e limitações que são conhecidas.

3.1.2 - Perspectivas de evolução do sector

As características e especialização do sector agrícola de Peniche apontam para a manutenção de um certo dinamismo e importância do sector que poderá, sobretudo se se estabilizarem e consolidarem os circuitos de comercialização das produções horticolas e se se operacionaliza

na região um verdadeiro mercado de origem para esse mesmo tipo de produtos, evoluir no sentido de uma mais acentuada especialização em horticultura.

Uma tal especialização aponta no sentido de se potenciar as disponibilidades de mão-de-obra familiar das pequenas explorações predominantes, mas pressupõe, por um lado, uma evolução tecnológica que possibilite a manutenção de uma elevada competitividade, por outro lado, o acesso a serviços de informação económica (nomeadamente de evolução de mercados e preços) que possibilite uma rápida adaptação com adopção de novas culturas ou novas variedades e, finalmente, uma rápida expansão do recurso à rega.

A necessidade de evolução tecnológica e de informação económica aponta para a existência de um vasto campo de serviços de informação técnico-económica a prestar, campo que não tem sido nunca da esfera de intervenção tradicional do poder local português.

A necessidade de uma rápida expansão do recurso à rega põe, com acuidade, o problema dos recursos hídricos disponíveis e sua utilização o que impõe, por um lado, que se promova um melhor conhecimento do funcionamento dos freáticos existentes e, por outro lado, a manutenção das manchas florestais como áreas de infiltração a preservar.

Finalmente, e como consequência directa para a Câmara Municipal, deve referir-se que o desenvolvimento e especialização progressiva da agricultura do concelho no sentido da intensificação da horticultura, implica uma acentuada melhoria das redes de caminhos rurais, com garantia de fácil circulação automóvel, o que implica não só um esforço adicional de investimento na construção de caminhos mas ainda, para o futuro, encargos importantes relativos à conservação desses caminhos.

3.2 - PESCAS

O sector das pescas é, em razão, quer das condições naturais, pela abundância do pescado e pela localização geográfica, quer das condições infraestruturais criadas ao longo do tempo, o sector que mais profundamente marca o concelho de Peniche.

A importância do sector no conjunto da economia do concelho traduz-se quer no índice de ocupação de activos (um terço da população activa está ligada à captura do pescado e um terço do pessoal ao serviço dos estabelecimentos industriais está empregado nas actividades de transformação do pescado), quer pelo volume da riqueza gerado.

3.2.1 - Actividade piscatória

A frota de pesca registada em Peniche era, em 1988, constituída por 1346 embarcações, das quais apenas 843 se encontravam em actividade. Existe uma relativa estagnação na frota, se não tão evidente no número de embarcações em actividade, pelo menos na tonelagem de arqueação bruta (TAB). Em termos médios pode dizer-se que a TAB unitária tem vindo a diminuir, situando-se, para as embarcações em actividade, em 23 TAB em 1984 e em 21 TAB em 1988, valor médio que situa Peniche na categoria das frotas fundamentalmente de pesca local e costeira.

Apesar destas características, o porto é demandado por embarcações de outros portos e tipos de pesca envolvendo maiores dimensões unitárias, como é o caso do arrasto costeiro, desde que o novo porto entrou em actividade, passou a descarregar em Peniche quantidades progressivamente significativas.

Em termos globais as descargas registadas nos últimos 5 anos denunciam uma evolução que, embora com oscilações significativas, foi claramente crescente, registando uma taxa de acréscimo de cerca de 8,5% ao ano; os volumes totais descarregados são profundamente marcados pela pesca de cerco, 88% em 1984 e 78% em 1988 - o que torna o porto de Peniche sobretudo um "porto de sardinha". É certo que, em termos de quantidades, a pesca polivalente tem vindo a crescer com grande rapidez mas é de esperar que estabilize representando cerca de um terço das descargas totais da pesca do cerco já que na evolução deste tipo de fenómenos verifica-se a lei dos crescimentos decrescentes com a existência de um tecto não ultrapassável, sob o risco de se romperem gravemente as dinâmicas das populações geradoras das capturas.

3.2.2 - Indústria Conserveira e Transformação pelo Frio

O parque industrial do concelho é composto por 5 unidades de fabricação de conservas e por 14 instalações frigoríficas, duas das quais encerradas. De notar que uma das unidades é mista detendo capacidade de transformação em conservas e pelo frio.

A produção de conservas, nos últimos anos está estagnada, sendo a capacidade de produção instalada nas 5 unidades em funcionamento bem superior às produções registadas.

No que respeita à sardinha, a produção anual, considerando uma laboração de 200 dias representaria, para um aproveitamento global da capacidade instalada, 16.600 toneladas (pes

global incluindo peixe, molhos e embalagem) a que equivaleria uma necessidade de aprovisionamento de 10.950 toneladas.

Esta necessidade é significativamente inferior (2,5 vezes) às descargas registadas em 1988. Note-se, no entanto, que dessa descarga, apenas uma parte pode ser aproveitada pela indústria, dadas as características da matéria prima que deve utilizar.

Contrariamente ao verificado na indústria conserveira, a actividade de transformação e conservação pelo frio demonstra grande vitalidade, expressa, aliás, no elevado número de unidades e de pedidos de financiamento à Comissão das Comunidades Europeias para a reconversão e melhoria de instalações existentes - 8 solicitações, já aprovadas pela Comissão.

A capacidade instalada em Peniche no que respeita à armazenagem frigorífica, congelação, conservação de congelados e fabrico de gelo, representa cerca de 25% da armazenagem do país e 20% da ultra congelação.

No que respeita à resposta que esta capacidade instalada está apta a dar à indústria e à captura, realce-se que, quanto a esta última, apenas as descargas provenientes da pesca de cerco são relevantes e encontra-se plenamente assegurada a sua congelação e armazenagem.

No que se refere à transformação, estão fundamentalmente em causa necessidades das unidades industriais que laboram matéria prima já congelada, não descarregada (a não ser esporadicamente) no porto de Peniche. Apesar de a capacidade instalada, quer em congelação quer em armazenagem de congelados, ser significativa, é pontualmente insuficiente, já que as dificuldades actuais no aprovisionamento de matéria prima exigem a manutenção de stocks elevados para assegurar uma laboração permanente.

3.2.3 - Síntese da Evolução Recente

Os indicadores disponíveis para 1989 e 1990 apontam para uma diminuição no volume das descargas em Peniche, ainda que não muito significativa. Analisando o conjunto dos últimos cinco a seis anos, a tendência é para a estagnação, se bem que o primeiro trimestre de 1992 denote uma subida de cerca de 30% relativamente a período homólogo de 1991.

As limitações impostas pela regulamentação comunitária não indiciam um desenvolvimento promissor das capturas e da produção industrial, embora as medidas de reconversão da

frota e da indústria, que não o aumento da sua capacidade, devam permitir manter a sua actual ordem de grandeza.

No que respeita às descargas em Peniche, a tendência global é, como se disse, para a estagnação. Por tipos de pesca, o cerco retomou, em 1989 e 1990, valores próximos dos que 1985; a pesca polivalente, depois de uma evolução muito positiva até 1988, fixa-se ao nível das 5.000 toneladas; finalmente o arrasto está estabilizado na ordem das 800/1.000 toneladas.

3.3 - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

3.3.1 - Estrutura sectorial

No concelho de Peniche os ramos da actividade industrial com maior peso relativo são:

- as indústrias alimentares, concentradas nas conservas, congelação e farinha de peixe e na preparação de pré-cozinhados;
- as indústrias da madeira e mobiliário, constituídas por pequenas unidades fabris quase artesanais;
- a fabricação de artigos de plástico, (uma unidade de fabrico de embalagens);
- o material de transporte, construção e reparação naval em madeira.

O concelho de Peniche apresenta, deste modo, um tecido produtivo industrial pouco diversificado, altamente dependente da transformação do pescado e de actividades relacionadas com o mar, como a construção e reparação naval em madeira e algumas oficinas de reparação de equipamento marítimo.

Este grupo de actividades industriais representa no conjunto da indústria transformadora cerca de 85% do seu valor de produção e do emprego.

Da análise da estrutura empresarial resultam como traços dominantes:

- cerca de 73% das empresas empregam menos de 20 trabalhadores;
- apenas uma unidade dá emprego a mais de 100 pessoas;
- sectores industriais como o mobiliário de madeira podem, em termos de dimensão, considerar-se de artesanato.

A capacidade média empregadora na indústria transformadora do concelho de Peniche em 1987 é de 35,8 trabalhadores por estabelecimento contra 43,9 no agrupamento de municípios das Caldas da Rainha, 43,4 no distrito de Leiria, 49,7 na média do país. Quanto à capacidade produtiva, a situação é também de relativa desvantagem, sendo respectivamente de 129,2 mil contos contra 140,2 no Agrupamento e 167,2 no distrito.

As indústrias alimentares são as de maior capacidade quer como empregadoras (49,4 empregos por estabelecimentos alimentares contra 12,0 na indústria de material de transporte e 35,8 na indústria transformadora como um todo) quer em termos de capacidade produtiva.

Em síntese a análise da indústria transformadora do concelho de Peniche permite concluir:

- i) o tecido industrial do concelho é, no essencial, constituído por três grupos de actividades industriais¹ com as seguintes características:
 - as indústrias alimentares ligadas à preparação e transformação do pescado nasceram e baseiam-se, ainda, na actividade tradicional de Peniche - a pesca; mais recentemente começaram a surgir outras actividades neste domínio ligadas também a um recurso natural local (a agricultura) e através da subcontratação de grandes empresas nacionais;
 - a construção e a reparação naval em madeira e algumas oficinas dependem também da actividade pesqueira;
 - a indústria da madeira e do mobiliário, apesar do seu carácter quase artesanal, na medida em que a produção florestal e nomeadamente a madeira quase não tem significado local, depende evidentemente do abastecimento exterior ao concelho e, quanto a madeiras exóticas, do exterior. Esta actividade localiza-se sobretudo na Serra d'El-Rei;
- ii) O tecido industrial apresenta debilidades estruturais no contexto da região e do país, quer em termos dimensionais, estrutura empresarial e produtividade, quer de diversificação. Aliás, o tecido industrial de Peniche é altamente concentrado num só tipo de indústria e altamente dependente de uma só actividade, a pesca.

¹ A rigor poderá ainda falar-se de um quarto grupo de unidades dispersas, sem nada de comum entre si. É o caso dos artigos de plástico, confecções, calçado, panificação e artes gráficas.

3.3.2 - Condicionantes de desenvolvimento

Um possível desenvolvimento do sector industrial do concelho confronta-se com algumas condicionantes de que importa destacar a acessibilidade, a dotação em infraestruturas, as disponibilidades de abastecimento e, finalmente, o próprio tipo geral de inserção na região.

Em termos de acessibilidade deve referir-se que a localização do concelho de Peniche, excêntrica em relação aos eixos viários de tráfego de mercadorias e de pessoas e sem caminho de ferro, torna a acessibilidade fraca em termos industriais. Este forte constrangimento pode ser relativizado de futuro com a abertura do IP6 que assegurando uma ligação eficiente aos mais importantes eixos viários resolverá a actual deficiência das estruturas viárias existentes.

Quanto a dotação em infraestruturas, a situação actual do concelho não é muito favorável quer, como já assinalado, em infraestruturas de transporte, quer em matéria de equipamentos sociais, quer ainda em terrenos infraestruturados para a indústria. Por outro lado o porto é apenas de pesca e, por enquanto, não estão definidas as infraestruturas e os incentivos que tornem atractiva a implantação de empresas no concelho.

Actualmente a indústria do concelho de Peniche labora no essencial sobre produtos da região (pesca e outras actividades ligadas ao mar) e em pequena percentagem transforma e/ou acondiciona produtos da agricultura e floresta. Mesmo enquanto a situação se mantiver com as características actuais (quer em tipo de produções quer em número e dimensão dos estabelecimentos), exceptuando os recursos próprios (pesca e agricultura), o concelho é no essencial dependente dos demais "inputs" necessários à laboração industrial.

Finalmente em matéria de condicionantes a nível da região refira-se que Peniche está integrado num agrupamento de municípios onde as Caldas da Rainha e Alcobaça são os principais centros industriais, possuidores de melhores infraestruturas, localização mais favorável e tradição industrial mais forte e diversificada. Daí que estes concelhos, também pelo seu grau de desenvolvimento e de potencial de fixação de pessoas - quadros técnicos, por vezes, peça importante da viabilidade de um empreendimento - se constituam em elementos de polarização regional, subtraindo recursos estratégicos aos concelhos vizinhos entre os quais Peniche.

3.4 - ENERGIA

3.4.1 - Sistemas de abastecimento

No concelho de Peniche os únicos elementos ligados ao sector energético correspondem ao sub-sector da distribuição quer em termos de electricidade quer em termos de combustíveis.

Em termos de electricidade o concelho está evidentemente integrado na rede nacional de distribuição, encontrando-se o concelho totalmente electrificado.

A rede eléctrica de Peniche é alimentada por uma linha de 60 kV que chega à subestação de Atouguia da Baleia (subestação de 60/30 kV) e é daí que partem as linhas que vão alimentar os postos de transformação instalados no concelho e de onde irradiam as redes de baixa tensão que cobrem os diferentes aglomerados e centros urbanos.

A rede de média tensão é já hoje praticamente toda em 30 kV com a progressiva desmontagem das linhas da rede antiga em 6 kV.

As redes de baixa tensão que partem dos diferentes PT instalados são em geral redes aéreas mas na cidade de Peniche, dados os problemas resultantes da elevada carga salina dos ventos, procede-se à substituição da rede aérea por uma nova rede subterrânea partindo do novo posto de seccionamento construído à entrada da cidade.

O desenho PDP/351-6 mostra o traçado da actual rede de média tensão, bem como o da linha alimentadora de 60 kV.

Em termos de abastecimento dos diversos combustíveis, não havendo qualquer rede de distribuição de combustíveis gasosos, a situação, até pelos relativamente reduzidos volumes de consumo, caracteriza-se pela não existência de qualquer centro distribuidor em território concelhio, com as diferentes companhias a abastecerem directamente os agentes locais através dos seus transportadores e distribuidores regionais.

3.4.2 - Consumos de energia e combustíveis

Como se disse já, e dados os volumes de população e as características das diferentes actividades económicas, os consumos totais de energia e combustíveis no concelho não envolvem volumes muito importantes tendo atingido:

- quanto a electricidade, em 1989, 42.2 GWh dos quais cerca de 16,0 GWh em média tensão;
- quanto a combustíveis, em 1987, cerca de:
 - 2000 toneladas de Gasolina (das quais apenas cerca de 20% correspondem a gasolina normal);
 - 4000 toneladas de gasóleo;
 - 900 toneladas de fuelóleo;
 - 150 toneladas de petróleo;
 - 1600 toneladas de gás (das quais cerca de 60% são de gás butano).

É no entanto importante registar as mais importantes tendências reveladas pelos diferentes consumos que sumariamente fornecem a seguinte imagem:

- no sector da electricidade, desde 1971 regista-se um muito forte crescimento do consumo, sobretudo devido ao crescimento dos consumos em baixa tensão o que traduz simultaneamente o progressivo e relativamente rápido equipamento das populações em termos de electrodomésticos e a quase estagnação dos consumos de carácter industrial;
- no sector dos combustíveis a situação é relativamente diversificada e:
 - o consumo de gasolinas (crescentemente do tipo super em relação com a evolução do parque automóvel nacional) cresceu apenas a uma taxa média anual de cerca de 2%;
 - o consumo do gasóleo e do fuelóleo revelam, através de uma oscilação interanual relativamente grande, uma tendência ligeiramente decrescente provavelmente reflectindo, quer a modernização das frotas consumidoras (com elementos equipados com motores de melhor rendimento), quer a progressiva desactivação, já antes assinalada, de embarcações da frota pesqueira;
 - o consumo de gás butano regista um acréscimo anual de cerca de 2,5% em média, ao passo que o consumo de propano tem vindo a crescer ao forte ritmo de 9% ao ano traduzindo provavelmente o relativamente forte acréscimo do sector dos serviços de restauração.

3.5 - SECTOR DE COMERCIALIZAÇÃO

No sector de comercialização implantado no concelho de Peniche pode-se, como é usual, encarar separadamente um sub-sector voltado directamente para o aprovisionamento das populações em produtos e bens de consumo correntes e um outro sub-sector interessando o funciona-

mento das actividades económicas quer como fornecedor de matérias primas e/ou produtos intermédios quer como canal de escoamento das produções alcançadas.

O sub-sector voltado directamente para o aprovisionamento da população em produtos e artigos de consumo corrente faz, em princípio, uma cobertura satisfatória de todo o território e dos diferentes núcleos populacionais, como se pode verificar na secção que se ocupa das redes de equipamentos e serviços existentes no concelho, pondo, quando muito, problemas ao nível quer da qualidade dos serviços prestados quer da gama de qualidade dos produtos oferecidos.

Com efeito tendo em atenção que os rácios de cobertura da população residente, quer por estabelecimentos de abastecimento diário quer por estabelecimentos do designado pequeno comércio tradicional, são claramente mais baixos que os mínimos usualmente utilizados para caracterizar as situações como satisfatórias, pode afirmar-se que, no domínio do comércio retalhista, não se põe qualquer problema no que respeita ao planeamento e coordenação deste tipo de equipamento colectivo; por outro lado, Peniche possui um Mercado Municipal suficientemente dimensionado e dispondo de uma variedade de pontos de venda que o tornam suficiente no curto-médio prazo.

Pelo que toca ao sub-sector voltado para o funcionamento dos circuitos comerciais directamente ligados à actividade produtiva regional, os estudos disponíveis apontam para a não existência de necessidades imediatas de novas infraestruturas subsistindo como único problema (provavelmente só resolúvel em nível supra-municipal) o de uma eventual organização dos pequenos horticultores como forma de se caminhar para uma rápida aplicação da designada normalização de produtos.

Com efeito, em relação ao sector das pescas, pesem embora algumas dificuldades já assinaladas, os circuitos parecem funcionar hoje com suficiente transparência e as capacidades frigoríficas e de congelamento instaladas e/ou projectadas, salvo alguns problemas pontuais derivados dos volumes de stock necessários, são suficientes.

Em relação ao sector agrícola regista-se uma cobertura de fornecimentos em produtos intermédios normalmente satisfatória e enquanto subsistirem os tipos de circuitos de escoamento dos produtos que existem actualmente os problemas mais sentidos pelos produtores põem o acento tónico das exigências nitidamente no domínio das infraestruturas rodoviárias.

3.6 - ACTIVIDADE TURÍSTICA

As características do concelho e a natureza da estrutura económica local colocam Peniche no enquadramento das Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico e dos Eixos de Desenvolvimento Turístico, no seio dos quais a actividade turística constitui actividade complementar de relevo que se desenvolve a partir de potencialidades naturais e factores de atracção próprios e se estrutura em articulação integrada com as demais actividades económicas locais.

Neste ordenamento turístico Peniche faz parte da Região Específica de Aproveitamento Turístico nº 2 (REAT2) a qual integra os quatro concelhos da Região de Turismo do Oeste: Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche.

3.6.1 - Vocação Turística de Peniche

Os recursos turísticos de Peniche, entendidos como o somatório de factores de atracção de ordem natural ou construída, correspondem à combinação de três componentes, duas reais e uma terceira potencial e de uso restrito:

- a **faixa litoral**, dispondo de um conjunto de praias reconhecidas e que já beneficiaram da atribuição da 'bandeira azul', símbolo de conformação com os parâmetros de contaminação mínima da CEE: Praia de S. Bernardino, Praia da Consolação, Praia de Peniche, Praia do Molhe Leste, Praia de Peniche de Cima e Praia do Baleal.
- a **faixa interior**, constituída pelas áreas não litorais das freguesias de Ferrel e Atouguia da Baleia e pela Freguesia da Serra d'El-Rei, de perfil campestre e com condições potenciais de agro-turismo e de localização de aldeamentos orientados para a fruição de um habitat natural à margem do congestionamento do litoral;
- a **reserva natural da Berlenga**, condicionada a uma utilização restrita numa perspectiva de fruição paisagística e de mergulho e pesca desportiva à linha, factores que podem viabilizar a recuperação do antigo forte recriando a Pousada dos anos sessenta para uma procura europeia e nacional de alto "standing".

A localização do concelho relativamente a algumas regiões do país, designadamente a Beira Interior, Lezíria e Vale do Tejo e a Grande Lisboa Norte, constitui um elemento de relativa atractividade, dada a menor distância a percorrer, comparativamente à zona algarvia. Acresce à maior proximidade um outro conjunto de factores não negligenciáveis: preços inferiores, menor congestionamento nos períodos de ponta, diversidade paisagística, etc..

O aproveitamento actual deste potencial turístico tem-se caracterizado por uma elevada sazonalidade o que decorre, sobretudo, do peso muito forte do turismo de litoral e do facto de Peniche ter uma procura, sobretudo, de nacionais que concentram as suas férias nos meses de Julho e Agosto, a tradicional época alta.

O diagnóstico da procura em termos de estratos nacionais e estrangeiros cujo interesse é possível captar para um turismo "fora de época", deixa antever a existência de um mercado potencial cuja adequada exploração poderia contribuir para reduzir a longo prazo, o desequilíbrio temporal que tem caracterizado a procura turística dirigida a Peniche.

nacional e estrangeira, quer pela localização da oferta de alojamento - pretende de algum modo começar a construir um conceito de **turismo balnear interiorizado** que permita reduzir as pressões existentes no sentido da ocupação indiscriminada da zona costeira por grandes empreendimentos, mesmo que estes se orientem por padrões de turismo de qualidade.

Esta ruralização do turismo de litoral assentaria na infraestruturização de espaços em zonas não abrangidas pela reserva agrícola onde se localizariam, para além do alojamento típico de aldeamentos turísticos, actividades complementares de índole recreativa e desportiva, nomeadamente campos de golfe, 'court' de ténis, complexos de recreio aquático, etc. para além de bares, discotecas e salas de exposições que assegurassem a adequada animação daqueles espaços.

3.6.2 - Condicionantes de Desenvolvimento

As condicionantes de natureza objectiva ao aproveitamento desta vocação turística podem ser assim enunciadas:

- ausência de dinamismo social e económico que crie a envolvente propícia ao surgimento de um clima de iniciativa empresarial moderno;
- carência de uma rede articulada de equipamentos hoteleiros de vários tipos e dimensões;
- carência de equipamentos colectivos de lazer e animação, nos domínios desportivo cultural e recreativo;
- estado deficiente da rede viária e infraestruturas de transporte com reflexos nas condições de acessibilidade geral da Região Oeste;
- carência de infraestruturas de saneamento básico e de tratamento de resíduos sólidos;
- deficiências na captação e distribuição de água com estrangulamentos espaciais temporais preocupantes a que haverá que juntar a poluição dos cursos de água;
- descaracterização dos núcleos urbanos tradicionais com abandono das zonas históricas e permissividade da construção no espaço urbano;
- completa ausência de ordenamento físico e paisagístico na ocupação da orla marítima

4 - MERCADO DE TRABALHO E EMPREGO

Embora, quer ao caracterizar genericamente os recursos humanos presentes na região, quer ao abordar cada um dos sectores de actividade, se tenha, eventualmente, apresentado alguns elementos relativos à população activa e às características do respectivo mercado de trabalho, na perspectiva do desenvolvimento concelhio, os problemas do funcionamento do mercado de trabalho assumem suficiente relevância para justificarem uma autonomização no âmbito da caracterização geral do concelho.

4.1 - POPULAÇÃO ACTIVA E SUA CARACTERIZAÇÃO

Se bem que a qualidade da informação disponível referente à população activa à escala concelhia deixe bastante a desejar, é, no entanto, possível caracterizar essa mesma população como correspondendo globalmente:

- a uma taxa de actividade masculina mais elevada que no continente em geral ao mesmo tempo que a taxa de actividade feminina é claramente mais baixa;
- ao que se tem designado como uma economia primária com indústria mesmo quando o sector primário perde progressivamente peso em favor, sobretudo, do sector industrial (com um progressivo maior peso da indústria de alimentação e da construção e obras públicas);
- a uma relativa carência de níveis de instrução (com uma ainda relativamente importante incidência de analfabetismo e uma grande maioria não tendo ultrapassado o ensino primário elementar);

caracterização que deixa antever a necessidade de promover a valorização dos recursos humanos do concelho.

4.2 - MERCADO DE TRABALHO E SUA CARACTERIZAÇÃO GERAL

Na caracterização do mercado de trabalho interessando directamente o concelho de Peniche importa não só analisar as suas características internas específicas mas ainda as suas ligações e grau de abertura regional.

Registando-se que no passado, ainda recente, o concelho de Peniche demonstrou atratividade suficiente para entre 1973 e 1981 ter um coeficiente de atracção de 12,6% e ter fixado

um apreciável volume de retornados das ex-colónias, verifica-se, no entanto, que o seu mercado de trabalho é em geral um mercado relativamente fechado.

Com efeito, os valores da taxa de dependência dedutíveis para o concelho de Peniche do estudo das deslocações pendulares casa/trabalho testemunham a relativa insignificância do trabalho fora do concelho de Peniche para os que aí residem, encontrando como actividade preponderante os serviços pessoais e domésticos, seguindo-se a construção civil e o comércio; esse mesmo estudo mostra também que para o reduzido volume de mão-de-obra empregada fora do concelho e nele residente, os concelhos das Caldas da Rainha, Lourinhã e Lisboa são os que têm um maior poder de polarização, o que corresponde grosso modo à importância dos factores proximidade geográfica e existência de oferta de ensino.

O grau de relativo fechamento do mercado de trabalho do concelho é em boa parte explicado pela estrutura de actividades, especialmente as pescas e agricultura, esta desenvolvida num quadro de exploração agrícola assegurada pelo agregado familiar coincidindo com o local de residência.

Este assinalado relativo fechamento do mercado de trabalho concelhio, prolonga-se na análise intra-concelhia, registando-se uma muito pequena mobilidade da mão-de-obra entre as freguesias do concelho, com as seguintes linhas de tendência:

- fluxo de mão-de-obra das freguesias rurais para o núcleo urbano, para três tipos de empregos: administrativos (Câmara, banca, etc.); pescadores e actividades de transformação e conservação de pescado; construção civil e obras públicas;
- fluxo de mão-de-obra, de menor dimensão que o anterior, das freguesias urbanas sobretudo para Atouguia, e com destino às actividades de transformação e conservação de pescado.

Todavia estas relações inter-freguesias decorrem num território limitado, com um número apreciável de ligações directas e com distâncias ao centro da rede (nó de maior acessibilidade de escassos quilómetros).

4.3 - OCUPAÇÃO DE ACTIVOS E ESTRUTURA EMPRESARIAL

A estrutura de emprego do concelho de Peniche traduz uma relativa importância do trabalho por conta própria que é a situação profissional de um quarto dos activos, valor mais ex-

pressivo em ramos de actividade que tradicionalmente, pela estrutura de propriedade e pelas formas de trabalho, mais se aproximam do trabalho por conta própria. Estão neste caso a agricultura e pecuária (72,5% de trabalhadores por conta própria), o comércio a retalho (60% entre patrões e TCP) e, em menor escala, a construção civil que se aproxima da média global.

Na estrutura profissional dos ramos maiores empregadores do concelho, ligados às pescas e à conservação e transformação do pescado, predominam os trabalhadores por conta de outrem (TPCO), correspondendo a 45% do total dos TPCO's.

Observa-se um elevado peso das empresas de pequena ou muito pequena dimensão, com cerca de 50% das empresas registadas a terem até cinco pessoas ao serviço, com percentagens muito elevadas em certos ramos de actividade, casos da construção civil, do comércio a retalho, das madeiras e dos serviços sociais em geral.

Nas actividades predominantes na estrutura económica do concelho constata-se que:

- nas **pescas**, das 24 empresas registadas três quartos têm entre 20 a 99 pessoas ao serviço, havendo uma empresa registada no escalão acima das 100 pessoas ao serviço;
- nas **indústrias da alimentação** (sobretudo transformação e conservação de pescado) existe uma distribuição mais equilibrada: cerca de 50% das empresas nos escalões mais baixos (0 a 5 pessoas e 5 a 19), igual número no escalão entre 20 e 59 pessoas ao serviço e, finalmente, uma empresa de maior dimensão no escalão entre 100 e 399 pessoas ao serviço.

5 - REDE URBANA , AGLOMERADOS E PATRIMÓNIO

5.1 - O SISTEMA URBANO

5.1.1- Panorama geral e principais problemas

Como se afirmou já na secção 2 deste mesmo capítulo, o território do concelho, que integrava, segundo o censo de 1991, 26665 habitantes, regista uma densidade média relativamente elevada (quer em termos nacionais quer em termos regionais) e, após ter apresentado na década de 70 um crescimento da população significativo, ainda que a taxas relativamente moderadas, na ultima década registou um muito ligeiro crescimento populacional traduzido numa taxa média anual de apenas 0,4%.

Nessa mesma secção, mostrou-se ainda que o sistema de ocupação do território apresenta uma muito clara tendência para a concentração das populações em agregados, ao mesmo tempo que uma muito marcada concentração na sede do concelho, o que se traduz em termos cartográficos no Desenho PDP/351-0 obtido por foto interpretação da cobertura aérea de 1990 e reconhecimento de campo.

A ocupação geral do território assenta assim num sistema muito desequilibrado onde, a par das funções centrais polarizadoras da cidade de Peniche, não existe qualquer núcleo complementar, com verdadeiras características de centro urbano, capaz de estabelecer dinâmicas alternativas às que se centram na sede do concelho.

Pode pois dizer-se que o sistema de ocupação do território enfrenta, na actualidade, quatro problemas, a saber:

- a) o desenvolvimento constante de Peniche como sede única de actividades industriais e de serviços com peso e dinâmica significativa no contexto regional;
- b) a relativa estabilização ou pequeno crescimento dos núcleos secundários, como Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra d'El-Rei, cujo papel na vida local se situa numa fronteira, equívoca, entre as funções de centros rurais e áreas de fixação de algumas, poucas, actividades industriais e de serviços;

- c) a dispersão da restante população por pequenos núcleos, relativamente estáveis, todos de muito débil potencial e com níveis de dependência muito fortes da sede do concelho;
- d) a desagregação e perda de sentido dos sistemas de ocupação junto ao actual sistema viário principal em virtude de dois fenómenos dominantes:
 1. pressão na faixa costeira para o aumento da capacidade de alojamento a partir dos núcleos base de S. Bernardino, Consolação e Casais do Baleal;
 2. pressão , em particular nas faixas adjacentes à EN 114 e sobretudo na área de Atouguia - Coimbra, para a localização de actividades artesanais/industriais e, complementarmente, de habitação, gerando sistemas lineares já com expressão significativa e sem contrapartida na estruturação urbana.

Por outro lado, nesta panorâmica geral , há ainda que referir todo um conjunto de tensões, não resolvidas, que se situam, dominantemente, na disputa entre a ocupação construída e a preservação / valorização do património natural, problema que assume duas facetas, que naturalmente se interpenetram e dizem respeito às zonas costeiras de alta sensibilidade, integrando as arribas da costa sul, as falésias da península e as faixas arenosa e dunar e, ainda, às zonas de elevada aptidão agrícola associadas, em parte, aos leitos e bacias dos rios Ferrel e S. Domingos.

Num território de pequena dimensão e com um índice de dispersão populacional por pequenos aglomerados relativamente importante, surgem, necessariamente, alguns problemas nesse confronto, aqui, de alguma forma agravados pelas pressões decorrentes da procura turística associada à fruição da costa e das praias. Por outro lado, as características de quase-ilha do território urbano da cidade de Peniche, com uma área muito limitada, propõe, inevitavelmente, uma confrontação entre a paisagem e valores naturais a preservar e os limites da área urbana actual e futura.

5.1.2 - Relação entre ocupação urbana e património natural

É hoje inegável que a defesa do património natural tem de ser assumida como um factor restritivo e enquadrador do desenvolvimento urbano e dos processos de ocupação do território em geral. Torna-se no entanto indispensável considerar que o homem também faz parte do sistema e o equilíbrio desejável passa, então, por uma preservação do património que possibilite a realização simultânea das expectativas das populações.

Assim, a formulação das perspectivas para a defesa e valorização do património natural deve considerar, em plano equivalente, as necessidades e compromissos indispensáveis para o progresso e valorização das comunidades humanas que usam o território, pelo que a análise do sistema urbano, ao exigir uma consideração detalhada dos problemas de fronteira entre a ocupação humana (e urbana) e os valores naturais a preservar e defender, é aqui conduzida dividindo o concelho nos cinco sectores seguintes, esquematicamente indicados na Figura I.5.1:

1. Faixa costeira sul entre a EN 247 e o mar;
2. bacia interior do rio S. Domingos integrando todo o território entre a EN 114 e a EN 247;
3. Zona das terras baixas integrando a bacia terminal do rio S. Domingos e a bacia do rio Ferrel ; território delimitado pela EN 114 a sul e pelo CM 1407 e pela EM 578 a norte;
4. Área predominantemente florestal delimitada a sul pelo ultimo sistema viário antes referido e a norte pelo limite do concelho;
5. Península de Peniche / Cabo Carvoeiro.

5.1.2.1 - Costa sul do Concelho

Trata-se de território em que domina o compromisso entre a ocupação urbana e a exploração da terra e onde os valores naturais dominantes são:

- o areal da Consolação tendo na retaguarda um cordão dunar consolidado de profundidade considerável;
- as arribas, a sul da Consolação, onde há a destacar a beleza do esporão rochoso da Consolação, integrando o belíssimo forte, monumento nacional, bem como a esplanada de acesso ao mesmo.

Numa apreciação geral da situação podem considerar-se três sectores distintos e a abordar diferenciadamente. Em primeiro lugar a área que integra S. Bernardino, Geraldês, Estrada, Consolação, Casal do Moinho bem como toda a faixa dunar até ao porto de Peniche e que é a zona de maior pressão urbanística, onde se verificam as maiores tensões entre o uso e a preservação dos valores naturais. Uma segunda área, no extremo Norte, pouco ocupada, com uso predominantemente agrícola e pontuada por algumas instalações industriais nos solos mais pobres. Por fim, há a referir toda a faixa a sul de S. Bernardino e Alto do Veríssimo, território quase virgem de ocupação construída, marcado pelo vale da ribeira de Canaveira e pela panorâmica que se desfruta das encostas situadas entre as cotas de 50 e 100 metros.

5.1.2.2 - Bacia interior do rio S. Domingos

É um território relativamente homogéneo e cujo futuro vai ser fortemente marcado pelos impactos da formação da albufeira da barragem e da construção do IP 6. É um território agrícola por excelência, pontuado por um conjunto de pequenos núcleos com características predominantemente rurais e onde avulta a Bufarda como polo principal. Trata-se da zona com menores tensões em torno do equilíbrio entre ocupação urbana e preservação do património natural mas em que importará dar particular atenção ao controlo da poluição das águas (quer em termos de tratamento de esgotos urbanos e/ou de instalações pecuárias periféricas quer em termos de níveis de utilização de adubos e pesticidas na agricultura). Limitando esta área a nascente destacam-se as alturas rochosas da Cezareda constituindo património natural a preservar.

5.1.2.3 - Baixas do S. Domingos e bacia do Ferrel

Zona que integra o cordão dunar a norte da cidade de Peniche e, para trás dele, constituída por terras de elevado valor agrícola em função do conjunto de factores que, genericamente, os caracteriza quanto a recursos hídricos, declives e natureza dos solos.

Trata-se, na zona não dunar e mesmo em algumas franjas desta, de território com longa tradição de usos agrícolas, mas hoje sujeito ao "assédio urbano" com duas frentes essenciais:

- pressão para ocupação das terras baixas, na frente de mar entre Peniche e Casais do Baleal;
- expansão da ocupação urbana na faixa Atouguia - Coimbra - Casais Brancos.

Dos valores naturais e de beleza paisagística, destacam-se as alturas junto a Casais de Mestre Mendo, desfrutando de soberba panorâmica sobre Peniche e Baleal, a ilha do Baleal propriamente dita e a belíssima baía que se estende até à Papoa.

5.1.2.4 - Faixa norte

Território de estrutura delicada e com acessos restritos, actualmente marcado pela área florestal constituída pelo pinhal da Câmara e outros.

As características estruturais da zona tornam essencial a sua preservação quer como elemento de contenção de processos erosivos quer como área de infiltração para alimentação dos freáticos sub-superficiais e manutenção do respectivo equilíbrio na fronteira com o mar. Há no entanto que encarar dois problemas:

- viabilidade de constituição de núcleo ou núcleos turísticos na orla costeira em coordenação ou articulação com programas no vizinho concelho de Óbidos;
- controlo e restrição de uso e transformação do solo na retaguarda da arriba arenítica evitando a remoção de areias que vem sendo feita, e eventuais ocupações por extensão do sistema Ferrel - Baleal.

5.1.2.5 - Península de Peniche - Cabo Carvoeiro

Constitui, simultaneamente, um sistema natural de rara beleza e o suporte da cidade sede de concelho. Este duplo valor coloca, de forma radical, o problema do equilíbrio entre as opções sobre o desenvolvimento urbano e as opções sobre defesa e valorização do património natural.

Este território é constituído por uma plataforma rochosa de altitude média rondando os 20 metros, sem grandes acidentes, com declive suave para leste, até ao istmo arenoso que o liga ao resto do concelho, e cuja fronteira é marcada pelos panos de muralha fortificada.

Do compromisso entre a ocupação urbana e a paisagem natural ainda são testemunhos algumas quintas que sobrevivem na península (embora só com um valor simbólico) e parte de uma rede de caminhos tradicionais e de muros de pedra dividindo propriedades e protegendo-as do vento, mas o que hoje se afirma como mais significativo, perante o rápido crescimento da cidade e a ocupação de novas áreas, é, sobretudo, o recorte majestoso da costa e o conjunto de magníficos horizontes que daí se desfrutam em todos os quadrantes.

Consumado há largos anos o projecto de uma estrada que bordeja a falésia, não resta hoje alternativa que não seja a de reduzir, na medida do possível, o seu papel enquanto via de serviço urbano, valorizando os aspectos de via panorâmica que permite desfrutar das belezas locais. Paralelamente, além das faixas disponíveis entre a estrada e o mar, haverá que defender e promover a valorização das zonas com características naturais e paisagísticas mais salientes como são a da frente do Cabo Carvoeiro e a Papoa.

5.1.3 - Núcleos de ocupação. Sistemas urbanos

Como se mostrou já, o concelho de Peniche pode ser caracterizado pela existência de um único núcleo com potencial e dinâmica significativos polarizando toda a restante ocupação feita em pequenos núcleos de fraca dinâmica e sem condições de competir com a cidade sede do Concelho.

Em termos gerais, podendo estabelecer-se uma correlação directa entre o potencial demográfico de cada núcleo e a sua qualidade urbana, medida em termos de qualidade ambiental, equipamentos disponíveis, serviços e actividades instaladas, podem referir-se como principais sistemas urbanos e para-urbanos, por ordem de peso demográfico, e até ao limite dos 50 habitantes os seguintes:

- Peniche
- Ferrel
- Atouguia da Baleia
- Serra d'El-Rei
- Bufarda
- Geraldês.

Para além destes sistemas que apresentam "raízes urbanas" ligadas à sua estrutura e composição, existe um largo espectro de núcleos e lugares correspondentes a pequenas unidades rurais, por vezes com funções ambivalentes entre o suporte da vida rural e a função turística ou de apoio ao turismo balnear como é o caso de Casais do Baleal, de Casal do Moinho e de Estrada.

Estas pequenas unidades, na faixa costeira a sul de Peniche, constituem mesmo um sistema complexo, em que os diversos lugares se vão interpenetrando e em que se assiste a uma ocupação muito extensa de território em virtude da pressão turística. Nesse sentido pode então falar-se dos sistemas de Consolação - Estrada - Casal do Moinho e de S. Bernardino - Casais do Júlio - Geraldês, embora o próprio facto de eles se virem a constituir por mera justaposição de sistemas lineares leve a que, não obstante a sua extensão, não exista qualquer contrapartida significativa na qualidade urbana das aglomerações.

Finalmente e numa primeira abordagem, refira-se a existência, nos núcleos próximos dos eixos viários principais, de processos de expansão linear altamente perniciosos quer pelos bloqueios que criaram ou podem vir a criar no sistema viário do concelho quer pelos enormes custos de infraestruturação que induzem.

Salientando-se uma vez mais o grande desequilíbrio existente entre o sistema urbano de Peniche e qualquer dos restantes núcleos, parece agora útil, sobretudo tendo em vista a forma apresentação de uma estratégia de promoção de um maior equilíbrio, proceder a uma avaliação mais detalhada das características mais significativas da rede de lugares do concelho, escolhendo os sistemas de maior potencial demográfico ou em melhores condições estratégicas para sustenta um processo de desenvolvimento.

1. Peniche

A sede do concelho é uma cidade com uma população actual de cerca de 17000 habitantes, constituindo, quer na sua estrutura geral, quer no somatório de valores que integra, um centro urbano equilibrado com oferta de valores e condições de vida em plano satisfatório no contexto nacional, regional e concelhio. A cidade actual, ocupando uma parcela já muito significativa da península, tem as suas raízes mais próximas nos núcleos históricos da Ribeira e Peniche de Cima, que constituíram, até meados do século XX, o essencial do sistema urbano.

Este núcleo histórico, sobretudo a Zona da Ribeira até ao Alto da Vila, constitui ainda hoje o verdadeiro centro da cidade, não só pela densidade de ocupação como pelo elevado nível de equipamento e de serviços instalados. Nas zonas novas, apenas as grandes unidades de equipamento público (escolas, hospital) têm marcado posição por óbvias razões de disponibilidade de espaço, mantendo-se no entanto a vida urbana ancorada no centro histórico que continua a preencher papel dominante.

Associando-se a estas áreas, a zona da Prageira cresceu basicamente como núcleo operário-industrial no período áureo da pesca e das conservas. Sendo inicialmente um sistema linear servido pela estrada de acesso à península, constitui hoje, com a expansão do porto, uma extensa zona portuária-industrial em rápida transformação. A expansão deste núcleo extra-muros associada ao novo porto e ao crescimento da cidade intra-muros em termos de ocupação territorial e de estruturação urbana, são os dois fenómenos mais significativos na apreciação do processo de desenvolvimento urbano de Peniche.

A cidade propriamente dita, que ocupava pelos anos 50 uma área não superior a 70 hectares, constituída basicamente pela faixa marginando as muralhas e integrando a zona da Ribeira e Peniche de Cima, tinha já as suas linhas de expansão orientadas segundo caminho tradicionais em direcção a Poente, ao Cabo Carvoeiro, com ocupações lineares a surgir associadas ao caminho do Farol e à estrada dos Remédios. A construção do prolongamento da Estrada Nacional até ao Farol pela costa Norte e, em anos mais recentes, o fecho deste anel pela costa sul, apoiado na perspectiva do Plano Geral do Arq. Paulino Montez, abriu caminho a transformações significativas no sistema de ocupação e na panorâmica geral da área da sede do concelho e criou a inevitável associação entre território urbano e toda a área contida no referido anel.

O sistema urbano actual é marcado, muito claramente, pelo contraste entre as zonas históricas e as áreas de expansão, sendo estas sobretudo constituídas pela faixa na orla sul, predominantemente habitacional, e pela faixa do vale central, associada à antiga estrada dos Remédios, organizada com base num sistema de grandes avenidas que se vêm estendendo a partir da zona baixa antiga, segundo traçados regulares e de perfil ou perfis transversais bastante generosos.

Todo este desenvolvimento fez crescer o território da cidade, que já hoje ocupa 200 dos cerca de 450 hectares da península, sendo no entanto notória a necessidade de uma melhor perspectivação do processo de expansão, no sentido de dar maior consistência ao sistema urbano e de permitir corrigir algumas distorções, o que implica o estabelecimento de opções definitivas sobre os limites da área urbana, sobre o traçado do sistema viário principal e sobre a qualificação dos destinos das áreas de expansão.

Como se refere em capítulo próprio a cidade está dotada de sistemas de infraestruturas que sendo satisfatórios, apresentam alguns problemas pontuais e que, sobretudo no que toca à rede de esgotos e tratamento respectivo, deverão ser equacionados para se evitar o respectivo agravamento.

Finalmente e no que toca ao património natural e construído, os valores existentes justificam um rápido avanço no sentido de estruturar uma matriz global de referência para a cidade, os limites e características das zonas construídas e naturais e regulamentação urbanística respectiva.

Haverá ainda que conceber e organizar os mecanismos específicos de defesa dos valores mais significativos, nomeadamente as zonas históricas da cidade e em particular a zona especial de protecção das muralhas e fortaleza.

2. Atouguia da Baleia

Este pequeno núcleo, primitiva sede de concelho e porto de mar na idade média, é hoje um aglomerado com sinais evidentes de perda de vitalidade e degradação, não obstante proximidade de Peniche e o crescimento de algumas zonas periféricas.

Localidade com pouco mais de 1500 habitantes tem a sua estrutura espacial organizativa muito marcada pelo confronto entre o núcleo antigo muito descaracterizado

ocupando uns modestos 8 hectares, e a estrada nacional 114 que faz a ligação à sede do Concelho. Esta estrada, que lhe serve de limite a nascente, depois de passar o rio S. Domingos e na proximidade da Igreja de S. Leonardo, determina pelas suas funções e tráfego intenso, um conflito permanente na sinuosa passagem através do aglomerado. Simultaneamente, e devido a esse mesmo factor, a extensão da ocupação ao longo da EN 114 em direcção a Peniche, é já um factor marcante da estrutura urbana e da sua imagem.

O núcleo urbano primitivo tem perdido, progressivamente, qualidade e funções urbanas relevantes, em virtude da degradação do parque construído e da expansão do aglomerado. Esta expansão de carácter radial, fez-se originariamente ao longo dos caminhos para sul, nomeadamente a ligação ao lugar de Estrada. Mais recentemente, uma vasta área de expansão adjacente à EN 114 tem sido suporte de novas urbanizações, segundo uma estrutura viária recticulada simples, integrando sobretudo habitações unifamiliares.

Este desenvolvimento, de expansão relativamente reduzida, em nada tem contribuído para a mudança estrutural do sistema urbano, correspondendo em boa parte a fenómenos de substituição de habitação degradada.

Neste panorama pobre, os valores patrimoniais mais salientes, como as Igrejas de N.ª Sr. da Conceição ou a Matriz de S. Lourenço, emergem como sinais a exigir um enquadramento mais digno e acções concretas de valorização.

No panorama geral do aglomerado, a modéstia dos equipamentos e serviços público que se registam em capítulo próprio, só vê perspectivas de mudança radical com a nova escola cuja localização na periferia sul está já consagrada.

A situação quanto a dotação em infraestruturas, que é objecto de secção específica deste capítulo, não difere significativamente da dos restantes aglomerados do concelho.

Atougua da Baleia carece em absoluto de um plano urbanístico que resolva os difíceis problemas de tráfego de passagem e tráfego interno e dê um impulso necessário à revitalização do núcleo. Nesse plano, cujas directrizes deverão impor a revalorização do núcleo antigo e uma articulação com as zonas novas, haverá que considerar uma maior densidade média para as novas áreas urbanas impedindo que o sistema se "esboroe" do centro para a periferia. Simultaneamente importará promover uma melhor dotação de equipamentos e a fixação de actividades e serviços.

3. Ferrel

Localidade com cerca de 1800 habitantes, situada no entroncamento das ligações viárias Baleal - Casais de Mestre Mendo - Serra d'El-Rei e para Atouguia, tem o seu núcleo central precisamente nesse entroncamento a partir do qual se estabeleceu uma dispersão radiante reflectindo os sucessivos compromissos entre o crescimento urbano e as fronteiras de exploração agrícola que evidencia o papel de Ferrel como núcleo rural por excelência.

Aglomerado de estrutura anárquica e difícil, conserva ainda adjacentes ao núcleo central algumas parcelas livres de dimensão significativa, que podem servir para uma reestruturação urbana da zona nuclear que se justifica plenamente até pela recente elevação de Ferrel à condição de sede de freguesia.

Sendo historicamente e no essencial um núcleo rural, é também hoje um polo com potencialidades no domínio do turismo e a intervenção estruturante necessária deverá atender a essas duas vertentes parando o actual processo de construção ao longo da EM 578 em direcção ao Baleal e dando em seu lugar origem a um processo mais consistente que integre o desenvolvimento linear entretanto já formado.

4. Serra d'El-Rei

O lugar de Serra d'El-Rei é, de entre os núcleos secundários de Peniche, o mais frágil quer pelo seu menor dinamismo nas actividades económicas, quer pela sua estrutura urbana.

Dividida pela EN 114, a estrutura urbana de Serra d'El-Rei organiza-se em quarteirões irregulares que se articulam segundo padrões aleatórios e criam um verdadeiro dédalo de ruas estreitas e sem horizontes.

O núcleo mais compacto e antigo, que é também o mais degradado ao nível do parque construído, situa-se a sul da EN 114.

Com um património arquitectónico hoje reduzido aos restos do Paço e à Igreja de S. Sebastião, importa favorecer o futuro deste núcleo aproveitando as potencialidades existentes favorecendo uma melhor articulação entre as áreas a norte e a sul da estrada nacional e promovendo a reconversão e recuperação do património construído.

A consolidação das perspectivas deste núcleo deverá ainda atender à necessidade de, a par do estabelecimento de novos limites urbanos que enquadrem futuras expansões, promover a fixação de novas actividades, equipamentos e serviços, nomeadamente com a localização de actividades industriais e armazéns em zona adequada e através da expansão da pequena área central actual.

5. Consolação, Estrada, Geraldês, S. Bernardino

Este conjunto de núcleos, situado na Costa Sul do concelho, constitui hoje uma realidade complexa resultante do confronto entre os núcleos rurais tradicionais e os novos núcleos de índole turística.

Em toda a zona é bem patente a proliferação de novas casas ao longo das estradas e caminhos e a implantação de loteamentos turísticos relativamente extensos conferindo aos diversos núcleos, hoje desarticulados, um ciclo irregular de uso e ocupação oscilando entre a animação fervilhante do verão e o adormecimento no resto do ano.

A desarticulação dos diversos núcleos, bem como alguns problemas de inadequação das infraestruturas aos níveis de utilização de ponta, impõe que a necessária intervenção na zona seja conduzida sem abertura de novas frentes e procurando consolidar as perspectivas actuais, o que implica a definição de limites urbanos dentro dos quais se deve conter a expansão turística em curso e o favorecimento e completamento dos diversos sistemas, dotando-os de equipamentos adequados.

5.2 - PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

No âmbito do PDM que ora se apresenta importa reconhecer toda a herança histórica e o seu legado patrimonial do Concelho, não só no sentido de promover as medidas indispensáveis para a sua preservação e valorização, mas, também, no sentido de entender as raízes do universo que hoje se conhece e que certamente vão influenciar o destino futuro.

No relatório dos Estudos Prévios deste Plano Director Municipal foi incluída uma nota que fornece um enquadramento histórico bastante desenvolvido da génese dos diferentes elementos do património e agora retomam-se dessa nota, organizando-as por aglomerado, as referências essenciais relativas a cada um dos elementos de património que se incluem no inventário que se apresenta adiante (ver Desenho PDP/351-7).

5.2.1 - Património da cidade de Peniche

Na cidade de Peniche foram reconhecidos os seguintes elementos patrimoniais, de que, sempre que existe, se fornece a respectiva classificação:

- Fortaleza e todos os baluartes e cortinas que se estendem desde a entrada da vila até à zona da Capitania (Baluarte de Gamboa e Forte de Cabanas) - MONUMENTO NACIONAL
- Forte da Luz
- Igreja de N. Sr.ª da Ajuda - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
- Igreja Matriz de S. Pedro - IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO
- Igreja de N.S.ª da Conceição - IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO
- Igreja da Misericórdia - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
- Capela de N.S.ª dos Remédios - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
- Capela de Stª Ana
- Capela do Alto de Santa Cruz
- Capela do Senhor do Calvário
- Fonte de Rosário
- Farol de Cabo Carvoeiro
- Farol de Duque de Bragança

A fortaleza e os baluartes e cortinas hoje classificados como monumento nacional foram construídas a partir de 1650 por ordem de D. João IV e segundo o traçado do Eng. Nicolau de Langres. Integravam um sistema defensivo com um longo historial e cujo antecedente mais próximo tinha já sido um outro sistema idealizado ainda por D. Manuel mas cuja construção só foi iniciada nos finais do reinado de D. João III e finalizada no reinado de D. Sebastião e de que faziam parte os fortes de N.S.ª da Vitoria do Cabo Carvoeiro, da Ilha do Baleal, de S. João Baptista na Berlenga (construído entre 1636 e 1655) e de Nossa Senhora da Consolação (construído entre 1641 e 1655).

É ainda integrado naquele sistema defensivo que se procede mais tarde à construção de um fortim no porto da Areia do Sul, de outro no Porto da Areia do Norte, do Forte de S. João da Luz, de uma linha de terraplanagens até ao Cerco Cão e de um fortim no Baleal.

Apesar de todas as ruínas e abastardamentos de obras posteriores, nomeadamente no período em que serviu de presidio, a fortaleza, em cujo interior existiu em tempos o Palácio do Governador, parcialmente destruído por um incêndio provocado por uma explosão de um paiol e que nunca mais foi reconstruído na sua traça original, conserva ainda um aspecto interessante e tem inegavelmente uma carga de memória histórica que importa valorizar e proteger.

A Igreja de N.S.^a da Ajuda, situada na zona norte da cidade, é a mais antiga das três principais igrejas de Peniche existindo já em 1505 pelo que a data que figura nas ombreiras da sua porta principal deve corresponder a obras de restauro ou ampliação.

De formas sóbrias e equilibradas é uma obra interessante de transição do Gótico para o Renascimento, tendo nas suas ornamentações bem vincados elementos Manuelinos. No seu interior as paredes são inteiramente forradas a azulejo padrão azul e branco à excepção da Capela-Mor onde predomina o padrão amarelo.

A Igreja Matriz de S. Pedro, localizada junto à zona da Ribeira num largo situado nas traseiras da actual Av. do Mar, é uma imponente construção datada dos finais do século XVI e posteriormente ampliada em 1670 para passar a possuir as suas três naves actuais. Obra aparentemente incompleta, já que tem apenas uma torre, é bastante interessante pela sua entrada invulgar e de inegável valor arquitectónico, com um pórtico central de acesso ao adro em que o paramento exterior aparece como que suspenso a emoldurar o arco do pórtico apoiado em duas colunas de secção rectangular.

Interiormente é constituída por duas séries de soberbas colunas toscanas que a dividem em três naves. As paredes do corpo da Igreja são nuas, contrastando com a riqueza da Capela Mor em talha dourada. O baptistério é forrado de azulejo azul e branco, bastante antigo, ao que se sabe recuperado do refeitório do Convento do Bom Jesus após a sua extinção em 1884.

A Igreja de N.S.^a da Conceição é uma construção sem as pretensões da Igreja de S. Pedro, que datando dos finais do século XVII (a construção foi iniciada em 1680) é relativamente pequena, com uma só nave, e está recheada de manifestações plásticas características do século

XVIII. As paredes, à semelhança da Igreja de N.S.^a da Ajuda, são forradas a azulejo azul e branco e o tecto é pintado a azul, verde e vermelho.

A Igreja da Misericórdia data do início do século XVI e foi restaurada em 1793. Interiormente é de grande beleza, riquíssima em pintura e azulejaria. As paredes são forradas de azulejos azuis e amarelos encimados de outros do tipo quinhentista, axadrezados azul e branco, e o tecto é integralmente decorado com cinco séries de onze quadros pintados a óleo representando os principais acontecimentos evangélicos. Na sacristia existia ainda uma série de sete tábuas, representando as sete obras de misericórdia, obra regional do século XVII de particular interesse pelos seus apontamentos iconográficos. Finalmente conta a capela com seis telas de Josefa de Óbidos.

Junto à igreja contígua ao Hospital e com ele comunicando internamente foi construída do outro lado a Torre do Relógio que, embora pareça pertencer-lhe, nada tem a ver com a construção da igreja, embora com ela comunique por uma pequena porta de serventia entre a torre e o coro.

A Capela de N. S^a dos Remédios, cuja fachada principal, voltada para o largo do Santuário dos Remédios, se resume a um simples portão de ferro entre duas janelas gradeadas encaixado num muro de pedra caiado de branco que circunda um adro de planta quadrada com cerca de quinze metros de lado, tem como um dos seus aspectos mais curiosos a sua implantação a uma cota inferior à do Santuário, o que supõe a eventual adopção de construção anterior.

No corpo central de um dos lados tem-se acesso à capela do Senhor Morto, cavada no próprio rochedo, que foi, ao que parece, a primitiva capela existente no local.

As paredes laterais do corpo central e da capela-mor, bem como a abóbada, são forrados de magníficos azulejos de padrão azul e branco do século XVII, e na sacristia há um largo painel de azulejos que dizem ser os mais antigos de Peniche.

5.2.2 - Património de Atouguia da Baleia

Na Atouguia da Baleia que, em conjunto com Serra d'El-Rei, contém grande parte das edificações mais antigas e valiosas, identificaram-se os seguintes elementos de património:

- Igreja Matriz de S. Lourenço - MONUMENTO NACIONAL
- Ruínas do Castelo
- Touril
- Igreja de Nossa Senhora da Conceição - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
- Pelourinho Manuelino - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
- Cruzeiro Manuelino - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
- Igreja de S. José
- Igreja da Misericórdia

A Igreja Matriz de S. Lourenço é de construção que data provavelmente do século XII, ou mesmo de período anterior, terá contudo sofrido obras de restauro provavelmente do século XIV durante os períodos áureos de Atouguia ao tempo de D. Pedro I ou de D. Fernando.

O monumento acusa nitidamente vestígios de uma época de transição do estilo românico para o gótico, apresentando exteriormente um portal com vários arcos em ogiva assentes em seis colunas de capiteis românicos toscos, e ainda a originalidade de uma única torre sineira de forma quadrangular rematada por duas pequenas pirâmides. Interiormente é dividida em três naves, sendo a central alteada sobre as laterais, com três troncos de arcos em ogiva e colunas cilíndricas a sustentar a arcaria, rematadas por capiteis cúbicos. Ainda no seu interior merece referência o belo frontal do altar em calcário fino - obra portuguesa trecentista - onde se encontra gravado em baixo relevo o motivo da natividade.

O castelo de Atouguia, de que apenas subsistem algumas ruínas, terá sido mandado edificar por D. Dinis em 1208 para defesa da povoação, ao tempo porto de grande importância comercial e estratégica, e reconstruído no reinado de D. João II em meados do século XVI.

O Touril, mandado edificar por D. Pedro I, de que ainda actualmente se observam algumas ruínas, é a mais antiga construção do país relacionada com as touradas. Dele restam apenas doze marcos inteiros, de pedra tosca, com três orifícios cravados no chão e formando um ângulo recto, fazendo adivinhar a existência de outras duas filas, constituindo um recinto quadrado.

A Igreja de N.S.^a da Conceição, que se ergue no largo incaracterístico em que surgem, insólitas, as ruínas do Touril, tem uma imponente fachada barroca incluindo os seus torreões de construção bastante mais recente; a obra, que foi iniciada em 1694, só foi terminada em 1785 e foi inteiramente custeada pelas esmolas do Povo. Ostenta nas suas formas alguma beleza e magnificência, sendo a capela-mor e a sacristia inteiramente forradas a mármore com incrustações de rosa, branco, amarelo, vermelho e negro.

5.2.3 - Património de Serra d'El-Rei

Em Serra d'El-Rei, como elementos de valor patrimonial, subsistem:

- o Palácio de Serra d'El-Rei - IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO
- a Igreja Matriz de S. Sebastião

Do Palácio ou Paço da Serra subsistem um longo muro onde se recortam janelas geminadas góticas, que aparentam ser da primitiva construção, e alguns traços de gosto Manuelino que revelam que, nos finais do século XV ou início do século XVI, o palácio detinha ainda importância suficiente para receber obras. Trata-se de edificação mandada erigir por D. Pedro I pelos anos 1357 ou 58 a que se liga a designação do lugar que anteriormente se chamava Serra da Pescadaria.

A Igreja Matriz de S. Sebastião é de construção muito mais recente e nela existe uma lápide, colocada na parede exterior, contendo uma inscrição referindo a existência prévia, próximo da actual povoação, de um convento de eremitas de invocação de S. Julião que terá sido erigido no lugar onde os romanos tiveram um templo dedicado ao culto de Neptuno.

5.2.4 - Património de outros agregados e lugares do Concelho

Para outros agregados e lugares do concelho foram recenseados os seguintes elementos de património:

a) Na Consolação

- Forte da Praia da Consolação - MONUMENTO NACIONAL
- Igreja de N.S.^a da Consolação

b) Em S. Bernardino

- Convento de S. Bernardino

c) Na ilha da Berlenga

- Forte de S. João Baptista - MONUMENTO NACIONAL
- Farol do Duque de Bragança

d) em outros lugares

- Capela de Santo Estêvão na ilha do Baleal
- Capela de Ferrel
- Capela de Reinaldes
- Igreja de Mestre Mendo
- Igreja de Bolhos
- Igreja de Bufarda
- Igreja e Capela de Geraldês
- Igreja de Estrada

5.3 - REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

As informações recolhidas sobre as redes de equipamentos e serviços existentes no concelho e que se reúnem nos quadros I.5.1 e I.5.2 espelham, mais uma vez, uma enorme polarização na sede do concelho onde se concentram quase todos os equipamentos principais e a grande maioria dos serviços, colocando todos os outros lugares numa situação de extrema dependência neste domínio e evidenciando uma distorção que deve ser corrigida.

Quadro I.5.1 - Síntese dos equipamentos e serviços disponíveis no concelho

PRINCIPAIS LOCALIDADES DO CONCELHO	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ASSISTÊNCIA	CULTURA E RECREIO	SERVIÇOS PÚBLICOS	RELIGIOSOS
PENICHE	<p>Ensino pré-primário 9 salas</p> <p>Ensino Primário 46 salas (b)</p> <p>Ensino Preparatório 20 salas (b)</p> <p>Ensino Secundário 20 salas (b)</p> <p>Formação profissional - Forpescas - Cénium - Ens. Sec. Público</p> <p>Ensino privado - um extermato cobrado desde creche até ao ensino secundário. - formação profis. - "cinius" - C. Tec. Inv. Gestão - F.S.E.</p>	<p>Hospital (b)</p> <p>C/ capacidade de 53 camas das quais 20 em medicina e 3 em S.O.</p>	<p>Creches 3 incluindo a do Externato de ensino privado</p> <p>Infantários 4 unidades</p> <p>Actividades de Tempos Livres (A.T.L.)</p> <p>Outras Instit. - Santa Casa Mis. - CERCIP (Bloco Educ.) - CERCIP-CREAP (form. profissional)</p> <p>- Resid. alunos</p> <p>- Colónia de férias "Rotary"</p>	<p>Cinema (centro comercial)</p> <p>Museu</p> <p>Biblioteca da Câmara</p> <p>Campo de jogos</p> <p>Pav. Polivalente</p> <p>3 Clubes (Ass. Desp. Rec. Penichense; Clube Recreativo; Clube Naval)</p>	<p>CMP - Serv. Técnicos - Serv. Municipaliz.</p> <p>Assemb. Munic.</p> <p>Juntas de Freg. - da Ajuda - da Conceição - de S. Pedro</p> <p>Conservatória do Registo Civil</p> <p>Tribunal</p> <p>PSP</p> <p>GNR</p> <p>Guarda Fiscal</p> <p>Capitania</p> <p>CTT/TLP</p> <p>EDP</p> <p>Turismo</p> <p>Bombeiros Vol.</p> <p>Inst. Crédito (BNU, BPA, UBP, CGD, Caixa Agric. Caixa Pescadores)</p> <p>C. Nac. Pensões</p>	<p>7 igrejas e capelas</p> <p>Cemitério</p>
ATOUGULA DA BALEIA	<p>Ensino Primário 5 salas (b)</p> <p>Ensino Preparatório Telescola (b)</p>	<p>Posto Médico (b)</p>	<p>1 Infantário do Centro Paroq.</p>	<p>Campo de jogos</p>	<p>Junta de Freguesia</p> <p>CTT (posto recep.)</p>	<p>4 Igrejas</p> <p>Cemitério</p>
FERREL	<p>Ensino primário 3 salas (b)</p> <p>Ensino Preparatório Telescola (b)</p>	<p>Posto Médico (b)</p>	<p>Uma creche e infantário</p>	<p>Campo de jogos</p> <p>Saio de festas</p>	<p>Junta de Freguesia</p>	<p>1 Capela</p> <p>Cemitério</p>
SERRA D'EL-REI	<p>Ensino primário 4 salas (b)</p>	<p>Posto Médico (b)</p>	<p>um infantário particular</p>	<p>Campo de jogos</p>	<p>Junta de Freguesia</p> <p>Bombeiros Volunt. (edif. em const.)</p>	<p>1 Igreja</p> <p>Cemitério</p>

(a) situação referida a 1990

(b) Público

Quadro I.5.2 - Quadro síntese da rede de estabelecimentos comerciais e de serviços no concelho

Com. Alim. (a)	Total	Peniche	Ferrel	Alunguila	Serra	Mestre Nendo	Casas Brancas	Guindelo	Reinhold	Qu. dos Sapalhos	Casal da Estrada	Rolva Janga	Casal do Molho	Consolidação	Estrela	Geraldes	Casas do Jilho	S. Bernardino	Alto do Versasso	Bafarda	Ribafra
MERCERIA	55	27	7	1	9	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
MERCERIA E CAFE	17	3	3	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MERCERIA E TAB.	11	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PADARIA	6	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TALHO	12	7	1	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MINI-MERCADO	19	11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SUPERMERCADO	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CHARCUTARIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
LUGAR DE FRUTA	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PEIXARIA	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
COM. GEN. ALIMENT.	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
LUGAR DE HORTIC.	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
COM. DE PEIXE	17	10	1	5	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
COM. DE MARISCO	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
COM. DE VENDA	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
AMB. GEN. ALIM.	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	161	81	16	9	15	2	3	3	3	3	3	3	3	2	4	5	2	2	2	6	4
CAFES, RESTAUR., ETC (b)																					
TABERNA	24	19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CAFE	78	45	12	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PASTELARIA (b)	20	16	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
DELADARIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PRONTO A COMER	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CAFE-RESTAUR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
RESTAURANTE (c)	24	21	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
RESTAURANTE	11	7	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CERVEJARIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MARISQUEIRA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CHURRASQUEIRA	5	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
BAR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PENSÃO	168	117	21	6	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	3	4	1	1

(a) Situação referida a 1990

(b) inclui estabelecimentos mistos pastelaria-gelateria

(c) inclui estabelecimentos mistos Restaurantes-Cervejarias e Casas de Pasto

Quadro I.5.2 - Quadro síntese da rede de estabelecimentos comerciais e de serviços no concelho (cont.)

SERVIÇOS (a)	Total	Pontche	Fartel	Alougaria	Serra	Mastro Mundo	Casais Brancos	Cumbria	Reinhalda	Qua dos Salgados	Casaf da Estalegum	Relva Louga	Casaf do Moinho	Concelho	Estrela	Gerulhos	Casais do Jollo	S. Martinho	Alto do Vencimento	Bafarda	Ribadita
CINEMA	1	1																			
SALA DE JOGOS	2	2																			
DENTISTA	1	1																			
GAL. TEL. CONTAL.	1	1																			
BARAG. JOMBA	13	10	1	1			1									1					
CABELEIREIRO	2	1	1																		
LAVANDARIA																					
ALFAIATE																					
COSTUREIRA		1																			
TRICOTADEIRA		3																			
SAPATEIRO	2	1														1					
ESTOFADOR		1																			
PASTELEIRO		1																			
FABRICO DE BOLOS		1																			
FOTOGRAFO	9	2	1	6																	
ELECTRICISTA	2	2											1							2	
ELECT. NAVAL		1											1								
ELECT. AUTOMOVIS		1																			
MICANICO DE FRIO	10	5														2					
PEDEIREIRO		1							1												
CARPINTEIRO	2	1																			
SERRALHEIRO		2																			
PINTOR	1	2		1																	
CANALIZADOR		2																			
LATOEIRO		1																			
CARVOEIRO		1																			
BOBINADOR		1																			
TRACTORISTA	2																		1		
MONTAGEM CAIX. DE ALUMINIO	1	1																			
TOTAL	69	46	3	8			1		1				2			4			1	3	

(a) situação referida a 1990

Quadro 1.5.2 - Quadro síntese da rede de estabelecimentos comerciais e de serviços no concelho (cont.)

ORÇENAS REPARAÇÃO	Total	Panache	Fenel	Alcunha	Serra	Meire Mendo	Casas brancas	Cumbria	Remolhas	Uta dos Salgados	Casa da Fragância	Reba Longo	Casado Alto	Conceição	Estado	Crabbes	Casas do Inho	S. Bernardino	Alto do Vento	Belanda	Belbina
MAT. ELEC.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TELEVISORES	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
REF. MAQ. LAVAR	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
REF. MAQ. LAVAR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
REF. MAQ. LAVAR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CASSE METALICAS	8	3	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
REF. E MOTORIZ.	11	6	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
AUTOMOVEIS	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ACTORES	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	28	17	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ORÇENAS (a)																					
FABRICO DE BARCOS	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CARPINTARIA	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MARFENARIA	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
MARFENARIA	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SERRALHARIA	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
METALURGICA	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	23	6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

(a) - situação referida a 1990

6 - HABITAÇÃO

No âmbito das actividades da Câmara assume grande relevância a actividade que se prende com o sector habitação e o respectivo desenvolvimento; da mesma forma o desenvolvimento habitacional tem a maior importância no quadro dos determinantes do ordenamento do território. É pois natural que se consagre todo um capítulo da caracterização do concelho e da sua situação sócio-económica ao problema da habitação tendo sobretudo como objectivo apresentar um quadro aproximado das carências actuais em matéria de habitação, sobretudo em relação às famílias residentes.

6.1 - CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A evolução do alojamento no concelho, durante a última década, denota um crescimento global acentuado traduzido num aumento de cerca de 35 por cento do número de unidades, evolução que não é alheia à forte expansão da oferta de habitação de uso sazonal sobretudo nas freguesias de Atouguia e Ferrel. Não existindo informação fiável quanto à evolução dos usos da ocupação, a observação empírica e a própria análise das licenças de construção, espacialmente concentradas em lugares como Consolação, Baleal e Ferrel indicia que o elevado crescimento das unidades de alojamento se fica a dever à componente alojamento de uso sazonal.

Quadro I.6.1 - Evolução do alojamento (1981/91)

Freguesia	1981		1991		Variação	
	Aloj.	Edif.	Aloj.	Edif.	Aloj.	Edif.
Ajuda	2786	1707	3615	1820	829	113
Atouguia da Baleia	4609	4316	4653	3553	(*)44	-763
Conceição	1494	943	2042	1299	548	356
S. Pedro	1013	698	1092	803	79	105
Serra d'El-Rei	623	604	689	652	66	48
Ferrel	-	-	2099	1572	(*)2099	1572
Total no Concelho	10525	8268	14190	9699	3665	1431

Fonte: II e III Recenseamento da habitação, INE.

(*) - Desanexação do lugar de Ferrel; balanço líquido (Atouguia e Ferrel): + 809 edifícios e 2055 alojamentos.

Aliás, se se observar a evolução na década precedente (1971- 1981), para a qual os I e II Recenseamentos à Habitação fornecem os elementos reunidos no Quadro I.6.2, já então essa especificidade de Peniche era evidente, pois durante essa década o número de alojamentos clássicos cresceu globalmente cerca de 36 por cento mas, enquanto o número de alojamentos "ocupados" cresceu cerca de 28 por cento, o número de alojamentos "com uso sazonal" mais do que duplicou crescendo cerca de 145 por cento.

Quadro I.6.2 - Evolução da ocupação dos alojamentos (1971/81)

Tipo de Alojamento	1970	1981	Variação
Ocupados	5890	7515	+1625
Clássico C/ uso sazonal	510	1248	+ 738
Vagos	1325	1647	+ 322
Outros tipos	25	120	+ 95
TOTAL	7750	7740	+2780
Nº de famílias	7815	7740	- 75
Nº de residentes	25627	24939	- 688

Fonte: I e II Recenseamentos da Habitação, INE.

Na década de oitenta, entrando em linha de conta com a evolução demográfica e designadamente das famílias residentes em Peniche, observa-se um crescimento do número de alojamentos clássicos bastante superior ao do número de famílias facto que se traduz numa melhoria das condições de habitação no concelho (ver Quadro I.6.3).

Quadro I.6.3 - Crescimento do alojamento e da procura de alojamento

	Variação (%)	Taxa de Crescimento Médio Anual (%)
Alojamentos	34,8	3,0
Famílias	13,6	1,3

Assim, e enquanto as famílias cresciam à média anual de pouco mais de um por cento o alojamento crescia a três por cento. Nesta evolução destacam-se sobretudo as freguesias urbanas de Ajuda e Conceição, a par da nova freguesia de Ferrel.

Esta evolução repercute-se sobre a relação número de famílias/número de alojamentos que tem em Peniche um comportamento relativamente favorável não indiciando situações de sobreocupação ou défice habitacional, situação que o quadro seguinte testemunha.

Quadro I.6.4 - Número de famílias e respectivos alojamentos

Freguesias	Alojamentos		Famílias		Relação Fam./Aloj. (*)	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Ajuda	2786	3615	2510	2862	0,90	0,79
Atouguia da Baleia	4609	4653	2696	2356	0,59	0,51
Conceição	1494	2042	1246	1482	0,83	0,73
S. Pedro	1013	1092	909	829	0,90	0,76
Serra d'El-Rei	623	689	457	485	0,73	0,70
Ferrel	-	2099	-	871	-	0,41
Peniche	10525	14190	7818	8835	0,74	0,63

Fonte: II e III Recenseamento da Habitação, INE.

(*) Considera-se o número total de alojamentos clássicos.

Em relação aos outros tipos de alojamento regista-se sobretudo a habitação precária (barracas, alojamentos móveis improvisados, ...) que atingia 76 unidades segundo o Censo de 1981, valor que tem de ser confrontado com os levantamentos efectuados pelos serviços da Câmara Municipal e que em conjunto deverão permitir estimar o défice teórico de alojamentos (a analisar mais detalhadamente adiante).

Relativamente às condições de habitabilidade, as estatísticas referem, no início da década de oitenta, a situação que é, sumariamente, dada no Quadro I.6.5.

Quadro I.6.5 - Condições de habitabilidade em Peniche (1981)

	Número	Percentagem
Ocupação unifamiliar	7390	94,5
Ocupação partilhada	426	5,5
Alojamentos superlotados	1423	18,2
Alojamentos s/ água e electricidade	382	4,9
Total de alojamentos clássicos	7816	100,0

Fonte: II Recenseamento à Habitação, 1981, INE.

Já nessa época o número de alojamentos sem água e electricidade era relativamente baixo e os dados actualizados relativos ao número de consumidores de água e o número de contadores de electricidade instalados, apontam para uma quase cobertura do concelho relativamente a estas infraestruturas.

6.2 - EVOLUÇÃO RECENTE DA CONSTRUÇÃO PARA HABITAÇÃO

A consulta aos ficheiros da Câmara Municipal que registam as licenças concedidas para construção de habitação - mais concretamente os verbetes preenchidos para o INE - traduz de modo notório a evolução registada pelo III Recenseamento à Habitação.

No quadro I.6.6, que sintetiza a informação relativa ao conjunto do concelho no período referido, observa-se um apreciável ritmo da promoção de habitação, sobretudo no segmento das novas habitações (cerca de quatro quintos do número total de licenças) e com ligeiras oscilações ao longo da década. A informação recolhida transmite a ideia que a oferta de habitação em Peniche excede já a procura existente sendo exemplo disso os fogos acabados e que permanecem devolutos por ausência de interessados¹.

¹ Esta situação parece poder ser atribuída ao efeito conjugado do ritmo ligeiro de crescimento da população e da inexistência de condições de acesso à aquisição de habitação própria (dificuldade de preenchimento dos requisitos de acesso ao crédito: entrada inicial e estrutura de rendimento de suporte às prestações de amortização e juros).

Quadro I.6.6 - Relação de Licenças para Habitação

ANOS	Construção nova	Ampliação Transformação	Habitação e Comércio	Total
1982	147	12	-	159
1983	147	27	-	174
1984	158	30	8	196
1985	146	31	10	187
1986	148	38	3	189
1987	132	38	7	177
1988	179	20	3	202
1989	92	15	4	111
1990	123	27	10	160
Total	1375	261	53	1689

Fonte: Verbetes do INE.

A ventilação por freguesias desta expansão do sector (ver Quadro I.6.7) revela que cerca de 68 por cento das licenças para construção de habitação ou de habitação e comércio tiveram origem nas freguesias não pertencentes ao núcleo urbano da sede, freguesias que em 1991 albergavam apenas 41,4 por cento da população residente (39,6 por cento em 1981). Esta constatação reforça a convicção segundo a qual o esforço de construção de habitação ao longo da década tende a alimentar predominantemente o segmento de residência secundária ou para alugar em determinadas épocas do ano.

Quadro I.6.7 - Licenças de construção de habitação por freguesia

Freguesias	Construção nova	Ampliação Transformação	Habitação e Comércio	Total
Da cidade (em conj.)	412	104	26	542
Atouguia da Baleia	585	114	18	717
Serra d'El-Rei	83	16	4	103
Ferrel	295	27	5	327
Total	1375	261	53	1689

6.3 - BALANÇO HABITACIONAL DO CONCELHO

6.3.1 - Carências habitacionais acumuladas

A expansão demográfica do concelho de Peniche na década de setenta apoiada no desenvolvimento do sector piscatório e da agricultura, a par da instalação de novas actividades comerciais e de serviços, criou alguns problemas no sector da habitação.

Com efeito, não existindo uma oferta de casas ajustada à estrutura de recursos de uma população de baixos rendimentos, e com uma inércia generalizada do mercado de arrendamento, restava a possibilidade da promoção de habitação social.

Ao longo dos anos setenta a autarquia local desempenhou um importante papel na promoção da oferta de habitação a um nível que situa Peniche como um dos concelhos do país com maior percentagem de habitação social. Desde 1976 que foram sendo construídos bairros sociais em programas desenvolvidos em colaboração com o Fundo de Fomento da Habitação, com o IGAPHE e mais recentemente com o Instituto Nacional de Habitação. Segundo dados da Câmara a habitação a custos controlados, fomentada pelo município, corresponde, em média, a 10,27 por cento do total da habitação construída.

Não obstante o reconhecimento do facto já assinalado da existência no concelho de um volume significativo de novas habitações devolutas, o simultâneo reconhecimento de que tal si

deve em grande parte às dificuldades assinaladas de acesso ao crédito, conduziu a autarquia a, em Julho de 1987 e em apoio à proposta de lançamento de um novo programa de construção de habitação social², sustentar a "necessidade de criar um parque habitacional que corresponda a níveis correctos de satisfação e que seja acessível aos agregados de fracos recursos económicos, residentes e produtivos no concelho".

Nessa proposta fazia-se uma caracterização prévia da situação habitacional do concelho com base nos ficheiros de procura da Divisão de Habitação e Urbanismo, ficheiros que registavam um total de 1218 agregados familiares com situação habitacional precária ou passíveis de serem abrangidos por programas de habitação social repartidos, como se regista no Quadro I.6.8.

Quadro I.6.8 - Caracterização da situação habitacional das famílias recenseadas como carentes de habitação

Tipo de habitação	Const. em bom estado	41,78
	Const. em mau estado	54,72
	Const. em perigo de ruína	3,56
Estrutura de ocupação	Habit. independente	17,85
	Parte de casa	12,35
	Coabitação	69,80

Fonte: "Programa de Habitação Social - proposta de lançamento de 250 fogos", C.M. Peniche.

Em termos mais actualizados a estimativa do número de famílias carenciadas dever oscilar entre 15 e 16 por cento do número total de famílias residentes no concelho³, residindo provavelmente, na sua maioria nas freguesias da cidade de Peniche.

Com efeito, um levantamento sobre carências habitacionais, nas três freguesias rurais conduzido pela Câmara em 1990 e que forneceu os dados que se apresentam no Quadro I.6. fundamenta aquela mesma assumpção que por outro lado está de acordo com a estrutura

² Trata-se da proposta para o lançamento de 250 fogos no âmbito de um contrato a celebrar entre C.M. de Peniche e o I.N.H. ao abrigo do Decreto-Lei 226/87 de 6 de Junho.

³ De acordo com os registos dos serviços de habitação da Câmara serão cerca de 15%, mas se tomarem os dados relativos ao III Recenseamento da Habitação serão cerca de 16%.

populacional das freguesias urbanas e o respectivo perfil de ocupações/actividades tipo, com consequências sobre o padrão de rendimentos, que fazem esperar aí uma grande incidência das dificuldades de acesso à habitação.

Quadro I.6.9 - Carências habitacionais por freguesias

	Nº de famílias carenciadas vivendo em:			Total
	Casa	Barraca	Casa Degradada	
Atouguia da Baleia	-	33	10	43
Ferrel	4	11	9	24
Serra d'El-Rei	-	3	12	15
Total	4	47	31	82

Fonte: "Levantamento da Carência Habitacional das Freguesias Rurais do Concelho de Peniche", 1990, C.M. Peniche.

6.3.2 - Intervenção em curso

De acordo com a informação recolhida, a promoção municipal de habitação prosseguiu durante a década de oitenta embora áquem das necessidades e das propostas apresentadas a financiamento pela Câmara Municipal:

- da proposta de lançamento de 256 fogos no programa de habitação a custos controlados, apenas 156 foram consagrados no protocolo celebrado com o Instituto Nacional de Habitação;
- dos fogos objecto deste protocolo foram construídos apenas 96, sobretudo na freguesia da Ajuda, que correspondiam 'grosso modo' ao número de fogos a construir no primeiro ano de intervenção; os sessenta restantes deverão ser transformados em programa de construção a custos controlados a arrancar ainda em 1992;
- para as áreas rurais o INH aprovou projectos de 12 fogos na malha da C+S d Atouguia da Baleia;

- foi entretanto deliberada a assinatura de um protocolo para a construção de 64 fogos a custos controlados no quadro de um C.D.H.;
- existem diligências em curso para aprovação de um programa de 18 moradias rurais a localizar equitativamente em Atouguia, Serra d'El-Rei e em Ferrel permitindo o realojamento de agregados familiares em situação de grande precariedade, nomeadamente isolados e grupos socialmente marginalizados como os ciganos.

Significa isto que, nos programas em curso, tendo sido programados cerca de 240 fogos foram construídos 96 o que aponta para um saldo a construir de 154 fogos, saldo a que se deverão adicionar os 100 fogos propostos no primeiro programa acima referido e que não foram incluídos no protocolo que veio a ser assinado.

Grande parte dos fogos construídos ou a construir ao abrigo dos programas referidos destinam-se a arrendamento na base de rendas fortemente subsidiadas, enquanto os fogos de promoção municipal no âmbito de C.D.H.'s se destinam a venda, condição de recuperação dos investimentos municipais no sector.

6.3.3 - Estimativa preliminar de carências habitacionais

A quantificação global de carências constitui um exercício de aproximações sucessivas pela natureza das variáveis estritamente demográficas e sócio-económicas:

- do ponto de vista da **evolução demográfica** o concelho registou ao longo da década de oitenta um acréscimo de 1040 indivíduos que corresponde sensivelmente ao valor do saldo fisiológico da década; a dimensão média das famílias que em 1981 era de 3,28 passou em 1991 para 3 membros por agregado familiar, o que deveria corresponder 'grosso modo' a um acréscimo de 1067 famílias;
- as unidades de alojamento em edifícios em mau estado e sem condições mínimas de habitabilidade (infraestruturas e serviços) representam uma bolsa de fogos a recuperar e reabilitar; considerando fiel o levantamento efectuado a partir do ficheiro de procura, o valor estimado desta bolsa corresponde ao somatório das construções em mau estado ou em perigo de ruína: 709 habitações (54,72%) das habitações precárias registadas;
- é de admitir que as licenças concedidas para ampliação e transformação ao longo da década de oitenta signifiquem, na sua quase totalidade, uma melhoria do alojamento dos agregados familiares que aí habitavam anteriormente (significando nalguns casos o prolongamento da integração familiar de casais jovens vivendo com os pais);

iv) a construção nova, num total de 1375 licenças concedidas entre 1982 e 1991, representa um volume de fogos que se estima poder atingir 2511; admitindo que um quarto da promoção privada para venda (na base de alvarás de loteamento) se destina a habitação permanente tem-se uma oferta global de 1564 fogos. (Este valor confrontado com o crescimento populacional entre 1981 e 1991 parece confirmar observações empíricas que vão no sentido da existência de uma oferta excedentária de fogos, quer absoluta face às necessidades efectivas, quer relativa face à capacidade aquisitiva das famílias tipo).

De acordo com este raciocínio, o saldo global da situação habitacional do concelho seria o que a seguir se apresenta :

- Número de famílias c/ alojamento deficiente	709 fam.	709 fam
- Acréscimo global do número de famílias inter-censos		1067 fam
Sub-Total		1776 fam
- Construções de novas habitações (para habitação permanente) entre 1982 e 1991		1378 fog
- Promoção pública de habitação social		
. Concluída		96 fog
. Prevista financiada		(60+12) fog
. C.D.H		64 fog
. Prevista a financiar		18 fog
Sub-Total		1628 fog

Dado que a relação número de famílias/alajamento observada no Censo de 1991 está sobredimensionada, uma vez que não é feita a distribuição de ocupação dos alojamentos clássicos entre residência permanente, uso sazonal e casas vagas - deve considerar-se como situação desejável "uma família por alojamento" o que corresponderia a uma necessidade bruta de cerca de 1456 alojamentos $[(1067 \times 0.7) + 709]$, ou seja, considerando uma situação de substituição completa dos alojamentos em estado deficiente, quantitativo que é sensivelmente inferior à promoção global estimada.

Nestas circunstâncias e face ao conhecimento existente:

- da capacidade económica dos agregados familiares;
- da tendência regressiva dos fluxos migratórios para o concelho confirmado pelo Censo de 1991;
- das projecções demográficas (hipótese ponderada) para o horizonte 2001 (horizonte do Plano Director) que estimam um acréscimo face a 1991 de 977 habitantes correspondentes a 325 famílias à dimensão média actual, a oferta de novas habitações, actualmente existente e em fase de construção, seria suficiente para responder, quer à procura revelada quer à procura previsível, devendo a atenção dos promotores ser centrada na satisfação das carências já identificadas no âmbito da caracterização com base nas fichas de procura.

Aplicando a estrutura das tipologias construídas resultante daquele estudo de carências ao valor actual (défice de 1428 alojamentos) e considerando que importa ainda responder a necessidades provisórias de transição, como as que decorrem de situações de desastre mas também a habitações singulares de populações flutuantes ligadas ao ensino, à saúde e à administração, estimam-se as necessidades totais por tipo de habitação nos quantitativos que se inscrevem no Quadro I.6.10.

Quadro I.6.10 - Necessidades de construção de habitação.

Tipologia	Percentagem	Quantidade
To	-	36
T1	16	228
T2	51	728
T3	27	386
T4	6	86
Total	100	1464

Fonte: Idem quadro anterior.

7 - INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

7.1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O concelho de Peniche é actualmente servido por um sistema de abastecimento de água alimentado por captações de águas subterrâneas, com uma produção total da ordem de 177 l/s. Das captações existentes destacam-se os quatro furos de Olho Marinho, os quatro furos de Paço/Bolhos/Ribafria e os dois furos localizados entre Coimbrã e Atouguia, contribuindo para a produção total respectivamente com cerca de 75 l/s (42%), 42 l/s (24%) e 25 l/s (14%).

O sistema de adução existente é constituído em termos gerais por três eixos: norte, central e sul, com origem no reservatório de Serra de El-Rei.

O eixo principal é o central sendo constituído por uma conduta de 200 mm de diâmetro até receber, logo a jusante da Povoação de Serra de El-Rei, as águas do sistema elevatório com origem nas captações de Paço/Bolhos/Ribafria. A partir desta inserção e até Peniche passa a ser constituído por duas condutas, uma de 200 mm e a outra de 250 mm de diâmetro. Este eixo alimenta Casais Brancos, Reinaldes, Coimbrã, Atouguia da Baleia e Peniche. Junto a Peniche existe uma derivação para sul de 200 mm de diâmetro para alimentar Casal do Moinho e parte das povoações de Estrada e de Consolação.

O eixo norte serve no percurso Casais de Mestre Mendo e vai alimentar Ferrel, que no entanto é já hoje fundamentalmente alimentado por um adutor de 250 mm de diâmetro, abastecido a partir de uma picagem realizada no adutor de 250 mm do eixo central.

O eixo sul serve as povoações de Bufarda e do Alto do Veríssimo e prolonga-se depois, inflectindo para norte, para servir Casais do Júlio, S. Bernardino, Geraldês e parcialmente Estrada e Consolação.

Com a conclusão das obras da barragem do rio S. Domingos entrará em serviço o novo sistema de abastecimento de água ao concelho de Peniche, prevendo-se que esteja a funcionar a partir do verão de 1994. Este sistema será dimensionado para um caudal da ordem de 150 l/s, sendo constituído por estação elevatória, localizada a jusante e integrada no corpo da barragem, estação de tratamento de água, localizada junto ao encontro esquerdo da barragem num patamar a cotas da ordem de 50 m, conduta adutora de 400 mm de diâmetro, reservatório apoiado de duas células de 1500 m³ e reservatório elevado de 500 m³, ambos localizados a norte de Peniche.

A partir deste novo sistema a Câmara Municipal de Peniche prevê, possuindo estudos nesse sentido, o abastecimento de água à zona industrial e o reforço de abastecimento de água às povoações de S. Bernardino, Geraldês, Estrada, Consolação e Casal do Moinho. Para este efeito os estudos realizados consideram uma picagem na conduta adutora de 400 mm que abastece Peniche, junto a Atouguia da Baleia e a instalação de uma conduta adutora ao longo da EN 247 até ao reservatório do Casal do Veríssimo, necessitando a meio do percurso de uma estação elevatória. Em termos de armazenamento de água estão previstos dois reservatórios, um na zona industrial com duas células de 1200 m³ cada e outro, junto ao existente do Casal do Veríssimo com duas células de 1500 m³. A partir deste último reservatório será distribuída água para as povoações acima referidas. No desenho PDP/351-8, relativo aos sistemas de abastecimento de água, ilustra-se o sistema referido.

Para reforço do abastecimento de água da zona de Ferrel e Casal do Baleal foram recentemente executados três furos. A reunião dos caudais captados, da ordem de 18 l/s, será realizada num pequeno reservatório de 50 m³ donde sai uma conduta de 250 mm de diâmetro para o reservatório existente em Ferrel. Para a distribuição de água na zona de vocação turística e ocupação condicionada junto à EM 578 está prevista a instalação de uma conduta de 250 mm, em continuação da existente e que abastece Ferrel e Casal do Baleal, fechando malha com a conduta existente de 250 mm de diâmetro no cruzamento com a EN 114.

7.2 - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Em consequência do padrão de povoamento do concelho de Peniche, caracterizado pelo facto da população estar praticamente toda em aglomerados populacionais, sendo grande parte deles com mais de 500 habitantes, resulta em termos de redes de drenagem de águas residuais uma quase completa cobertura; assinala-se, no entanto, que as condições de funcionamento dessas redes são, em alguns casos deficientes, quer por defeitos de concepção, uma vez que a sua implantação foi feita em grande número de casos em condições técnicas muito deficientes pois foi conduzida por comissões de moradores e praticamente sem projecto técnico fundamentado, quer porque os dimensionamentos feitos não são compatíveis com as enormes sobrecargas estacionais resultantes dos afluxos estivais de população.

Mas se, em termos de mera cobertura através de redes colectoras, a situação do Concelho de Peniche não é das mais desfavoráveis (pesem embora os problemas funcionais assinalados) já em termos de tratamento e destino final das águas residuais a situação é francamente mais deficiente. Com efeito, embora os estudos e projectos dos interceptores de

águas residuais e sistemas de tratamento e destino final já estejam realizados, poucos são os casos em que as obras já foram construídas. Assim, não há na prática estações de tratamento de águas residuais, sendo a rejeição feita directamente para as linhas de água ou para o mar, com todos os problemas de degradação do meio que tal acarreta; no Desenho PDP/351-10 ilustra-se a situação actual, quer dos interceptores, que encaminham as águas residuais para as estações de tratamento, quer das estações de tratamento.

Se genericamente a actual situação se pode caracterizar da forma referida é, no entanto, conveniente levar a análise ao nível de cada um dos principais aglomerados.

Assim em termos de redes de drenagem de águas residuais verifica-se que (ver Desenho PDP/351-9):

- no Baleal não existe rede de drenagem de águas residuais sendo as habitações equipadas com fossas que, no entanto, têm problemas de limpeza;
- nos Casais do Baleal (Baleal continente) existem, por um lado, as redes separativas (duas redes independentes de recolha e drenagem, uma delas de águas pluviais e a outra de águas residuais) que equipam a área do Baleal - Sul e, por outro lado, a rede unitária ligada à rede de Ferrel que equipa a área a norte; as redes separativas estavam ligadas a uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR) mas esta não está em actividade pelo que a descarga se faz sem tratamento para uma linha de água que passa imediatamente a sul e que entronca depois no rio Ferrel; as águas residuais drenadas pela rede unitária da parte norte dos Casais do Baleal são concentradas numa estação elevatória localizada próximo da ligação ao Baleal, estando a conduta elevatória ligada à rede de Ferrel e efectuando-se a rejeição das águas residuais na linha de água afluente do rio Ferrel já referida. A descarga directa de águas residuais no mar, imediatamente a sul de Tômbolo, foi eliminada pela construção de uma estação elevatória e encaminhamento das águas residuais para a mesma linha de água.
- em Ferrel existe uma rede do tipo unitário que está em muito mau estado (embora venha a ser progressivamente remodelada de acordo com um projecto existente) e que tem dois pontos de rejeição ambos sobre linhas de água tributárias do Rio Ferrel, um deles a oeste de Ferrel e o outro a sul, junto à EM 578;
- em Serra de El-Rei a rede unitária existente é nova e tem dois pontos de concentração de águas residuais - um a oeste da povoação sobre a bacia do rio S. Domingos outro a norte sobre a bacia da Ribeira de Vale Benfeito;
- a Atouguia e a Coimbrã têm uma rede unitária que presentemente tem cinco pontos de rejeição, todos sobre a bacia do rio S. Domingos - dois na Coimbrã, um deles para norte e o outro para sul da EN 114, este último localizado imediatamente a jusante de

barragem de S. Domingos, dois a norte de Atouguia, já a jusante da barragem e à entrada da zona mais aplanada com descarga no rio de S. Domingos e o quinto a oeste de Atouguia, sobre a bacia da linha que atravessa o Vale de Grou para se juntar àquele rio na sua parte final quando este rompe os cordões dunares litorais;

- Reinaldes, Bolhos, Paço, Ribafria e Bufarda têm todos redes unitárias que descarregam sobre linhas de água da bacia do rio S. Domingos (ou directamente sobre ele), a montante da barragem em construção;
- Geraldês tem duas redes - uma cobrindo a parte norte da povoação que descarrega sobre a linha de água que corre praticamente em paralelo à estrada Peniche - Lourinhã e atravessa como já se referiu o Vale do Grou, e a outra cobrindo a parte sul da povoação e que terminava numa fossa a oeste e está hoje ligada por um colector ao lugar de Estrada imediatamente a norte;
- Estrada tem uma rede que, como se disse, recebe as águas da parte sul de Geraldês e descarrega depois a norte na bacia da mesma linha que atravessa o Vale do Grou;
- S. Bernardino tem uma rede unitária que vem desde junto a Casais do Júlio e que termina numa fossa junto à arriba e imediatamente a sul da povoação, fossa que descarrega directamente para o mar;
- Consolação, que não está ainda totalmente coberta com rede de esgotos, tem uma rede que abrange o desenvolvimento da povoação em direcção ao lugar de Estrada tendo sido eliminada a descarga de águas residuais no mar, a norte do aglomerado, por meio de uma estação elevatória onde actualmente se faz a concentração e elevação das águas residuais para a linha de água que passa junto da EM 580;
- Na cidade de Peniche existe uma rede unitária na parte mais velha e redes separativas na zona mais moderna; todas as redes existentes descarregam directamente para o mar - a rede da parte mais antiga da cidade descarrega junto ao molhe oeste do porto após bombagem e as redes que cobrem a parte norte da cidade e a zona industrial do istmo descarregam na costa norte da península junto da Papoa; as águas provenientes do sistema unitário têm diversas descargas ao longo do fosso da velha muralha da cidade; em termos de descargas assinala-se ainda a existência de uma descarga de emergência na própria bacia do porto e, na costa norte a leste da Papoa, a existência de uma descarga directa de uma instalação industrial. Actualmente encontra-se em construção um interceptor e estações elevatórias para colectar as águas residuais das descargas existentes ao longo do fosso da velha muralha e realizar a sua rejeição fora da bacia do porto.

Da descrição sumária apresentada constata-se ainda que as águas residuais do concelho de Peniche são conduzidas para o seu destino final, mar ou linha de água, sem qualquer tratamento prévio. No entanto, encontram-se actualmente em construção ou em fase de projecto,

um conjunto de ETAR's e respectivos interceptores para drenagem e tratamento das águas residuais relativos aos seguintes aglomerados urbanos (ver novamente Desenho PDP/351-9):

- Para Casais do Baleal e Ferrel está prevista a realização de uma ETAR junto ao rio Ferrel, na margem direita, e um conjunto de interceptores que, com início nos pontos de rejeição existentes, conduzem as águas residuais para a ETAR. O projecto dos interceptores está a ser realizado pelos Serviços Municipalizados e a ETAR encontra-se em fase de estudo prévio, sendo o sistema de tratamento por lagunagem e o destino final das águas efluentes o rio Ferrel;
- Para Serra d'El-Rei está já projectada a ETAR, constituída essencialmente por uma lagoa facultativa e outra de maturação, ficando localizada nas cabeceiras da ribeira de Vale Benfeito (Vale de Cavalos). Está já construído o sistema de intercepção de águas residuais desde os pontos de descarga a oeste e a norte da povoação até ao local da ETAR. O sistema interceptor das águas residuais descarregadas a oeste é constituído por uma estação elevatória, junto ao local de rejeição, seguida de uma conduta elevatória e de um emissário gravítico;
- Para o tratamento das águas residuais de Atougua, Coimbrã, Casais Brancos e de uma Área de Desenvolvimento Turístico Especial situada entre a cidade de Peniche e o Baleal, já está construída a primeira fase da ETAR que fica localizada na margem direita do rio S. Domingos, imediatamente a norte de Atougua. O projecto final da ETAR (1ª e 2ª fases) compreende duas lagoas anaeróbicas, uma das quais já construída, uma lagoa facultativa, já construída e duas lagoas de maturação, estando uma já executada. O sistema de drenagem e transporte das águas residuais para a ETAR provenientes dos aglomerados urbanos referidos, encontra-se projectado de acordo com o esquema apresentado no Desenho referido. Deste sistema encontra-se em construção o troço do emissário da EN 114.
- Para Reinaldes estão já projectados o sistema de intercepção e transporte das águas residuais e a ETAR, ficando esta localizada a sul do IP6 dado que a Junta Autónoma de Estradas concordou com a passagem do emissário de águas residuais sob aquela estrada. A ETAR tem sistema de tratamento por lagunagem, possuindo uma lagoa facultativa e outra de maturação. Neste momento a Câmara Municipal de Peniche procede à realização do concurso para execução das obras de intercepção e tratamento;
- Para Bolhos, Paço e Ribafria estão já projectados a ETAR, localizada junto a Paço, e os sistemas de intercepção de águas residuais, desde os locais das descargas das povoações até à ETAR. A ETAR tem sistema de tratamento por lagunagem, sendo constituída basicamente por uma lagoa facultativa e outra de maturação. O sistema de intercepção é constituído por uma estação elevatória em Bolhos onde se faz a elevação das águas residuais para a estação elevatória de Ribafria. Desta estação elevatória as águas residuais são elevadas para uma conduta elevatória até aos órgãos;

de entrada da ETAR. Em Paço existe também uma estação elevatória donde se elevam as águas residuais para uma conduta elevatória seguida de emissário gravítico até à ETAR;

- Para Bufarda estão já projectados a ETAR e o sistema de intercepção, procedendo-se neste momento à realização de concurso para execução das obras. A ETAR tem tratamento por lagunagem, com uma lagoa facultativa e outra de maturação. O sistema de intercepção compreende duas estações elevatórias, duas condutas elevatórias e dois emissários gravíticos.
- Para S. Bernardino está projectado um sistema de tratamento por lagunagem, constituído por uma lagoa anaeróbica, estando previsto o aproveitamento do efluente da ETAR para rega. Para tal prevê-se a construção de uma pequena barragem na linha de água próxima e um reservatório de regularização. Neste reservatório efectuar-se-á a mistura do efluente da ETAR com a água proveniente da albufeira, sendo esta mistura usada a jusante para rega;
- Para Consolação estão projectados uma ETAR com tratamento biológico, por lamas activadas, localizada a norte desta povoação e o sistema elevatório de Casal do Moinho com destino à ETAR. Como já foi referido o sistema elevatório de Consolação já se encontra executado, sendo apenas necessário fazer pequenos ajustamentos para ligação da conduta elevatória aos órgãos de entrada da futura ETAR.
- Para a cidade de Peniche, os estudos desenvolvidos até ao momento, constaram essencialmente de uma concepção e comparação, com base em critérios técnico-económicos, de diferentes soluções alternativas para resolver os problemas de intercepção, tratamentos e destino final das águas residuais. As soluções consideradas são fundamentalmente de dois tipos distintos, exutor submarino ou estação de tratamento convencional, seguida de descarga no mar. Para o caso de exutor submarino foram encarados três locais para a sua instalação; um, a norte, junto à Papoa, outro, junto ao Cabo Carvoeiro e o terceiro, na área reservada à ETAR da Consolação. Para a ETAR foram consideradas as áreas alternativas, junto ao Cabo Carvoeiro e à entrada de Peniche, na zona do porto.

Na sequência dos estudos realizados, as entidades responsáveis não se pronunciaram por qualquer das soluções propostas. Na fase em que os trabalhos se encontram, julga-se que seria útil proceder à realização de estudos sintéticos relacionados com a integração paisagística e os impactes ambientais e sócio-económicos (impactes na população, na actividade piscatória, na actividade turística, etc) de forma a permitir seleccionar a solução alternativa mais favorável em termos de critérios não exclusivamente técnico-económicos das obras.

7.3 - RECOLHA E ELIMINAÇÃO DE LIXOS E RESÍDUOS SÓLIDOS

Em termos de resíduos sólidos o concelho de Peniche, dada a sua condição de concelho litoral com uma extensão de praias relativamente grande e de utilização relativamente intensa, tem, para além do problema da recolha, concentração, deposição e eliminação dos vários tipos de resíduos sólidos do município, a recolha e eliminação dos resíduos das praias.

No concelho de Peniche e em particular na cidade, assumem importância mais significativa, pelas quantidades em causa, os resíduos sólidos urbanos e industriais, apresentando a situação existente como principal problema justamente a interpenetração dos dois tipos de resíduos, nomeadamente quando os resíduos "industriais" são fundamentalmente ligados à transformação do pescado e portanto não só muito ricos em água como ainda com teores elevados em sal.

A recolha dos resíduos no concelho é primariamente feita em contentores metálicos normalizados de capacidade entre 770 a 1100 litros o que conduz, em resultado da decomposição dos resíduos (misturas de resíduos urbanos e industriais com as características já antes referidas), a problemas de corrosão e, portanto, de durabilidade dos contentores. A partir de Abril de 1990 iniciou-se, no âmbito do melhoramento da limpeza pública e urbana, o sistema de recolha por sacos de plástico na zona central da cidade de Peniche. Os resultados obtidos têm sido satisfatórios, para o que muito contribuiu a campanha de sensibilização distribuída porta a porta e promovida pela DSUA da câmara de Peniche. Em acordo com esta divisão julga-se que será de executar outras campanhas de sensibilização, nomeadamente para a correcta utilização dos contentores, locais de recolha dos sacos de plástico, papeleiras públicas e suportes de plástico de praia.

Na cidade de Peniche a recolha de resíduos sólidos é realizada diariamente ao longo de todo o ano e nos outros locais do concelho em dias alternados. No período estival apesar de existir um circuito de reforço nas zonas balneares mais solicitadas, a frequência de recolha é ainda insuficiente pois ocorrem muitas reclamações.

A recolha dos resíduos sólidos do concelho é feita com uma frota de três viatura especializadas da Câmara Municipal segundo circuitos previamente estabelecidos, função da características das diferentes zonas e da época do ano. No período de verão, a recolha é afectada devido à sobrecarga da população flutuante, em particular durante as festas da cidade, mas for daquele período a capacidade actual de recolha é satisfatória.

No Quadro I.7.1 faz-se um resumo da composição e quantidade de resíduos sólidos recolhidos no concelho, no ano de 1991. Do exame dos valores do quadro constata-se que a produção média diária foi de 35 ton/dia, tendo sido a do mês de Julho de 37 ton/dia e a do mês de Outubro de 32 ton/dia. Dos vários tipos de resíduos sólidos separados na amostragem efectuada, os mais representativos são os materiais fermentáveis, em média com 45 % do peso total, e o papel e cartão, com cerca de 20 %. Nota-se também uma certa constância ao longo do ano das características dos resíduos sólidos.

A deposição dos resíduos é hoje, em princípio, feita no aterro sanitário de Gaeiras constituído em associação com os municípios de Óbidos e das Caldas da Rainha e situado no Concelho de Óbidos. De acordo com o regulamento interno do município de Peniche, os camiões dirigem-se ao aterro quando estão cheios ou, qualquer que seja a sua carga, no final da recolha; a aplicação desta norma não tem, no entanto, sido estritamente respeitada sob pretexto de que o aterro sanitário fica relativamente longe (cerca de 25 km da cidade) e os resíduos de cargas incompletas são ou mantidos no próprio camião com consequências não negligenciáveis sobre a manutenção da frota, ou descarregados a título transitório ou definitivo na antiga lixeira da zona do Pinhal Municipal do Vale Grande em Ferrel (lixeira que deveria ter sido desactivada quando da entrada em funcionamento do aterro sanitário intermunicipal). Refira-se ainda que, sobretudo na época estival sob pressão da necessidade de recolhas mais rápidas, função de um grande aumento do volume de resíduos sólidos, há mesmo cargas completas que são, também a título definitivo, encaminhadas para a lixeira.

Embora o aterro sanitário não se situe em território do concelho de Peniche, pelo que os problemas decorrentes do seu funcionamento não se repercutem directamente sobre as populações do concelho, assinala-se que nele se vêm a registar, progressivamente, cada vez maiores problemas funcionais, já que na prática o aterro tem sido meramente um depósito de resíduos sólidos. Estes problemas devem ser assinalados, quer porque o município é parte da associação e portanto responsável pelo aterro e seu funcionamento, quer porque, estando o aterro distante por estrada de 25 km da cidade, está no entanto muito próximo de algumas importantes zonas do concelho e eventuais focos de insalubridade aí gerados não deixarão de se repercutir.

No Quadro I.7.2 apresentam-se, para o conjunto dos três concelhos e para o concelho de Peniche em separado, as quantidades de resíduos sólidos depositadas no aterro sanitário de Gaeiras no período de anos de 1983 a 1990 e o custo suportado pelo concelho de Peniche na exploração anual do aterro. Em 1990 foram depositados no aterro cerca de 3 200 toneladas de resíduos sólidos, enquanto se avalia em cerca de 11 600 toneladas os resíduos recolhidos n

concelho. De acordo com informação fornecida pela DSUA apenas cerca de 30% dos resíduos produzidos no concelho foram transportados para o aterro, sendo os restantes 70% depositados na lixeira do Pinhal Municipal. Em 1990, o custo na recolha e tratamento dos resíduos sólidos foi de 3 000 escudos/ton, sendo da ordem dos 400 escudos/ton a parcela correspondente ao tratamento (vide Quadro I.7.2).

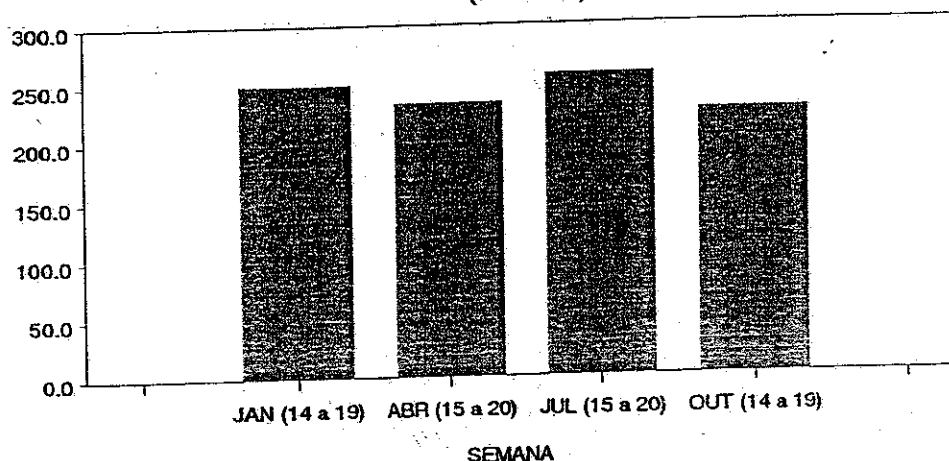
Para minorar os efeitos negativos da descarga da maior parte dos resíduos na lixeira do Pinhal Municipal, a câmara dispõe desde 1990 de uma máquina de rastos a trabalhar na lixeira, para efectuar a compactação e a cobertura diária dos resíduos.

Como se disse antes, no concelho de Peniche há ainda o problema da recolha dos resíduos sólidos e limpeza das praias. Para o combater, o município dispõe de um tractor equipado com um escarificador, um reboque e uma máquina de limpeza SQUALO (rendimento 10 000 m²/hora), o que devido à extensão e área dos areais das praias do concelho mais frequentadas (cerca de 10 km e área aproximada de 6 km²) leva a que se registe um claro sub-equipamento, não permitindo assistir semanalmente todas as praias.

QUADRO I.7.1
COMPOSIÇÃO E QUANTIDADE DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ANO DE 1991

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADES POR SEMANA (ton)				TOTAL	
	JAN (14 a 19)	ABR (15 a 20)	JUL (15 a 20)	OUT (14 a 19)	toneladas	%
Papel e cartão	45.3	39.3	47.6	52.9	185.1	19.15
Vidro	6.7	5.2	7.7	7.2	26.8	2.77
Plástico	21.9	22.8	30.1	28.4	103.2	10.67
Metais ferrosos	3.9	5.6	5.2	5.8	20.5	2.12
Metais não ferrosos	0.2	0.4	0.1	0.4	1.1	0.11
Materiais fermentáveis	119.2	112.4	115.8	91.0	438.3	45.34
Têxteis	8.2	7.6	8.4	11.1	35.3	3.65
Outros	5.8	9.2	9.5	7.1	31.6	3.26
Finos	38.6	31.3	33.1	22.3	125.1	12.94
Total semanal.....	249.6	233.7	257.4	226.1	966.8	—
Produção média diária..	35.65	33.39	36.78	32.29	138.11	—

QUANTIDADE DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(toneladas)



QUADRO I.7.2
UTILIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE GAEIRAS NO PERÍODO 1983 A 1990

ANO	SEMESTRE	QUANTIDADE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DEPOSITADOS (toneladas)		CUSTO UNITÁRIO EM ATERRO (esc/ton)	CUSTO TOTAL (contos)
		Total	Concelho de Peniche		
1983	1º	—	—	115	75
	2º	5227.6	653.2		
1984	1º	5067.7	475.7	152	223
	2º	7105.7	1469.4		
1985	1º	6741.9	1699.0	179	516
	2º	8144.2	2881.6		
1986	1º	8713.1	3191.4	237	618
	2º	8954.4	2609.5		
1987	1º	8416.9	2411.8	308	468
	2º	8239.3	1519.0		
1988	1º	9251.6	2694.0	312	278
	2º	8322.4	891.4		
1989	1º	8324.8	1521.2	215	252
	2º	9685.5	1173.1		
1990	1º	10108.0	2921.0	388	101
	2º	8555.0	260.0		

II - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

1 - INTRODUÇÃO

A formulação de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho de Peniche, enquadrada no âmbito dos trabalhos de elaboração do Plano Director Municipal, apoia-se na reflexão sobre as realidades actuais, na identificação das principais linhas de força dos processos de transformação em curso e na valorização ordenada e hierarquizada das actuações que o município poderá promover no quadro de uma política de desenvolvimento ajustada às perspectivas da situação actual.

Como decorre da síntese da situação actual apresentada no Capítulo I o concelho de Peniche tem, em termos geográficos, características muito peculiares que determinam um significativo isolamento na faixa costeira ocidental e um baixo nível de interdependência com os concelhos vizinhos e a região; desta peculiaridade decorre, obviamente, que uma das dificuldades que o desenvolvimento do concelho apresenta é a redução do seu potencial dada a inexistência de complementaridades significativas no plano da integração no espaço regional.

Por outro lado, embora de reduzida dimensão, o concelho de Peniche constitui um universo complexo e multifacetado em que coexistem os problemas de crescimento urbano com os do desenvolvimento industrial e agrícola e das actividades económicas em geral e onde o panorama do concelho tem sido determinado fundamentalmente pelos sectores:

- da pesca e actividades industriais a ela ligadas;
- da agricultura, com expressão significativa, nos últimos anos, na horticultura intensiva das terras arenosas;
- do turismo balnear.

Esta situação justifica as opções já expressas no sentido de favorecer um desenvolvimento apoiado na diversificação e na promoção equilibrada de todos os sectores do tecido produtivo e de procurar, enquadrando a estratégia própria nas estratégias mais amplas definidas para a região, intensificar as interligações regionais para desencadear a quebra do assinalado isolamento histórico do concelho, o que impõe que no traçado dos cenários de desenvolvimento desejados para o concelho se faça o seu enquadramento regional e subregional.

Finalmente, a explicitação de uma estratégia de actuação do município para o desenvolvimento do concelho, quer no plano da formulação de perspectivas de actuação

municipal quer no plano do ordenamento do território, exige que, independentemente das considerações que se possam fazer sobre o maior e menor dinamismo empresarial concelhio, se dê corpo a um conjunto de princípios e orientações que promova de forma eficaz a superação de alguns estrangulamentos essenciais e crie o campo adequado e necessário para um desenvolvimento equilibrado.

2 - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

2.1 - QUADRO DE REFERÊNCIA REGIONAL E SUBREGIONAL

Inserindo-se o concelho de Peniche na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) e na subregião Oeste, importa que o PDM se articule ao nível da definição de objectivos e da estratégia de actuação com os objectivos e estratégia definidos regional e subregionalmente.

As mais recentes propostas para o desenvolvimento da RLVT definem como vectores orientadores da estratégia de desenvolvimento

- a requalificação do homem;
- a requalificação da cultura;
- a requalificação do território;

o primeiro como sujeito do desenvolvimento, a segunda como motor do desenvolvimento e o ultimo como instrumento de desenvolvimento.

A aplicação destes três vectores orientadores da estratégia implica um novo posicionamento da RLVT no conjunto do país e o seu desenvolvimento em equilíbrio, evitando a grande patologia que consiste no crescimento da aglomeração urbana de Lisboa feito em detrimento da realidade regional e nacional em que se insere e que, de alguma maneira, tem vindo a devorar.

Para a estratégia preconizada é, pois, de vital importância fazer uma inversão dos processos recentes e:

- desconcentrar o peso urbano de Lisboa para os centros mais estruturados da sua periferia metropolitana;

- transferir o peso urbano da Área Metropolitana de Lisboa (AML) para centros da sua periferia (Santarém, Torres Vedras, Caldas da Rainha, Tomar, Abrantes, Torres Novas entre outros) que já revelam capacidade de organização do território

ao mesmo tempo que nas outras subregiões importa proceder:

- à progressiva integração do território;
- ao reforço da rede urbana local;
- à escolha de actividades que confirmem competitividade à economia regional;
- à resolução de conflitos territoriais que estão na origem de oposições que inviabilizam o desenvolvimento.

Nesta óptica, para a RLTV elegem-se como grandes objectivos a atingir :

- **Promover a progressiva integração da RLVT e o equilíbrio do sistema urbano regional**
- **Promover o desenvolvimento económico e social**
- **Promover a valorização do potencial humano e a consolidação da estrutura social**
- **Promover a qualidade de vida e a valorização do património histórico e cultural**
- **Aperfeiçoar e modernizar a gestão do território**

objectivos em relação aos quais são definidos domínios de actuação e importa ordenar o conjunto de actuações a desencadear.

A estratégia preconizada implica que em relação a cada um dos grandes objectivos fixados se desenvolvam actuações que, em termos internos à região e sinteticamente, se podem apresentar organizadas da seguinte forma:

a) em relação com a Integração da RLVT e o equilíbrio do sistema urbano importa actuar por forma a que se obtenha:

- a desconcentração do peso urbano de Lisboa
- a transferência de funções e serviços da AML para centros urbanos exteriores
- a dotação dos centros urbanos pequenos e médios com funções, equipamentos infraestruturas básicas

- o apoio à relocalização no exterior da AML de actividades inviáveis no espaço metropolitano
 - o incremento da acessibilidade intraregional
- b) relativamente à promoção do desenvolvimento económico e social importa que este passe por:
- reforço e modernização dos serviços visando dar resposta:
 - a novas necessidades de organização e gestão
 - à crescente complexidade e flexibilidade do processo produtivo e da inserção no mercado
 - a necessidades de acessibilidade na sua área de influência.
 - reforço e modernização da indústria implicando:
 - apoio à transferência de actividades que não têm vantagem numa localização metropolitana
 - apoio à instalação de empresas viáveis e competitivas nas subregiões
 - criação de infraestruturas complementares.
 - desenvolvimento do turismo incluindo:
 - valorização das potencialidades e recursos
 - apoio à criação de infraestruturas hoteleiras e de restauração
 - promoção de formas de turismo diversificadas e adequadas a cada subregião
 - formação profissional
 - incremento das acessibilidades
 - viabilização de uma agricultura e uma piscicultura moderna e competitiva através de
 - promoção de produtos de qualidade
 - aproveitamento racional de florestas incluindo usos múltiplos
 - melhoramento dos circuitos de comercialização
 - correcto aproveitamento das potencialidades da pesca e da piscicultura
 - controlo dos efeitos de poluição da agricultura, das agro-indústrias e urbano-industriais

c) a promoção e valorização do potencial humano implicará:

- a formação profissional visando a preparação de cidadãos cada vez mais aptos a enfrentar os desafios da mudança;
- a criação de condições para que o sistema de ensino englobe acções complementares a desenvolvimento curricular contrariando a desagregação social e familiar e a proliferação de situações de marginalidade;

acções que deverão ter uma forte componente espacial contribuindo para o equilíbrio da rede urbana o que implicará :

- a eliminação das carências em equipamentos e acções complementares do sistema escolar
- apoio à criação de infraestruturas e competências em domínios diversificados de I&D
- desconcentração das funções de ensino superior

d) a promoção da qualidade de vida, a valorização dos recursos naturais e do património histórico e cultural, que é essencial para estimular o desenvolvimento harmonioso, implicará:

- aumento substancial do nível de atendimento da população em termos de infraestruturas de saneamento básico (água e esgotos) e recolha e tratamento de lixo
- a reabilitação dos espaços urbanos degradados
- a recuperação de áreas clandestinas e a eliminação de alojamentos improvisados garantindo o acesso à habitação por parte das classes sociais insolventes
- o controlo e redução da emissão de poluentes para preservação do ambiente e protecção dos ecossistemas sensíveis
- a valorização dos recursos naturais e do património histórico e cultural

e) por último, tornando-se indispensável aperfeiçoar e modernizar a gestão do território, importa desenvolver um acentuado esforço no sentido de:

- coordenar as várias formas de intervenção e projectos
- criar instrumentos de planeamento e de gestão do território eficazes

Desenha-se assim uma estratégia que se baseia fundamentalmente no reforço da rede urbana regional para o que se conjugam as acções de:

- acréscimo da acessibilidade;
- apoio ao sistema produtivo privilegiando a desconcentração espacial;
- intervenção nos domínios do saneamento básico e do ambiente;
- dotação de infraestruturas e equipamentos sociais;
- intervenção nos campos da habitação, urbanismo e património;
- intervenção no domínio da gestão do território;

que são assim, para a região, os domínios prioritários de actuação.

2.2 - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O CONCELHO

Tendo em atenção quer o quadro estratégico regional antes referido, quer a realidade actual do concelho apresentada sumariamente no capítulo I, quer finalmente o quadro legal de competências do município, aponta-se para um cenário de desenvolvimento de Peniche assente fundamentalmente em:

- Diversificação da economia do concelho sem que, todavia, se criem roturas abruptas com o perfil de actividades actuais que, a verificarem-se, acarretariam para o concelho custos sociais muito graves e comprometeriam objectivos fundamentais, nomeadamente nos domínios do bem estar social e da qualidade de vida;
- Melhoria da inserção regional do concelho mediante uma clara melhoria das acessibilidades e da inserção nas redes nacionais de comunicação e transportes;
- Melhoria da qualidade de vida dos residentes com progressiva melhoria dos serviços básicos prestados pela comunidade quer em termos de saneamento e qualidade do ambiente, quer em termos de cobertura sanitária e educacional.

A opção por este cenário geral significa, da parte da Câmara Municipal, a assunção de algumas linhas de acção que importa explicitar.

Assim, em primeiro lugar, a **diversificação da economia** significa uma aposta do município em aprofundar os elementos da estratégia regional que implicam:

- no domínio do reforço e modernização da indústria:
 - apoio à instalação de empresas viáveis e competitivas nas subregiões;

– no domínio do desenvolvimento do turismo:

- valorização das potencialidades e recursos;
- apoio à criação de infraestruturas hoteleiras e de restauração;
- promoção de formas de turismo diversificadas e adequadas a cada subregião;
- formação profissional;

aposta que, no entanto, significa o reconhecimento simultâneo da grande importância actual dos sectores da pesca e da agricultura o que implica o desenvolvimento de actuações no sentido quer do aprofundamento de especializações como a horticultura, quer de melhorias de produtividade e de mais racional exploração dos recursos.

Em segundo lugar, a **melhoria da inserção regional** significa, por um lado, a aposta do município em que o Governo e a Administração Central concretizarão em muito breve prazo e sempre dentro da vigência deste PDM a construção do troço do IP6 que liga Peniche ao eixo viário fundamental que é a Auto-estrada A1 e a construção dos lanços do IC1 que completam a ligação entre as Caldas da Rainha e Lisboa, e, por outro lado, que as empresas públicas responsáveis pelas redes de distribuição de energia e pelas redes de telecomunicações desenvolverão essas mesmas redes tendo em atenção as crescentes necessidades do concelho, por forma a que nesses domínios se não constituam estrangulamentos que anulem outras medidas, visando a atracção de novas actividades e novas empresas.

Por último, a **melhoria da qualidade de vida dos residentes** significa que o Município prosseguirá com a sua actuação no sentido da melhor cobertura de todo o concelho em termos de serviços básicos como

- abastecimento de água;
- recolha, tratamento e evacuação de esgotos e águas de drenagem superficial dos sistemas urbanos;

assim como desenvolverá uma política mais activa de intervenção na gestão do território tendo em vista não só um reequilíbrio da malha urbana concelhia, mas também a implantação de elementos de requalificação dos aglomerados.

3 - OBJECTIVOS DO PDM

Face ao cenário de desenvolvimento antes apresentado, e tendo presente quer a natureza do PDM quer o nível a que significativamente devem ser fixados os objectivos de um instrumento dessa natureza, fixam-se como objectivos a atingir na vigência e pela aplicação do PDM os seguintes:

1º - Ordenar e disciplinar as utilizações do território concelhio visando:

- a) O reequilíbrio da rede urbana do concelho hoje excessivamente polarizada pela sede do concelho;
- b) Preservar os valores ecológicos e paisagísticos como elementos de maior tipicidade do concelho, no quadro da política nacional de preservação do ambiente e ao serviço de um desenvolvimento harmónico da actividade sócio-económica concelhia;
- c) Preservar as potencialidades da produção agrícola do concelho, no quadro global de preservação dos recursos solo e de defesa dos padrões agrícolas nacionais de ocupação do território;
- d) Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo.

2º - Melhorar a qualidade de vida dos residentes no concelho através de:

- a) Promover a reabilitação urbanística dos tecidos urbanos objecto de crescimento desqualificado;
- b) Requalificação dos espaços urbanos com preservação do património construído e uma política de qualidade nas novas construções e urbanizações e respectivo equipamento;
- c) Prosseguimento da política de promoção da habitação social;
- d) Promoção da diversificação da actividade económica concelhia como forma de assegurar aumentos de rendimento e promoção do emprego;
- e) Promoção da qualificação da mão de obra concelhia;
- f) Cobertura total do concelho com as redes de serviços básicos e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

3º - Promoção do desenvolvimento económico do concelho através de:

- a) Desenvolvimento e pormenorização de regras e directivas estabelecidas ou a estabelecer em processos de planeamento de nível superior;
- b) Criação de condições de atractividade para a implantação de novas empresas e estabelecimentos quer nos sectores ligados à actividade turística quer no sector industrial, quer ainda em ligação com a comercialização dos produtos agrícolas;
- c) Implantação de uma política de qualidade no licenciamento das novas actividades tendo em especial atenção os problemas de preservação ambiental.

Na prossecução dos objectivos antes referidos e na execução deste PDM atender-se-á quer a que a Câmara está obrigada a aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes e os princípios gerais de disciplina urbanística e de ordenamento do território e salvaguarda e valorização do património cultural, quer a que o próprio PDM, ao mesmo tempo que serve de instrumento de enquadramento à elaboração dos planos de actividade do município e de articulação dos programas e projectos de âmbito municipal, é também enquadrado e articulado com programas e projectos supramunicipais.

Atender-se-á ainda a que, tendo em vista a articulação e enquadramento antes referido, a Câmara fica obrigada a fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais ou de planos de carácter subregional, regional ou nacional.

4 - ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia da Câmara para o desenvolvimento do concelho, visando os objectivos fixados para o PDM, assenta no cenário antes enunciado e no reconhecimento de que para a sua efectivação importará que a autarquia actue, sem prejuízo de uma permanente atenção ao desenvolvimento das políticas e actuações dos órgãos de governo e da administração central tendo em vista o desencadeamento das acções mais favoráveis ao desenvolvimento do concelho, fundamentalmente ao nível:

- da gestão do território concelhio por forma a promover o equilíbrio da malha urbana e a promover a qualificação e requalificação dos aglomerados existentes;
- da criação e gestão de infraestruturas para a prestação de serviços básicos;
- da melhoria das redes concelhias de comunicação;
- da criação de condições de atractividade para novas actividades e para requalificação das actividades existentes;
- da valorização e salvaguarda do património cultural.

Em termos da **gestão do território concelhio**, aprovado que seja este PDM estará a Câmara dotada do instrumento básico necessário para se alcançarem os objectivos de ordenamento do território que aqui são fixados e que, em consonância com o cenário de desenvolvimento desejado, implicam:

- equilíbrio da malha urbana concelhia promovendo nomeadamente a constituição da Atouguia da Baleia como um centro alternativo à cidade de Peniche;
- a qualificação das ocupações do território, nomeadamente na faixa litoral, por forma a promover a qualidade de vida dos residentes, a aproveitar plenamente as potencialidades de desenvolvimento turístico e a preservar os valores ecológicos e de forte tipicidade da paisagem.

Esta estratégia exige, para os núcleos secundários de Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d'El-Rei, a mobilização de recursos com vista a uma melhor dotação em infraestruturas, em equipamentos e serviços, em oportunidades de investimento e construção.

É neste sentido que a actuação estratégica do Município se concentrará então no desdobramento das linhas de orientação fixadas neste PDM (em que não só se formulam propostas de horizontes para a expansão e requalificação da cidade de Peniche mas também de áreas significativas para a expansão dos núcleos de Ferrel, Atouguia e Serra d'El-Rei e ainda outras propostas complementares, nomeadamente na reconversão de equipamentos e na reorganização do sistema viário) prevendo-se no curto prazo:

- a elaboração de instrumentos urbanísticos de maior detalhe que estabeleçam orientações mais precisas e eficazes na consumação dos processos de desenvolvimento urbano com prioridade para:
 - a Atouguia da Baleia (prioridade justificada pela função conferida no reequilíbrio da malha urbana);
 - Ferrel e Casais do Baleal (prioridade justificada pelo papel de segundo maior centro existente no concelho);
 - os núcleos que incluem a Consolação e S. Bernardino (prioridade conferida pela necessidade de requalificação da ocupação da faixa litoral);
 - Serra d'El-Rei e Casais de Mestre Mendo (prioridade conferida pela escolha de um novo modelo de promoção turística na base de um turismo balnear interiorizado de qualidade);

- elaboração do plano de pormenor das áreas industriais delimitadas tendo em vista quer a viabilização do reequilíbrio da malha urbana do concelho, quer a melhoria das condições de atractividade do concelho para novas empresas e actividades;
- completamento da malha viária concelhia e do melhoramento dos actuais traçados.

Em todas as componentes desta linha de actuação estratégica importará ter em atenção, em particular na preparação dos instrumentos urbanísticos de maior detalhe, que, mais do que oferecer espaços urbanizáveis, se deverá apontar, no desenho e nos traçados, para a requalificação dos sistemas urbanos, ajustando os modelos espaciais ao crescimento e localização de novas actividades e serviços, mas, também, preservando e valorizando as actuais estruturas na óptica da salvaguarda dos valores do património cultural e identidade do concelho, evitando o desperdício das atitudes mais imediatistas que tendem a desvalorizar e demolir todo o existente por inútil e sem interesse. Esta perspectiva justificará mesmo que, em convergência ou independentemente dos estudos urbanísticos de maior detalhe, se elaborem estudos e programas de recuperação de núcleos antigos nomeadamente em Peniche, Atouguia, Serra d'El-Rei e Ferrel.

Em termos de **criação de infraestruturas para prestação de serviços básicos**, tendo em atenção que no horizonte da vigência do plano estará assegurado o regular abastecimento de água através da próxima entrada em funcionamento da barragem de S. Domingos, a atenção da Câmara dirigir-se-á agora, sem prejuízo do completamento do sistema de distribuição de água nomeadamente nas novas áreas de desenvolvimento urbano, para a resolução dos problemas no domínio da recolha tratamento e emissão de esgotos, águas residuais e de drenagem urbana e de recolha, tratamento e eliminação dos resíduos sólidos.

Em termos do completamento do sistema de abastecimento de água, para além da construção da estação de tratamento das águas da barragem de S. Domingos, do acabamento da rede adutora, da automatização do controlo dos sistemas de adução e distribuição e da remodelação das redes antigas dos núcleos urbanos mais antigos, tendo em atenção as orientações adoptadas em matéria de urbanismo, será dada prioridade ao adensamento da cobertura da área sul do concelho e dos novos desenvolvimentos dos diferentes núcleos da rede urbana.

No que respeita a redes de esgoto e a tratamento de águas residuais a primeira prioridade será o controlo da situação na bacia do rio S. Domingos controlada pela secção da barragem logo seguida da resolução do problema do tratamento dos esgotos da cidade de Peniche; não deixará, no entanto, de se dar a devida atenção ao restante conjunto de sistemas já previstos como

elemento da maior importância para assegurar uma clara melhoria da situação ambiental do concelho e a qualidade de vida das populações.

Finalmente, no que respeita à recolha e tratamento de resíduos sólidos, a prioridade da câmara irá para, a par do aperfeiçoamento do sistema de recolha e da desactivação da lixeira do pinhal do Vale Grande cuja área deverá ser depois arborizada, a efectiva ligação ao aterro intermunicipal já constituído e o seu funcionamento eficaz.

Em termos de **melhoramento da rede concelhia de comunicações**, no que toca às redes viárias concelhias, é muito importante, até mesmo para a viabilização do modelo urbano projectado, assegurar quer as melhorias de traçado da rede de estradas existentes (nomeadamente no que toca a atravessamento dos núcleos urbanos e aglomerados populacionais) quer a construção dos elementos novos identificados, mas haverá que reconhecer que os elementos mais decisivos neste domínio são as ligações regionais e supra regionais a assegurar através do IP6 e do ICI; a capacidade de acção da Câmara no que toca a este elemento é relativamente diminuta mas mesmo assim é uma das suas mais elevadas prioridades. Em ligação com esta prioridade conferida à construção do troço do IP6 que vai de Peniche à Auto-estrada A1, a Câmara dará a maior importância à definição do Km 0 que, de um ponto de vista dos interesses concelhios, deverá ser deslocado para o Alto da Seixeira na zona onde actualmente termina a EM 578 ao entroncar na EN247.

Ainda em termos de redes viárias, para melhoria da eficiência do sector agrícola, importa melhorar a cobertura da rede de caminhos rurais dando, no entanto, a Câmara a maior importância a que esse desenvolvimento não seja motivo para um aumento das pressões para o desenvolvimento linear das ocupações urbanas que poriam em causa todo o modelo de ocupação adoptado neste PDM.

Quanto às redes de telecomunicações a Câmara estará atenta a que os operadores respectivos dêem ao concelho de Peniche uma prioridade compatível com a satisfação das necessidades de desenvolvimento do concelho.

No que respeita à **criação de condições de atractividade para novas actividades e para requalificação das actividades existentes**, a prioridade da Câmara vai, por um lado e em primeiro lugar, para o conjunto de acções que possibilitem a concretização das perspectivas avançadas quanto ao desenvolvimento turístico e, por outro lado, para a atracção de empresas e

estabelecimentos que se instalem nas áreas industriais previstas e criem um sector secundário dinâmico no concelho.

No âmbito da estratégia para o desenvolvimento turístico importa, através de uma actuação consistente, ultrapassar a situação actual marcada sobretudo pela oferta de habitação turística sobre todas as outras formas.

A oferta do concelho em termos hoteleiros, a debilidade dos equipamentos turísticos instalados, indicia uma situação de baixa qualidade e descaracterização que fazem perder boa parte das potencialidades que o território do concelho oferece tanto ao nível das condições naturais como do património cultural.

No sentido de uma requalificação turística de Peniche enquanto destino mais interessante, os estudos já elaborados permitem identificar como orientações determinantes as seguintes:

- melhoria geral dos sistemas de infraestruturas urbanas;
- valorização do património cultural, promovendo acções de recuperação de elementos e núcleos específicos, nomeadamente da zona das muralhas de Peniche (zona especial de protecção) e do património que integra, e dos núcleos urbanos antigos de Atouguia, Ferrel e Serra d'El-Rei;
- elaboração de estudos tutelados pela Câmara Municipal, visando a qualificação em detalhe das zonas vocacionadas para desenvolvimento turístico, visando a conformação de programas de maior qualidade susceptíveis de interessar investidores privados (de entre os estudos referidos destaque-se os que se relacionam com a implantação de uma marina de recreio, para o que se prevê desde já uma futura desafecção da REN de uma área costeira imediatamente a sul das instalações portuárias existentes).

No que respeita à atracção de novas empresas e estabelecimentos para as áreas industriais, um primeiro passo é a já enunciada elaboração de um plano de pormenor para as áreas industriais criadas, plano a elaborar a par com a dinamização de uma solução institucional que, envolvendo simultaneamente os proprietários e a Câmara, assegure uma activa gestão da área e a pretendida atracção de empresas.

Assim, tendo presente que no panorama actual é perceptível quer um lento declínio das indústrias conserveiras tradicionais (não obstante o surgimento de novas actividades ligadas à

transformação e embalagem de produtos da pesca e da agricultura - frio, nomeadamente) quer uma grande debilidade do tecido industrial centrado ainda e sobretudo no perímetro urbano da cidade de Peniche (não obstante a subsistência de algumas indústrias "tradicionais" - nomeadamente cerâmicas de barro vermelho e carpintarias - em particular na área de Serra d'El-Rei), a criação das áreas industriais correspondem a iniciativas visando disponibilizar solos infraestruturados fora do centro urbano principal, iniciativas que procuram explorar simultaneamente as vantagens emergentes da próxima construção do IP6 para potenciar a atractividade de novas indústrias e a reconversão das actuais.

Na zona da Atouguia (Vale do Grou) junto à EN 247 e próximo do proposto nó terminal do IP6, já existe uma industrialização incipiente que importará enquadrar num plano de conjunto que viabilizará novas indústrias tanto como a transferência de unidades mal localizadas no tecido urbano de Peniche. O plano de pormenor a elaborar, até mesmo pela dimensão e características da área proposta, contemplará necessariamente um faseamento dos investimentos em infraestruturas.

A zona industrial proposta na área de Serra d'El-Rei, adjacente à unidade de produção cerâmica aí instalada, permitirá não só a ampliação desta (de que se conhece já a intenção) como uma abertura à reconversão de outras actividades tradicionais na zona (carpintarias, cerâmica).

No que respeita à **valorização e salvaguarda do património cultural** salientando-se que o património natural e edificado constitui não apenas uma referência histórica e cultural da identidade de Peniche mas também um valor específico, um recurso que justifica por si só actuações específicas em ordem ao apoio do desenvolvimento concelhio, o PDM consagra já dispositivos formais e regulamentares para salvaguarda desses patrimónios, nomeadamente na identificação e regulamentação das áreas da RAN e da REN e de elementos do património edificado.

Na esfera da actuação municipal, haverá que dar corpo a programas de valorização de todo esse património, nomeadamente através da elaboração de estudos detalhados da zona costeira, de estudos urbanos e arquitectónicos das áreas do património edificado mais importante e que, no seu conjunto, constituem valores económicos inestimáveis como fonte de atracção de visitantes, geradores de interesse turístico que importa qualificar cada vez com mais rigor.

III. PERSPECTIVAS E PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

1 - PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DO EMPREGO

1.1 - PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS

Na fase dos estudos prévios foram efectuados ensaios com base em várias hipóteses/pressupostos de evolução da população, ensaios esses que foram agora verificados à luz dos dados preliminares do Censo de 1991 (valores totais da população residente e das famílias para concelho e freguesias), que representam um quantitativo actualizado após uma década e que veio a confirmar-se como de evolução demográfica diferente das duas anteriores, nomeadamente no que se refere aos movimentos migratórios.

Face às condições fornecidas pelos resultados preliminares do Censo e à análise constante dos estudos demográficos consideram-se os seguintes cenários prospectivos:

. Hipótese 1 (Evolução com base no crescimento natural, sendo nulos os saldos migratórios)

Esta hipótese, que respeita o comportamento da última década, tem como pressuposto a manutenção das características da mortalidade e da natalidade (meados da década de 80) durante os próximos 20 anos. Apesar de minimalista, é uma hipótese muito válida, tendo em conta a evolução recente do município e nela a população de Peniche ascenderia a 27640 habitantes em 2001; pode mesmo admitir-se uma redução ainda maior do quantitativo populacional futuro, designadamente nos escalões etários mais baixos, se a tendência para o decréscimo da natalidade se continuar a verificar.

. Hipótese 2

Admitem-se como pressupostos, taxas de natalidade muito baixas (valores de início da década de 90) e saldos migratórios correspondentes a 1/3 dos verificados na década de 70. O facto de não se considerarem alterações nas taxas específicas de mortalidade resulta de se considerar que as diminuições, a curto e médio prazo, não terão grande relevância, sendo o próprio envelhecimento da população a condicionar as modificações na estrutura demográfica. É uma hipótese intermédia, que pressupõe um aumento da capacidade atractiva do concelho em relação à população adulta (acima dos 35 anos) e idosa (eventual passagem de segundos resi-

dentes a residentes definitivos), continuando a natalidade a registar valores bastante baixos, situação que implica uma contracção da população entre 0-9 anos.

Esta hipótese constitui uma alternativa provável à hipótese 1 e colocaria a população de Peniche, no horizonte 2001, em 28251 residentes.

. Hipótese 3

Este cenário reproduz as condições de mortalidade e natalidade da hipótese 1, alicerçadas num reforço da capacidade atractiva do concelho (metade dos saldos migratórios da década de 70), agora generalizada a todos os escalões etários. É uma hipótese maximalista prudente que, dada a evolução recente de Peniche, parece ter menos probabilidades de se concretizar do que as duas anteriores (29900 habitantes em 2001).

A repartição da população total do concelho pelas freguesias foi efectuada a partir do ajuste de curvas de tendência ao peso percentual da população de cada freguesia no conjunto do concelho, nos últimos 3 recenseamentos. Esta hipótese foi complementada com outra que reproduz, para cada estimativa futura, a distribuição por freguesias detectada nos censos de 1991. Nos quadros III.1.1, III.1.2 e III.1.3 apresentam-se os três ensaios com a distribuição por escalões etários e a distribuição por freguesias para intervalos quinquenais (1991; 1996; 2001; 2006; 2011) e a figura III.1.1 mostra a evolução da população total do concelho desde 1960 em conjunto com as três projecções feitas.

Quadro III.1.1 -Projecções de população por escalões etários

Escalão etário	População 1991	1996			2001			2006			2011		
		Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3
0-4	1957	2025	1633	2115	2065	1681	2189	2035	1666	2154	1932	1529	2076
5-9	1788	1912	2055	2126	1979	1715	2299	2018	1784	2379	1988	1749	2341
10-14	2208	1780	1791	1796	1904	2057	2135	1970	1732	2308	2009	1786	2389
15-19	2175	2201	2215	2222	1774	1796	1806	1897	1678	2147	1963	1737	2322
20-24	2117	2149	2099	2074	2174	2137	2118	1753	1507	1722	1874	1619	2047
25-29	2140	2102	2064	2024	2134	2046	1983	2159	2251	2025	1740	1470	1647
30-34	2010	2128	2289	2369	2090	2208	2242	2122	2216	2196	2147	2408	2243
35-39	1887	1986	2169	2260	2102	2469	2663	2065	2340	2520	2096	2390	2469
40-44	1497	1863	1912	1937	1961	2198	2320	2075	2399	2734	2039	2372	2586
45-49	1499	1458	1504	1527	1814	1921	1976	1909	2332	2367	2021	2410	2789
50-54	1475	1440	1498	1526	1401	1503	1555	1743	2255	2012	1834	2330	2410
55-59	1463	1420	1416	1413	1386	1437	1462	1348	1616	1490	1678	2163	1927
60-64	1356	1385	1365	1355	1344	1321	1309	1312	1420	1355	1276	1508	1380
65-69	1203	1264	1295	1310	1291	1303	1309	1253	1353	1265	1224	1356	1309
>70	1887	2069	2195	2230	2220	2459	2534	2325	2701	2717	2349	2812	2787
Total	26663	27182	27497	28284	27640	28251	29900	27985	29251	31389	28171	29640	32720

Quadro III.1.2 -Projecções da distribuição de população por freguesias (segundo as tendências evolutivas da distribuição populacional por freguesias)

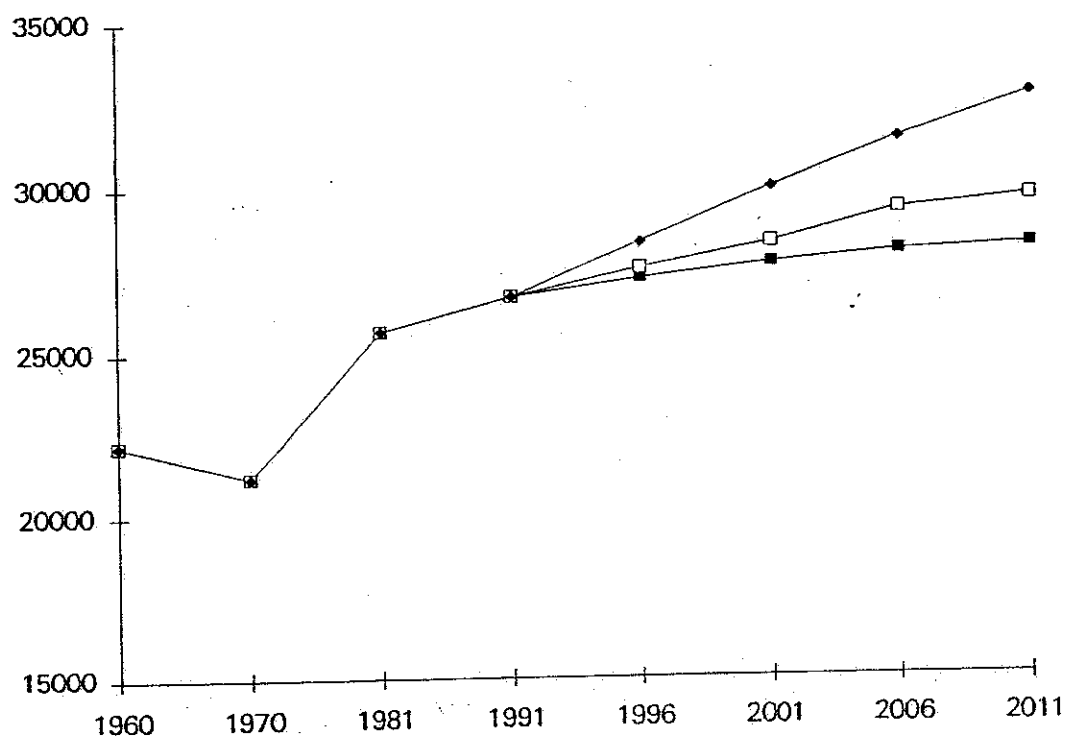
Freguesia	População 1991	1996			2001			2006			2011		
		Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3
Ajuda	8819	9103	9209	9472	9320	9526	10082	9498	9928	10653	9260	10122	11174
Conceição	4389	4466	4158	4647	4621	4724	4999	4752	4967	5330	4854	5107	5638
S. Pedro	2407	2509	2538	2611	2396	2449	2592	2270	2372	2546	2130	2241	2474
CIDADE	15615	16078	16265	16730	16337	16799	17673	16520	17267	18529	16604	17470	19286
Atouguia	7475	7535	7622	7840	7684	7854	8748	7799	8152	8748	7871	8281	9142
Serra d'El-Rei	1414	1392	1408	1448	1399	1430	1585	1413	1477	1585	1423	1497	1652
Ferrel	2159	2177	2203	2266	2219	2269	2527	2273	2392	2527	2273	2392	2641
Total	26663	27182	27497	28284	27640	28251	29900	27985	29251	31389	28171	29640	32720

Quadro III.1.3 -Projecções da distribuição de população por freguesias (segundo a distribuição populacional relativa, por freguesias, em 1991)

Freguesia	População 1991	1996			2001			2006			2011		
		Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3
Ajuda	8819	8991	9095	9356	9143	9345	9890	9257	9675	10383	9318	980	980
Conceição	4389	4474	4526	4655	4549	4650	4921	4606	4815	5167	4637	487	487
S. Pedro	2407	2454	2482	2553	2495	2550	2699	2526	2640	2833	2543	267	267
CIDADE	15615	15919	16103	16564	16188	16545	17510	16389	17150	17383	16498	1735	1735
Atouguia	7475	7621	7709	7930	7749	7921	8383	7846	8201	8800	7898	831	831
Serra d'El-Rei	1414	1441	1458	1500	1466	1498	1586	1484	1551	1665	1494	157	157
Ferrel	2159	2201	2226	2290	2238	2287	2421	2266	2368	2541	2281	240	240
Total	26663	27182	27497	28284	27640	28251	29900	27985	29251	31389	28171	29640	29640

Fig. III.1.1

POPULAÇÃO PRESENTE E PROJECTADA



1.2 - TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO EMPREGO

1.2.1 - Sector das pescas

Não é ainda suficientemente claro o sentido das intenções de armadores e industriais, embora existam algumas iniciativas em curso. Sendo nesse contexto problemático perspectivar a evolução do emprego no sector, não é, todavia, de excluir uma tendência no sentido da quebra em razão das operações de reconversão das unidades de captura com acréscimos de produtividade e aligeiramento dos recursos em mão-de-obra; igual tendência se deverá observar no sector da conservação e transformação do pescado. Já no sub-sector dos pré-cozinhados e da preparação e acondicionamento para exportação as perspectivas se afiguram mais animadoras se se con

firmarem, por um lado, a expansão do consumo daqueles novos produtos e, por outro lado, o reforço dos fluxos de exportação, a partir da abertura do novo eixo viário de ligação directa à Europa.

1.2.2 - A evolução do emprego agrícola

A actividade agrícola predominante no concelho, do ponto de vista da ocupação de activos, situa-se numa área de produtos - os legumes e hortícolas - com elevada produtividade, beneficiando de condições climáticas e de fertilidade dos solos favoráveis, e com elevada procura, abastecendo preferencialmente mercados de elevado poder de consumo.

Esta actividade, que viabiliza a existência de algumas explorações agrícolas e pecuárias com forte dinamismo, é, igualmente, desenvolvida no quadro de agricultura familiar do ponto de vista da estrutura de emprego da maior parte das explorações, assente num misto de trabalho por conta própria / trabalho familiar não remunerado / trabalho complementar de emprego industrial ou terciário.

Os elevados investimentos recentes em domínios variados desde a mecanização das operações tradicionais aos equipamentos no domínio da calibragem, do acondicionamento, da conservação e do transporte, apontam para uma sustentação do nível de actividade e do emprego que a evolução do mercado destes produtos a nível comunitário permite acreditar como possível.

Este cenário pode ser reforçado, se a par dos mercados tradicionais (Grande Lisboa e Grande Porto), forem criados para determinado tipo de produtos dois novos mercados distintos:

- a exportação, viabilizada a médio prazo pela abertura do eixo viário de ligação directa à Europa (IP6);
- o abastecimento das agro-indústrias, admitindo um quadro favorável (à instalação de unidades) de transformação industrial dos produtos da terra.

A viabilização deste cenário, que poderá proporcionar níveis de rendimento médio elevados para o sector, permite prever tendencialmente uma manutenção dos níveis de emprego, viabilizando igualmente uma inserção profissional dos jovens num contexto qualitativamente diferenciado do trabalho agrícola de gerações anteriores.

1.2.3 - As tendências de mercado de actividades económicas alternativas à estrutura actual

O lançamento de iniciativas empresariais viáveis na base do aproveitamento de oportunidades concretas de mercado e de vantagens locativas que as viabilizem, pode permitir a criação de emprego num leque de actividades que vai desde a instalação de agro-indústrias a jusante da produção agro-pecuária; à instalação de pequenas e médias unidades a montante da construção civil (materiais de construção, madeiras e mobiliário e mármore); à instalação de unidades no ramo da produção de embalagens para horto-frutícolas e legumes secos; e à criação de uma rede de serviços de apoio à actividade económica (de serviços de manutenção e reparação até serviços administrativos e institucionais).

Trata-se de actividades com condições para gerar umas centenas de empregos, com níveis de qualificação diferenciados e relativamente aos quais se poderá posicionar uma procura, designadamente de jovens e mulheres, com níveis de instrução médios e, nalguns casos, com frequência de cursos de índole profissional.

1.3 - INSERÇÃO NA VIDA ACTIVA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Dada a dimensão do mercado local de emprego, a equação da problemática da formação profissional no sentido de perspectivar o que mais interessa ao tecido empresarial do concelho tem de ocorrer sobretudo no plano regional e no plano sectorial:

- no plano regional, eventualmente no quadro da figura das Escolas Profissionais, e orientando a composição da oferta de cursos médios e profissionalizantes de forma a assegurar uma formação qualificante por famílias de profissões, que transmitam um conjunto de saberes de base que capacitem posteriormente os jovens à aprendizagem de saberes profissionais específicos;
- no plano sectorial, o aproveitamento das estruturas de formação e dos programas comunitários de formação de departamentos sectoriais da Administração Pública, nomeadamente dos sectores da agricultura e das pescas, bem como de centros de formação profissional da responsabilidade de associações sectoriais, alguns dos quais dispõem de estruturas polivalentes que permitem deslocações onde se manifeste uma procura concreta de formação profissional. Neste contexto, assume especial importância o reforço das condições logísticas (e de habitat) da Escola Superior das Indústrias do Mar e do pólo do FORPESCAS.

2.- PERSPECTIVAS E PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SECTORES PRODUTIVOS

As perspectivas e propostas para o desenvolvimento dos diversos sectores de actividade económica no concelho de Peniche que se apresentam no seguimento, baseiam-se nos estudos de situação que foram sinteticamente apresentados no Capítulo I e numa interacção quer com o conhecimento geral das perspectivas nacionais e regionais quer com a estratégia de actuação definida para o período de vigência do Plano.

2.1 - AGRICULTURA

Como se afirmou já na apresentação da estratégia do município, o sector agrícola de Peniche deverá manter a sua importância relativa dentro da economia do concelho com uma provável acentuação da sua especialização na produção hortícola. Com efeito não só as próprias características dos principais agentes que compõem o tecido produtivo local - as pequenas e muito pequenas explorações familiares - como ainda os recentes esforços de investimento feitos (nomeadamente na mecanização das operações tradicionais e em equipamentos nos domínios da calibragem, do acondicionamento, da conservação e do transporte) apontam claramente nesse sentido ainda que com os necessários ganhos de produtividade.

O apoio e a prestação de serviços directos aos agricultores não tem sido área de acção dos municípios, e, em relação com o sector agrícola, a única responsabilidade das Câmaras em conjugação com as Juntas de Freguesia é a manutenção das redes de estradas e caminhos municipais e de caminhos rurais; tendo presente a especialização do sector agrícola de Peniche e as perspectivas que ela abre, esta área de actuação assume, no entanto, uma muito grande importância estando as propostas nesse domínio consignadas no capítulo próprio relativo às infraestruturas do concelho.

2.2 - PESCAS

De acordo com as estimativas de investimentos mais recentes, a capacidade da frota não se deverá afastar da evolução mais recente que aponta para uma prática estabilização. Com efeito, em 1992, para a pesca de cerco não se terão registado alterações no número e TAB de embarcações em actividade e para a pesca polivalente apenas se terá registado um não significativo aumento de capacidade (no início do ano previa-se apenas um acréscimo de 25 TAB

em três unidades de menos de 9 metros acompanhado de quatro abates com substituição por unidades de idêntica capacidade).

A evolução do consumo directo deverá seguir de perto o crescimento da população, não deixando o concelho de Peniche de ser largamente excedentário em pescado. Como se refere nos Estudos Prévios, nos pontos sobre as Pescas e as Estruturas de Comercialização, a capacidade de armazenagem existente é suficiente para assegurar um escoamento da produção sem grandes dificuldades, nomeadamente porque a OPCENTRO disporá de uma nova unidade de conservação pelo frio, para armazenagem dos excedentes da pesca do cerco e para regularização do mercado.

No que respeita à produção industrial, a evolução da capacidade instalada é fundamentalmente de modernização e de reestruturação, com vista a uma melhoria da qualidade e a uma diminuição dos custos. A indústria de transformação de pescado congelado (filetagem, corte e embalagem, pré-cozinhados) é abastecida fundamentalmente por matéria prima proveniente de fora do concelho; a indústria conserveira é aquela em que se faz sentir directamente a influência da evolução das descargas locais da pesca de cerco, embora não seja esta a fonte de aprovisionamento exclusiva. Em qualquer das duas situações não há estrangulamentos mútuos pesca/indústria, não só porque no primeiro caso as descargas locais são irrelevantes, mas também porque no segundo caso a indústria tem abastecimento local genericamente assegurado.

Em conclusão, as perspectivas de desenvolvimento das pescas para o concelho de Peniche resultam de um balanço entre os constrangimentos externos (regulamentação comunitária restritiva e acesso a pesqueiros exteriores para a pesca polivalente) e as potencialidades próprias do sector pesqueiro, em geral, e da sua localização em Peniche. Como resultado deste balanço não se afigura razoável prever um desenvolvimento significativo do segmento da frota e das descargas dela provenientes, podendo, no entanto, prever-se uma certa melhoria das condições económicas da indústria, dada a tendência para a modernização das unidades (exigências de um mercado alargado e necessidade de melhoria de racionalidade técnica e económica).

Tal como em relação à agricultura também o apoio directo e a prestação de serviços ao sector das pescas e aos pescadores enquanto tal não tem sido área de actuação dos municípios e, assim, as medidas previstas pela Câmara com alguma repercussão sobre o sector dizem respeito fundamentalmente à criação de condições que facilitem a requalificação das indústrias que se situam a jusante, medidas que se referem no capítulo relativo à indústria.

2.3 - INDÚSTRIA

O concelho de Peniche apresenta mais constrangimentos ao desenvolvimento da indústria do que potencialidades, situação que decorre em boa medida de uma elevada e exagerada concentração relativa nas actividades industriais ligadas ao mar.

O actual tecido industrial, até porque deverá ter atingido os seus limites pois não se antevê uma expansão significativa das actividades principais existentes (uma vez que não se espera da pesca uma expressão maior que a actual), terá que se modificar. Por outro lado, as empresas existentes não se podem considerar de vanguarda em termos tecnológicos, nem mesmo na área da gestão, pelo que até poderão ter de enfrentar alguns problemas de reorganização e adaptação.

Assim, a remota possibilidade de se desencadear uma diversificação com base nas indústrias existentes só se poderá verificar através de um eventual projecto de grande dimensão (inserido na estratégia de expansão empresarial de um operador industrial do sector), projecto que, a concretizar-se, conferirá a Peniche, quanto muito, um papel complementar.

No entanto, como se referiu na apresentação das opções estratégicas do município, o relativo isolamento do concelho e as perspectivas de substancial melhoria das condições de acessibilidade em conjunto com esta situação de partida determinaram a própria opção estratégica pela procura de melhoramento das condições de atractividade do concelho para se assegurar uma outra base de diversificação do tecido industrial.

As perspectivas limitadas de desenvolvimento e, ainda, a exiguidade de espaço, a relativa escassez de água e a própria necessidade de preservação do ambiente, levam a que se preconize para Peniche os seguintes quatro eixos de desenvolvimento na área industrial, em que necessariamente assumem grande importância as actividades ligadas ao mar e aos recursos marinhos:

- i) Formas mais aperfeiçoadas de aproveitamento dos recursos existentes, ou seja, uma diversificação dentro das próprias indústrias.

No caso das indústrias alimentares, estas deverão evoluir no sentido de uma maior transformação quer dos recursos do mar quer dos produtos agrícolas. Avançar para produtos especiais, de boa qualidade e de elevadas produtividades e para produtos novos orientados para pequenos segmentos de mercado.

- ii) Ainda directamente ligada às actividades do mar - a construção e a reparação naval, a metalomecânica ligeira e certos serviços ligados ao equipamento e operação das embarcações.

Este eixo de desenvolvimento pode sem dúvida vir a deter uma importância muito mais forte na indústria local e, no que toca aos estaleiros e metalomecânicas, requer-se um empenho dos vários agentes intervenientes para que seja perspectivado um projecto que sirva o concelho aproveitando as potencialidades decorrentes da ampliação do porto.

Por outro lado este mesmo eixo de desenvolvimento será fortemente impulsionado pela perspectivada instalação de uma marina imediatamente a sul das actuais instalações portuárias, já que é evidentemente inerente ao próprio projecto "marina" um vasto conjunto de actividades conexas.

- iii) Recuperação e desenvolvimento das unidades ligadas ao trabalho da madeira e do mobiliário, no sentido do fabrico de produtos de elevada qualidade.

Esta actividade está em expansão a nível do país e tem fortes potencialidades de crescimento sustentado quer para o mercado nacional quer para exportação, pelo que constitui uma das melhores hipóteses de desenvolvimento da indústria concelhia e de diversificação do seu tecido industrial.

- iv) O quarto eixo de desenvolvimento que se preconiza não tem a ver com o tecido existente e supõe plenamente realizada a opção feita de criação de condições de atracção aos investidores, quer em termos de acessibilidades e de disponibilidades de terrenos quer em termos de outros benefícios.

Como parâmetros para a identificação dos investimentos a atrair aponta-se para indústrias não poluentes, nem grandemente consumidoras de água, privilegiando-se os investimento mão-de-obra intensivos com vista a absorver algum desemprego e criar emprego para as camadas jovens (sem prejuízo da procura de soluções competitivas e com perspectivas de médio e longo prazo).

Não obstante a relativa saturação que parecem ter atingido, preenchem estas condições indústrias como as confecções, o calçado e o plástico que além disso não exigem elevados montantes de investimento como o recurso a tecnologias muito sofisticadas mas frisa-se que a efectiva funcionalidade deste eixo depende das condições de atractividade que se criem, pelo que a definição, feita neste PDM, de áreas privilegiadas de implantação de unidades industriais implica na sequência e a curto prazo, a preparação de planos de pormenor das infraestruturas a criar (devidamente faseados) e a dinamização de uma entidade condutora do processo envolvendo

os proprietários e a Câmara, como alternativa a uma intervenção municipal no domínio dos solos e da respectiva infraestruturação.

A dinamização da efectiva implantação destas áreas industriais é ainda factor da maior importância para a requalificação de alguma da indústria existente e que implica a construção de novos estabelecimentos em condições de localização que possibilitem essa mesma requalificação; será particularmente importante para a requalificação de algumas das unidades ligadas ao sector das pescas a sua realocação fora do tecido urbano de Peniche o que só pode ser viabilizado com a área industrial do Vale do Grou, da mesma forma que o redimensionamento e requalificação de alguma da indústria ligada ao trabalho de madeira poderá ser fortemente estimulada com a criação da área industrial de Serra d'El-Rei.

2.4 - ESTRUTURAS DE COMERCIALIZAÇÃO

A situação das estruturas de comercialização no concelho de Peniche foi relatada nos Estudos Prévios, aí se referindo que, de um ponto de vista global, elas eram satisfatórias, pois que asseguram o apoio não só às actividades produtivas mais relevantes, como também ao consumo local de bens perecíveis e não perecíveis. Assim, as infraestruturas de conservação de produtos agrícolas e piscatórios garantem minimamente a armazenagem dos excedentes não imediatamente exportáveis e consumíveis no concelho; as infraestruturas de comércio a retalho são em número que excede os índices mínimos de habitantes por estabelecimento, previstos nas normas indicativas para o ordenamento de equipamentos colectivos.

As previsões feitas para o crescimento da população, para o desenvolvimento dos sectores produtivos no concelho e para a evolução dos consumos locais, não implicam, à partida, necessidades acrescidas de infraestruturas de comercialização.

Com efeito, as estruturas de comércio a retalho, que são consideradas globalmente satisfatórias, têm uma vitalidade e dinâmica próprias, havendo, fundamentalmente, que ordenar a sua instalação e não se antevendo intervenção directa dos poderes públicos para suprir carências na satisfação das necessidades do consumo; por outro lado mesmo para os subsectores ligados aos produtos alimentares perecíveis, onde se torna imprescindível programar condições de armazenagem que evitem estrangulamentos ao consumo e excedentes à produção, as infraestruturas existentes (localmente ou a nível subregional) são inteiramente compatíveis com as perspectivas de evolução desenhadas quer para os sectores produtivos envolvidos quer para os consumos (finais e intermédios), destacando-se:

i) no que toca a apoio à produção:

- relativamente ao **peixe**, face quer à perspectiva de estagnação das capturas e descargas, quer às condições do possível desenvolvimento da indústria de transformação de pescado, a capacidade instalada é, como já se referiu, excedentária em Peniche, pelo que não se afigura necessário prever desenvolvimentos quantitativos na infraestrutura de conservação e armazenagem das redes industriais e comerciais existentes.
- relativamente à **carne e ovos**, não só estas produções não são muito significativas no concelho como ainda se verifica que:
 - as condições de produção e comercialização da carne de aves e de ovos aponta para estruturas de apoio à produção localizadas junto de unidades produtivas e a comercialização não exige infraestruturas de armazenagem de dimensão maior do que a determinada pela dimensão dos estabelecimentos comerciais de retalho;
 - no que se refere às restantes carnes a previsão do Matadouro Regional do Oeste (inscrito no projecto de reestruturação do sector nacional das carnes), implica algumas exigências ao nível do retalho mas estas parecem satisfeitas pelos estabelecimentos existentes.
- relativamente aos **produtos hortícolas** a presença de infraestruturas de conservação e de transformação de frutas e hortícolas nos concelhos vizinhos actuando como pólos fortemente centralizadores, determina que o desenvolvimento de estruturas de comercialização em Peniche seja sempre influenciado pelas disponibilidades vizinhas. Por outro lado, as próprias características dos circuitos de escoamento fortemente implantados em relação com as produções concelhias exportadas e os recentes investimentos feitos pelos produtores em matéria de calibragem, do acondicionamento, da conservação e do transporte, não são de molde a exigir maiores disponibilidades para além das que o concelho dispõe.

ii) no que toca a apoio à comercialização:

- a situação de normalidade do sector e as perspectivas de evolução da população não apontam para a necessidade de um desenvolvimento anormal da rede comercial existente, a qual continuará a ser determinada pela resposta a dar ao consumo; a existência de um número elevado de estabelecimentos comerciais de certo tipo justificará, no entanto, algum esforço de ordenamento por parte da autarquia, nomeadamente no sentido de as novas instalações respeitarem regras mínimas quanto à proximidade de outras do mesmo ramo.

2.5 - TURISMO

No seio da estratégia concebida para o desenvolvimento do concelho, o desenvolvimento do turismo assume, sobretudo em relação à diversificação da economia através de atracção de novas actividades e requalificação das actividades existentes, como foi dito uma larga primazia que implica uma estratégia específica balizada pelas grandes orientações já antes fixadas e que tenha em atenção as perspectivas e potencialidades globais definidas para o concelho.

Com efeito as perspectivas de desenvolvimento da actividade turística devem ser interpretadas à luz de um princípio norteador do enfoque do turismo no âmbito da estratégia de desenvolvimento económico para o concelho de Peniche que não tome isoladamente esse sector, enfoque que sinteticamente se pode enunciar da seguinte forma:

por maiores que sejam as potencialidades de um determinado sector de actividade a sua organização económico-produtiva não pode, em caso algum, estruturar-se à margem da economia local constituindo-se em "enclave económico", que utilizando recursos naturais e mobilizando elevados recursos materiais, infraestruturas, equipamentos, etc., não gera emprego e rendimento locais suficientemente remuneradores do investimento público.

A aposta no turismo deve, assim, corresponder a uma estratégia de desenvolvimento em que o turismo, com o poder multiplicador que se reconhece, é uma entre várias componentes e é nesta perspectiva que se enunciam os seguintes traços orientadores de uma estratégia específica de desenvolvimento turístico para Peniche:

- a) **Captação do turismo de passagem**, o que supõe a médio prazo o aumento da capacidade hoteleira na perspectiva das dormidas de apoio aos fluxos de tráfego derivados da localização terminal do IP6; à capacidade de alojamento deverá ligar-se adequado serviço de restauração e actividades de animação e recreio, nomeadamente jogo.
- b) **Criação de programas de turismo familiar** para turistas nacionais, sobretudo de poder aquisitivo médio e médio superior, que privilegiem o repouso e uma menor densidade de ocupação.

Estes programas podem ser extensivos a famílias estrangeiras em regime de pacote negociado com operadores internacionais e beneficiando o conjunto da região Oeste, mediante a organização de percursos turísticos pela região.

- c) **Incentivo à criação de alojamento no interior**, com o objectivo de descomprimir a pressão urbanística sobre o litoral e de compor uma oferta turística que potencie alguns atractivos do interior, ligados à ruralidade, ao património arquitectónico, às feiras e romarias.

A relativa proximidade face ao litoral, escassos quilómetros entre as aldeias e a costa, permite explorar o conceito de alojamento no interior, enquadrado por um conjunto de serviços de apoio (abastecimento alimentar, comércio a retalho, serviços de transportes e comunicações, animação e recreio) para "turista de praia".

- d) **Promoção da qualidade do serviço prestado** (envolvendo a sensibilização dos diferentes operadores - alojamento e restauração para a prestação de um serviço que responda a um perfil de visitantes mais exigente, e com maior poder de compra e capacidade de difusão junto das comunidades de origem);
- e) **Renovação da imagem urbana de Peniche** (envolvendo a limpeza e restauração do património classificado do núcleo urbano, a reparação e arranjo exterior das construções na zona abrangida pelo antigo cais e forte, a instalação de equipamentos de diversão e lazer, etc., numa atitude sistemática de requalificação e de melhoria da qualidade de vida urbana).
- f) **Animação regular ao longo do ano** (envolvendo uma programação de iniciativas de índole cultural, etnográfica, desportiva e institucional, de forma a que mensalmente uma realização com impacte nacional faça deslocar a Peniche um fluxo significativo de forasteiros; esta programação, que deve envolver, a deslocação de algumas iniciativas actuais para outras épocas do ano, contribuiria para reduzir os efeitos da sazonalidade a que está sujeita a oferta turística de Peniche, fortemente condicionada pela duração da época balnear).

O sucesso desta estratégia pressupõe a realização de esforços conjugados (de operadores públicos e privados) em domínios nevrálgicos para a expansão da actividade turística em Peniche e na faixa geográfica que envolve o concelho, como a seguir se apresenta:

i) actuação da Câmara em matéria de licenciamentos

Sendo imprescindível para o desenvolvimento do turismo no concelho a criação de novas unidades quer em termos de hotelaria quer mesmo em termos de restauração, quer ainda na prestação de serviços ao sector turístico e aos turistas, é essencial que a Câmara tenha na matéria uma política activa quanto a localizações e licenciamentos.

Essa política terá como orientação fundamental o atrair para o concelho unidades de grande qualidade e procurar localizar essas unidades por forma a que se satisfaçam os parâmetros orientadores anteriormente explicitados.

Assume aqui grande importância quer a definição feita ao nível do ordenamento de áreas de vocação turística para onde se pretende orientar a localização de empreendimentos de grande qualidade e que possam ter grande autonomia em relação aos serviços básicos de água e saneamento do município, quer a definição feita de áreas de expansão para núcleos urbanos do interior do Concelho - em particular Casais de Mestre Mendo - que constituirão oferta de localização alternativa para algumas iniciativas que têm aparecido e que, para que se lhes possa exigir a necessária qualificação, necessitam de espaços adequados.

ii) infraestruturas e equipamentos colectivos

Prevendo designadamente os limiares de utilização e programação de novas infraestruturas e equipamentos básicos (redes de saneamentos, abastecimento de água, meios de transporte, comunicações, serviços de saúde e segurança pública), tendo em atenção níveis desejáveis (suportáveis) de expansão da actividade turística.

iii) formação profissional

Não obstante a forte sazonalidade da procura e a rotação do pessoal recrutado dificulte a aprendizagem técnico-profissional, é necessário promover um esforço concertado de reforço dos níveis de profissionalização, envolvendo os organismos públicos (sistema escolar, Instituto Nacional de Formação Turística, os Centros de Formação da Indústria Alimentar), as entidades de promoção (Região de Turismo do Oeste) e os operadores turísticos, individualmente e através das suas associações de classe.

Qualquer esforço promocional orientado para a captação de estratos mais exigentes da procura e com maior capacidade de despesa média, deve ter a suportá-lo uma estratégia de formação profissional dos activos empregues no sector (do alojamento à restauração passando pelo comércio, agentes de viagens, etc.).

A criação em Peniche de uma Escola Profissional vocacionada para a formação de jovens em diferentes profissões da actividade turística pode constituir importante contributo para a

superação de um estrangulamento que põe em causa qualquer estratégia de desenvolvimento do sector.

iv) promoção turística

A dinamização da actividade turística no concelho de Peniche requer uma componente comercial que, de forma sistemática, permita vender os factores de atracção turística local indo ao encontro dos diferentes estratos da procura que podem constituir, a médio prazo, um mercado estabilizado para a oferta turística de Peniche.

A organização de campanhas promocionais deve assentar em dois níveis fortemente articulados:

- promoção via Região de Turismo do Oeste, beneficiando da integração numa estratégia de promoção com meios próprios e capaz de atingir um leque maior de mercados, no âmbito de campanhas de promoção do turismo nacional que envolvem vários organismos do Estado e as próprias representações comerciais e embaixadas no estrangeiro;
- promoção a nível do mercado interno a partir da experiência de trabalho da Comissão Municipal de Turismo, envolvendo quer os meios da Câmara Municipal quer dos operadores locais (alojamento e restauração).

Do ponto de vista dos instrumentos de promoção turística propriamente dita, haverá que distinguir entre as campanhas promocionais - integradas no programa de actividades da Região de Turismo do Oeste as quais, entre outros aspectos positivos, permitem diminuir custos de promoção - e os instrumentos mais centrados no próprio produto turístico do concelho, nas suas diferentes expressões intra-concelhias.

Neste sentido, os instrumentos de promoção deverão ser orientados para a venda de um produto compósito que associa a fruição do litoral e das suas praias a um conjunto de percursos turísticos pelo interior do concelho em torno do património histórico e arquitectónico e a um leque de iniciativas e realizações, nos vários domínios identificados, que vão tendo lugar ao longo do ano.

O **posto de turismo do concelho**, enquanto guarda avançada de uma oferta turística com características particulares, beneficiando de uma localização central, deve transformar-se num local de difusão da imagem de Peniche através de instrumentos de animação própria que

envolvam a passagem de diaporamas, vídeos, etc., que captem os visitantes à sua chegada para uma oferta diversificada e que suscitem, quer o prolongamento da estada, quer um regresso futuro.

3 - PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA REDE URBANA E DE EQUIPAMENTOS

3.1 - PERSPECTIVAS GERAIS

A análise do Concelho de Peniche e em particular da rede urbana instalada, mostra com clareza a grande polarização das funções urbanas na cidade de Peniche e a total dependência dos restantes pólos urbanos em relação à sede do Concelho.

Este fenómeno, associado à pequena dimensão do Concelho e à concentração das principais actividades industriais e de serviços na área da cidade, constitui um desafio constante, no processo de ordenamento do território municipal, no sentido de conseguir um melhor equilíbrio da rede urbana.

A perspectiva adoptada, aceitando embora a persistência de um pólo principal com um potencial de excepção no conjunto da rede urbana, vai no sentido de permitir a emergência de uma rede secundária de centros urbanos, capazes de proporcionar um melhor equilíbrio na distribuição de funções e actividades no concelho, e servir de suporte a um modelo de desenvolvimento mais eficaz.

Paralelamente, perante o peso das pressões para a localização industrial sempre na órbita da cidade de Peniche, e perante uma certa desqualificação da oferta turística do concelho, abrem-se novas frentes para a localização de indústrias e equipamentos turísticos por forma a sustentar, também, um processo de desconcentração e melhoria da oferta que convergem também com os objectivos de reestruturação da rede urbana.

Estas perspectivas supõem a adopção de um modelo cuidadoso de gestão do território que deverá assentar, no essencial e na perspectiva da intervenção municipal, na canalização de investimentos em infraestruturas e equipamentos para a rede urbana principal e secundária bem como na elaboração de planos municipais de ordenamento do território que configurem, com maior detalhe, as orientações a seguir. Complementarmente, as ocupações industriais e turísticas nas áreas propostas no âmbito da carta de ordenamento, deverão igualmente ser objecto de estudos de detalhe, permitindo enquadrar de forma sistemática e sem desperdício de recursos, todas as oportunidades de investimento nestes domínios.

Finalmente, associado a este conjunto de perspectivas, torna-se indispensável referir que, no quadro do desenvolvimento da rede urbana do concelho, haverá que contra-por à criação de áreas urbanizáveis de significativa expressão ligadas à rede urbana principal e secundária, um esforço de contenção e mesmo restrição, no que respeita à expansão desqualificada dos pequenos aglomerados rurais, nomeadamente ao longo das estradas, impedindo a formação de contínuos edificados incaracterísticos e geradores de estrangulamentos ao nível da circulação e transportes bem como da satisfação de outras necessidades básicas das populações.

3.2 - REDE URBANA

As perspectivas de desenvolvimento e reconversão da rede urbana do concelho assentam num conjunto de orientações que se podem sintetizar em:

- a) Definição do território da cidade de Peniche dentro dos limites naturais da península do Cabo Carvoeiro;
- b) Definição da rede urbana secundária integrando os núcleos da Serra de El-Rei, Ferrel e Atouguia da Baleia, como sede dos processos de desenvolvimento urbano a favorecer com mais significado e no sentido de promover um maior equilíbrio no concelho;
- c) Definição de perímetros urbanos de Bufarda e Casais de Mestre Mendo como principais núcleos rurais a desenvolver;
- d) Definição de perímetros urbanos para Coimbra e Casais Brancos no sentido de estabelecer limites e contrapartidas aos processos de expansão e ocupação linear ao longo da EN 114, reduzindo os seus efeitos perversos;
- e) Definição de perímetros urbanos para as aglomerações Consolação-Estrada e S. Bernardino - Casais do Júlio - Geraldês, no sentido de integrar processos de crescimento avulso que vêm ocorrendo nestas áreas e conferir consistência e qualidade urbana a estes sistemas já relativamente complexos e sujeitos aos abalos das flutuações de ocupação sazonal;
- f) Definição de áreas de desenvolvimento turístico especial na Costa Sul e Norte de Peniche destinadas a integrar de forma mais estruturada, iniciativas de ocupação turística numa perspectiva de qualidade;
- g) Definição de áreas industriais na zona de Atouguia - Vale do Grou e Serra de El-Rei, favorecendo a reconversão de algumas ocupações industriais na cidade de Peniche e a emergência de novas indústrias ligadas aos núcleos urbanos secundários próximos.

Este conjunto de orientações, consagrado na proposta de ordenamento e no projecto de regulamento, está associado à ideia de manutenção do papel polarizador principal da cidade sede do Concelho, cujo crescimento enfrentará as inevitáveis limitações de natureza geográfica facilmente reconhecíveis, bem como ao favorecimento de uma dinâmica de crescimento urbano e industrial alternativo, com sede sobretudo nos lugares de Atougua da Baleia, Ferrel e Serra de El-Rei. Está ainda associado à ideia de valorização da vertente turística do processo de desenvolvimento concelhio, admitindo não só a regularização e estruturação em moldes mais consistentes, do desenvolvimento de lugares de tradição balnear (Consolação, S. Bernardino, Baleal), como a criação de alternativas especificamente voltadas para os equipamentos turísticos, como é o caso das áreas de desenvolvimento turístico especial da Costa Sul de Peniche ou mesmo, no caso do turismo de interior, as áreas de Casais de Mestre Mendo e Serra de El-Rei.

A consagração destas orientações, a par de uma gestão urbanística do território que restrinja drasticamente os fenómenos de dispersão de ocupação, permitirá seguramente qualificar os horizontes de desenvolvimento do Concelho de Peniche de forma a permitir uma melhor exploração dos seus recursos naturais e humanos e estabelecer condições mais atractivas para o investimento e fixação de actividades.

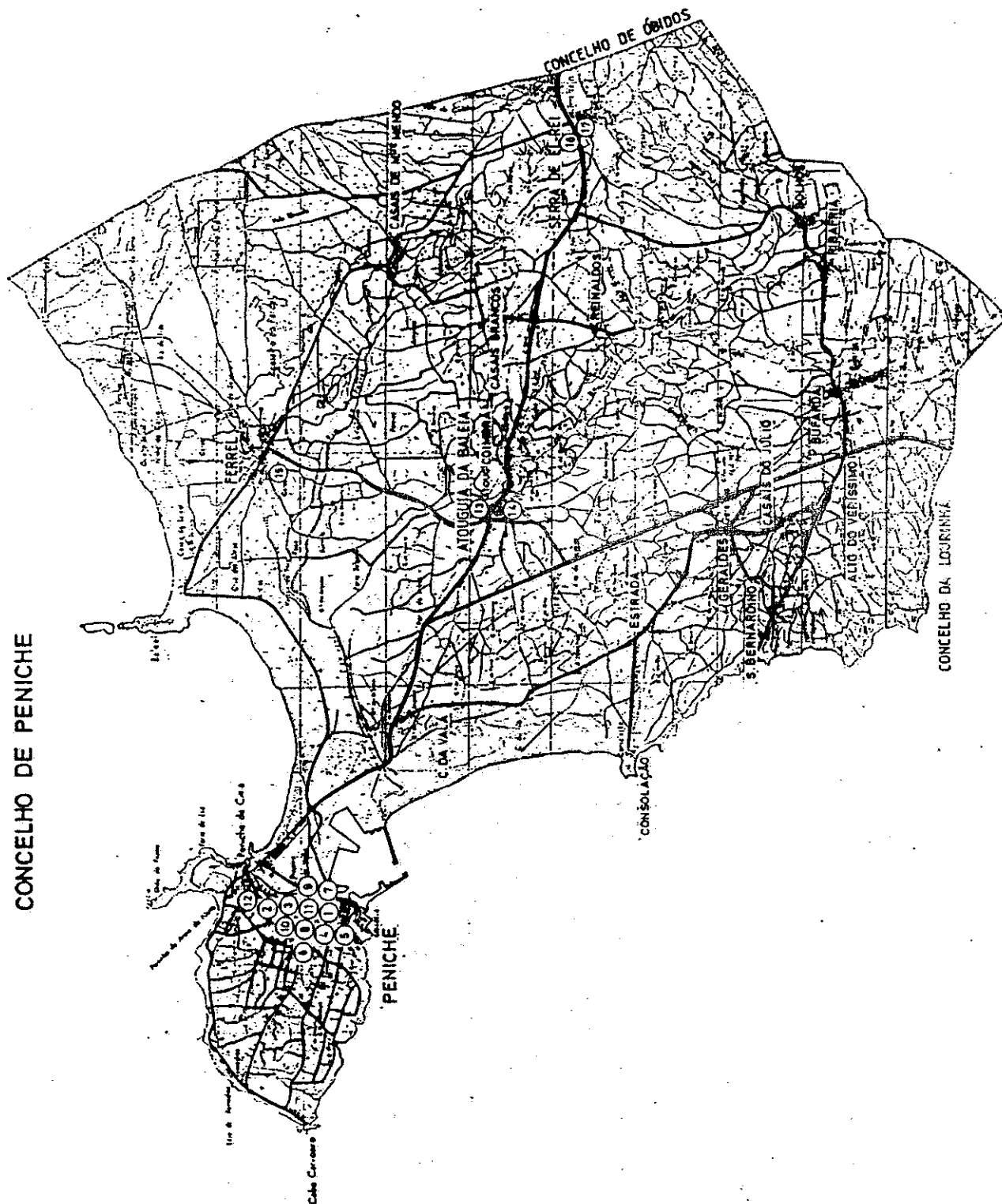
3.3 - EQUIPAMENTOS

A análise do panorama das redes de equipamentos e serviços no Concelho revela uma distribuição relativamente equilibrada dos mesmos no território, se bem que conformada com as assimetrias da própria rede urbana e sistemas de ocupação construída.

As principais questões a ter em conta na formulação de uma estratégia de desenvolvimento de Peniche, prendem-se com a necessidade de fazer acompanhar o desenvolvimento e reestruturação da rede urbana de uma equivalente acção no domínio dos equipamentos e serviços, ultrapassando o panorama muito pobre da actualidade e corrigindo a quase absoluta dependência da sede do Concelho em relação à maioria das funções principais.

Em todo o caso torna-se necessário evidenciar, para além dos aspectos antes referidos, um conjunto de deficiências estruturais nas redes instaladas, de cuja configuração se dá conta nos cartogramas seguintes (Figs. III.3.1 a III.3.5 e no Desenho PDP/351-I.2), no sentido de apoiar um conjunto de medidas visando a sua superação.

CONCELHO DE PENICHE



SERVICIOS PÚBLICOS

PENICHE

- ① CÂMARA MUNICIPAL
- ② TRIBUNAL
- ③ CONSERV. REG. CIVIL E JUNT. FREGUESIA
- ④ PSP
- ⑤ GNR
- ⑥ GUARDA FISCAL
- ⑦ CAPTANIA
- ⑧ ASSOC. DE BOMB. VOLUNTÁ DE PENICHE
- ⑨ TURISMO
- ⑩ CTT
- ⑪ TLP
- ⑫ EDP

ATOUGUIA DA BALEIA

- ⑬ JUNTA DE FREGUESIA
- ⑭ CIT-POSTO DE RECEÇÃO

FERREL

- ⑮ JUNTA DE FREGUESIA

SERRA DE EL-REI

- ⑯ JUNTA DE FREGUESIA
- ⑰ BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS (em construção)

Fig.III.3.2

CONCELHO DE PENICHE

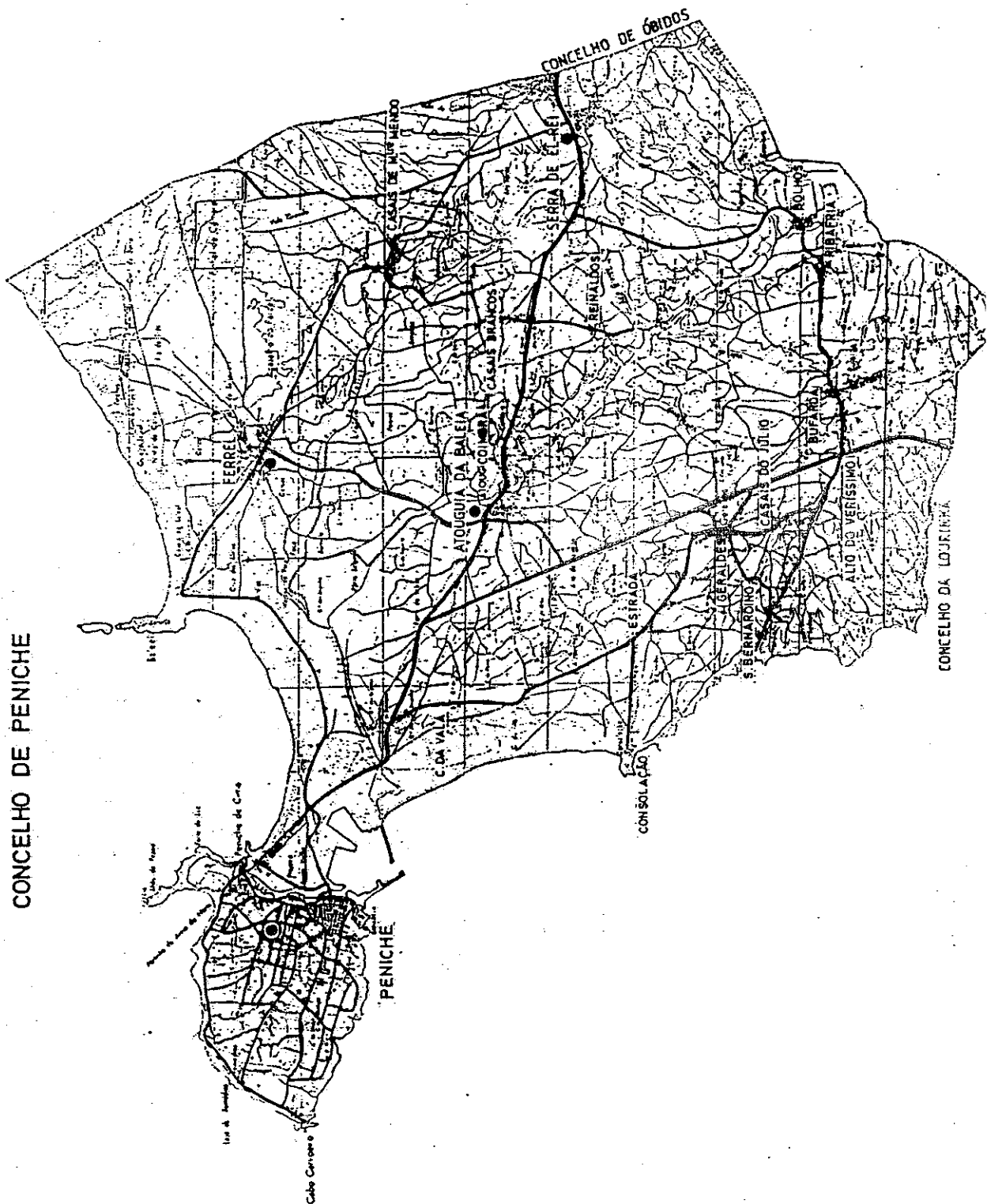
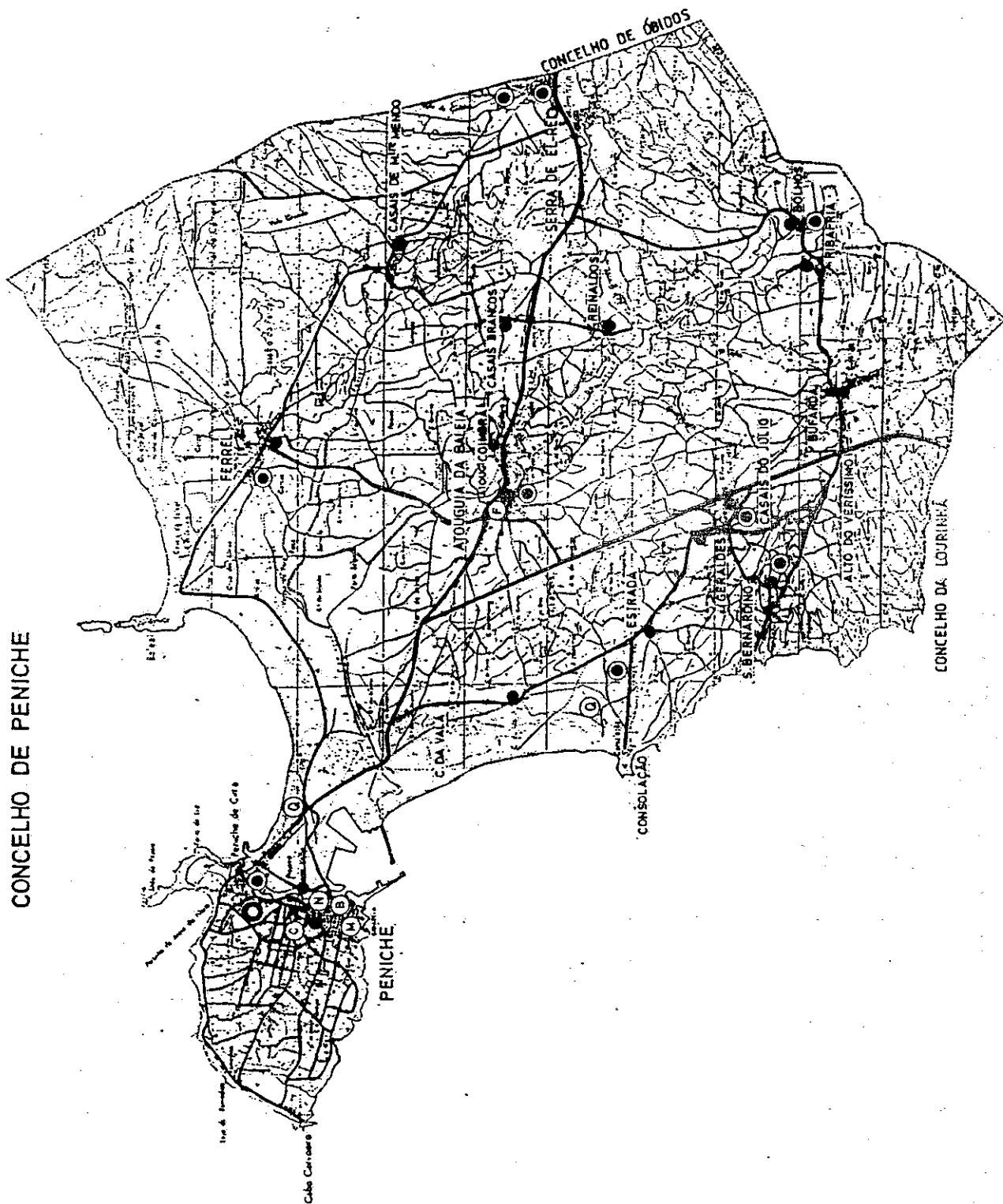


Fig.III.3.4

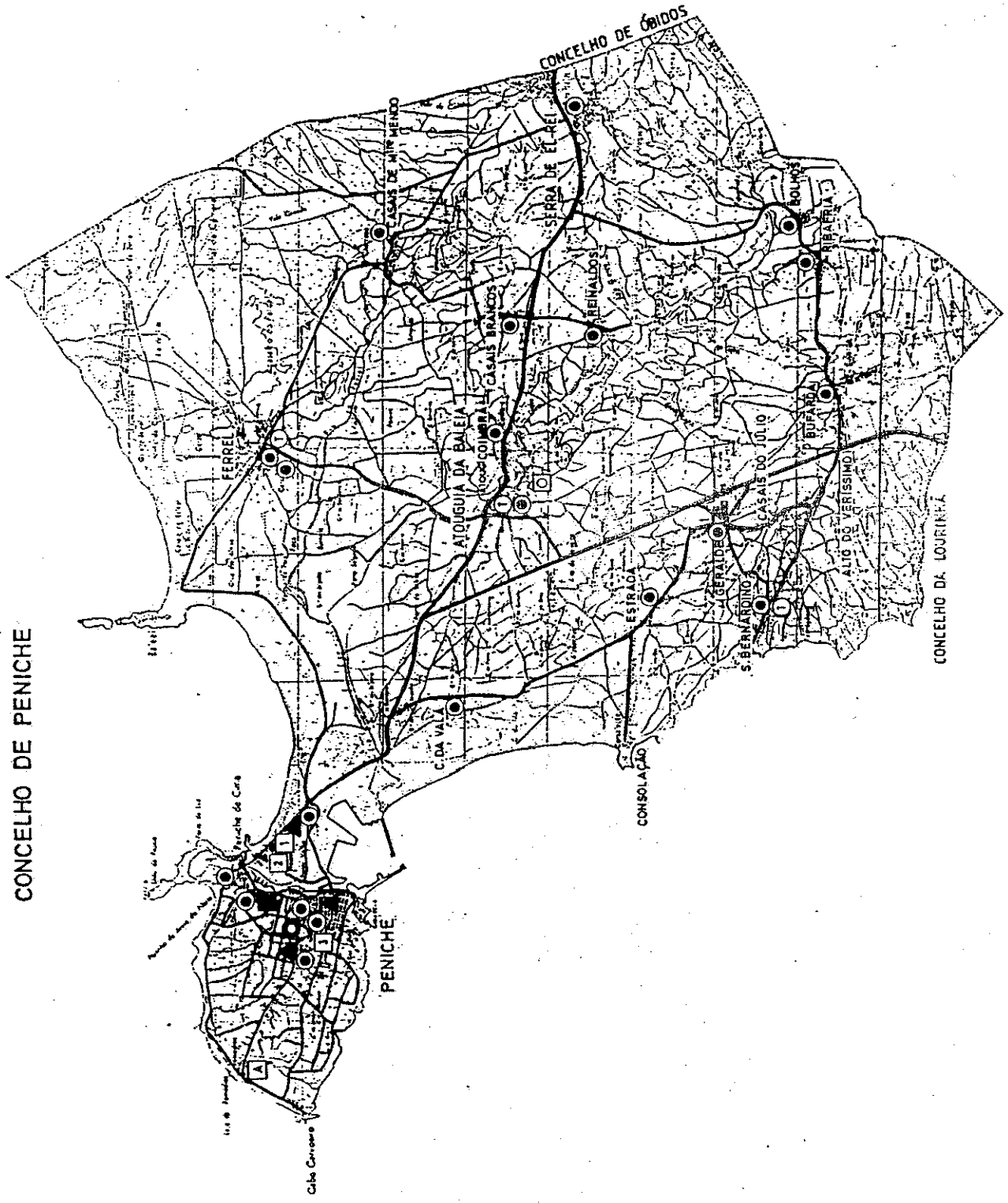
CONCELHO DE PENICHE



EQUIPAMENTO DESPORTIVO
CULTURAL E RECREATIVO

- ASSOC. E CLUBES, DESP. CULT. E RECR.
- ⊙ CAMPO DE JOGOS
- PAVILHÃO POLIVALENTE
- ⊙ BIBLIOTECA
- ⊙ CINEMA
- ⊙ SOCIEDADE FILARMÓNICA Y DE DEZEMB.
- ⊙ MUSEU
- ⊙ CLUBE NAVAL
- ⊙ AQUAPARQUE

Fig.III.3.5



EQUIPAMENTO ESCOLAR EXISTENTE

- ▲ PRÉ-PRIMÁRIO
- PRIMÁRIO
- PREPARATÓRIO
- ① TELESCOLA
- C.S. (em construção)
- SECUNDÁRIO
- ▢ EXTERNATO ATLÂNTICO (pré-primária, primário, preparatório, secundário, profissional / free)

CENTROS DE FORM. PROFISSIONAL

- 1 FORMESCAS
- 2 CENFM
- 3 CREAP / CENCP

Assim, a rede de equipamentos de apoio a idosos (3ª idade) é de diminuta expressão fora de Peniche e conviria considerar a cobertura das áreas de Ferrel e a faixa sul do Concelho (Bufarda, Geraldês). No que respeita ao equipamento cultural e recreativo, as grandes distorções ou lacunas estão relacionadas com a concentração em Peniche de quase todo o equipamento, exceptuando campos de jogos e, não obstante, a existência de um Aquaparque em Peniche e outro, mais recente, na Consolação, há uma evidente contradição entre o panorama neste domínio e a vocação turística e balnear do Concelho. Ao mesmo título se refere a escassez de estações ou postos de telecomunicações e de turismo ou informações o que, não obstante o recurso a postos móveis no Verão, é manifestamente uma situação a ultrapassar a curto prazo. Finalmente e no que se refere aos equipamentos educativos, a actual situação encontra-se desajustada em relação não só às necessidades existentes como na perspectiva da implementação da reforma educativa. Em contacto com os Serviços do Ministério da Educação foi possível estruturar as bases gerais de uma proposta mais detalhada que se apresenta no capítulo seguinte.

3.3.1 - Proposta para reestruturação da rede escolar

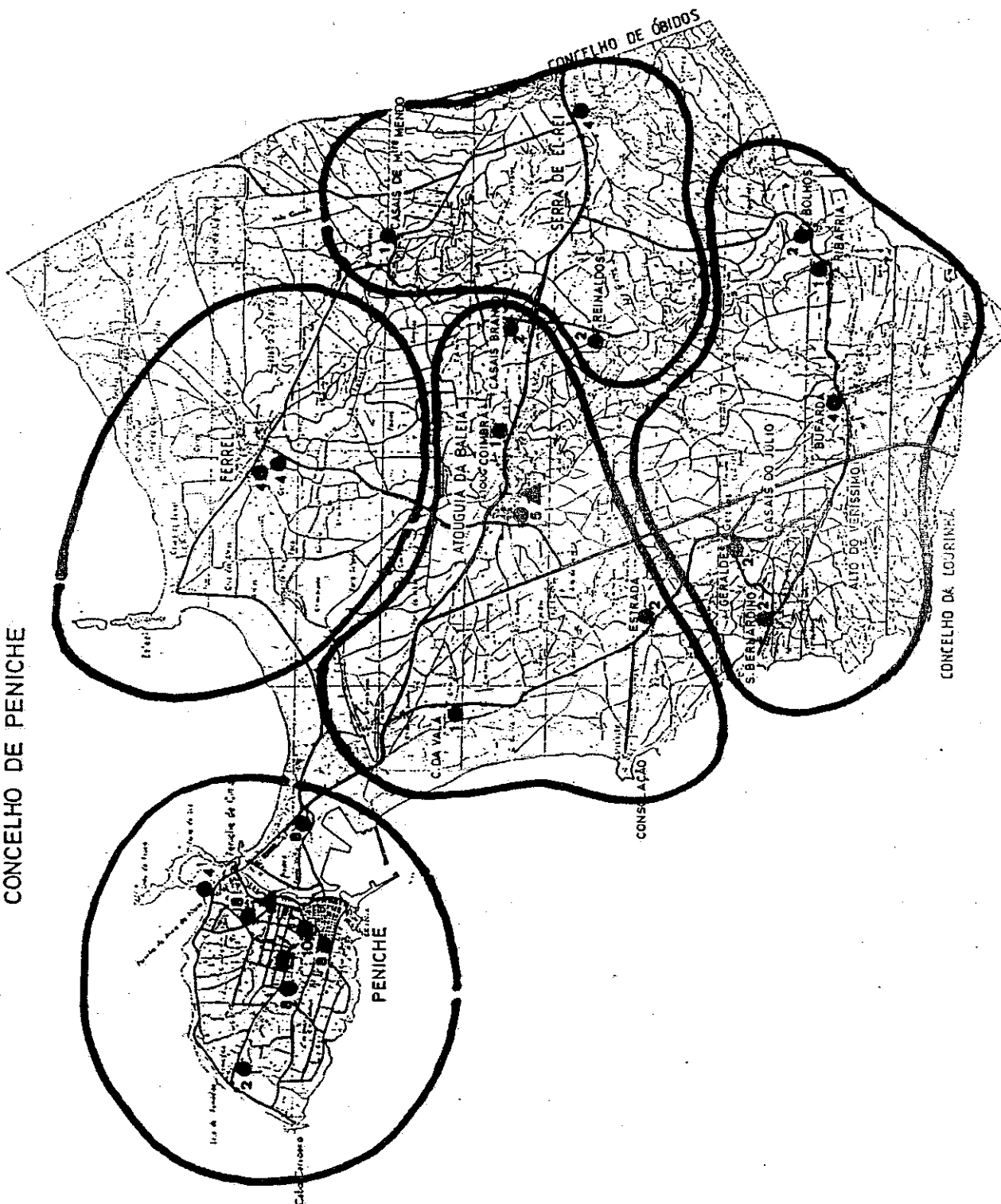
3.3.1.1 - Base de trabalho e princípios orientadores

No âmbito dos estudos do PDM de Peniche procedeu-se à avaliação da rede escolar existente com vista a avaliar carências e definir orientações para a melhoria das condições actuais.

Os cálculos efectuados têm por base os princípios definidos pelo Ministério da Educação quanto a tipologias e capacidades e a hipótese 1 das projecções demográficas ajustadas aos valores do Censo de 91. Admite-se ainda a organização do território de acordo com a Fig. III.3.6 em 5 núcleos escolares, considerando a distribuição percentual da população em função dos dados mais desagregados do Censo de 81 que não são, de resto, contraditados pelos elementos já conhecidos de 91.

Fig.III.3.6

CONCELHO DE PENICHE



REDE ESCOLAR CONCELHIA

- ESCOLAS PRIMÁRIAS (1ª) SALAS
- ⊙ ESCOLA DO CICLO 2º/3º SALAS
- ▲ E. SECUNDÁRIA PENICHE DE SALAS
- C.A.S. ATUOGUIA (UNIV.) 2ª SALAS



NUCLEAÇÃO ESCOLAR

3.3.1.2 - Cálculos da população escolar e sua distribuição espacial

POPULAÇÃO DO CONCELHO

Estimativa para o ano 2001 27 640 hab.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 81 NO ESPAÇO CONCELHIO

(1) Ver Fig. III.3.6

Peniche (cidade).....	60%
Núcleo da Atouguia	14,2%
Núcleo de Ferrel	7,6%
Núcleo da Bufarda	11,2%
Núcleo da Serra	7%

NOTAS:

- Peniche (cidade) é um território limitado e contido na península do Cabo Carvoeiro.
- O núcleo de Atouguia (ver Fig. III.3.6) integra Casais Brancos, Casal do Moinho, Casal da Ponte, Coimbrã, Consolação, Estrada, Porto de Lobos, Relva Longa.
- O núcleo de Ferrel integra Baleal, Casais do Baleal e Ferrel mais número significativo de isolados.
- O núcleo de Bufarda integra Bolhos, Ribafria, Casais do Júlio, Geraldês, S. Bernardino, Paço e número significativo de isolados.
- O núcleo da Serra integra Serra, Casais de Mestre Mendo e Reinaldes, significando que o conjunto Reinaldes/Casais Brancos se dividiu em partes iguais (equidistante) entre a Serra e Atouguia.

Cálculo da população escolar para o ano 2001

Admitindo o modelo de distribuição espacial antes referido e as projecções efectuadas para 2001 a população escolar para os diversos níveis é calculada nas seguintes bases:

Pré-primário

Idades: 3, 4, 5 anos

População no grupo etário: 4,5%

$27,640 \times 4,5\% = 1244$ crianças

Taxa de "escolarização" 70%

População escolar prevista 870 crianças

Ensino Básico

EB1 (6 - 9 anos) - 5,6% da pop. total

$27\ 640 \text{ hab} \times 5,6\% = 1547$ alunos

EB2 (10 - 11 anos) - 3,1% da pop. total

$27\ 640 \text{ hab} \times 3,1\% = 857$ alunos

EB3 (12 - 14 anos) - 4,6% da pop. total

$27\ 640 \text{ hab} \times 4,6\% = 1272$ alunos

Ensino Secundário

E.S.(15 - 18 anos) - 4,4% da pop. total

$27\ 640 \text{ hab} \times 4,4\% = 1216$ alunos

Taxa de "escolarização" 70%

População escolar prevista 852 crianças

3.3.1.3 - Capacidade da rede escolar instalada (89-90)

Pré-primária/Infantário

685 crianças em infantários e pré-primárias em todo o Concelho, correspondendo a 28 salas.

Peniche 17 salas

Resto do Concelho 11 salas

Ensino Básico

Peniche (Cidade)	46 + 2(a) salas aula primárias
.....	11 salas Esc. Ciclo
Resto do Concelho.....	37 + 1(a)
TOTAL	103 + 3(a) salas

a) afectas à pré-primária.

Ensino Secundário

Frequências

Esc. Secundária.....	1650 alunos(b) (46 salas)
Ext. Atlântico	281 alunos
TOTAL	1931 alunos

b) inclui 7º, 8º e 9º anos.

3.3.1.4 - Análise crítica da rede instalada

Pré-primária

Além dos estabelecimentos em funções estão programados ou em vias de execução:

Serra d'El-Rei	2 salas
Bufarda	1 sala

Sobre a qualidade e necessidades adicionais as referências dos serviços municipais vão no sentido de as considerar todas adequadas à função.

Ensino Básico

Cidade de Peniche:

Das 48 salas existentes e em condições normais de funcionamento 2 estão afectas ao pré-primário (esc. nº 7). A rede é toda recuperável e constituída por 1 escola de 2 salas, 4 escolas de 8 salas, 1 escola de 4 salas, 1 escola de 10 salas e 1 escola de 20 salas (ciclo). Admite-se a reconversão no tipo de uso de acordo com a nova reforma e eventual integração da escola de 2 salas na rede Pré-primária (Remédios).

Resto do Concelho:

Núcleo da Atouguia:

Casal da Vala	1 sala	<u>a desactivar</u>
Estrada	2 salas	
Atouguia	5 salas	<u>1 préfabricada</u>
Coimbrã	1 sala	<u>a desactivar</u>
Casais Brancos	2 salas	
		(9 salas aproveitáveis)

Núcleo de Ferrel:

Ferrel	8 salas	(4 + 4 salas) (8 salas aproveitáveis)
--------------	---------	--

Núcleo da Bufarda:

S. Bernardino	2 salas	
Geraldes.....	2 salas	
Casais do Júlio	1 sala	<u>a desactivar</u>
Bufarda	4 salas	
Bolhos	1 sala	<u>a desactivar</u>
Ribafria	1 sala	<u>a desactivar</u>
		(8 salas aproveitáveis)

Núcleo da Serra:

Reinaldes	2 salas	
Casais Me Mendo	1 sala	a ampliar(?)
Serra de El-Rei.....	4 salas	
		(6/7 salas aproveitáveis)

3.3.1.5 - Proposta de reconversão da rede escolar

De acordo com os princípios expostos as necessidades em instalações escolares para os diversos níveis de ensino, tendo em conta as disponibilidades existentes são:

Pré-Primário

Capacidade instalada	685 crianças (28 salas)
Procura prevista.....	870 crianças (37 salas)

Haverá pois que considerar a criação de mais cerca de 200 lugares ou seja cerca de 9 novas salas de aulas além das 28 hoje existentes das quais 6 em Peniche e 3 nas restantes zonas rurais.

Ensino Básico - Peniche (Cidade)

Capacidade instalada 68 salas aula - 1632 alunos

População Prevista (2001)

EB1	929 alunos
EB2	514 alunos
EB3	764 alunos

TOTAL	2207 alunos
--------------	--------------------

PROPOSTA DE RECONVERSÃO DA REDE:

HIPÓTESE A (Reconversão do ensino básico)

EB1	929 alunos.....	39 salas
EB2	514 alunos.....	22 salas
EB3	764 alunos.....	32 salas

TOTAL 93

Stock Actual 64 + 4 afectas ao pré-primário
Salas a Construir ± 29

Afectação do stock actual:

EB1 44 salas primárias existentes
(c/ 2 + 2 p/ pré-primária)

EB2.3 20 salas da escola do ciclo actual

Novas salas a construir:

± 34 salas de aula para EB2.3(1)

(1) ver Nota seguinte

HIPÓTESE B (Reconversão do ensino básico)

Necessidades Globais:

EB1	929 alunos.....	39 salas
EB2	514 alunos.....	22 salas
EB3	764 alunos.....	32 salas

TOTAL 93

Stock Actual	66 + 2 afectas ao pré-primário
Salas a Construir	± 27

Afectação do stock actual:

Escola EB1.2.3

Escola nº 1	10 salas	
Escola nº 2	8 salas	
Escola nº 3	8 salas	
Escola nº 7	6 + 2 afectas ao pré-primário	
Escola Ciclo	20 salas	
	<hr/>	
TOTAL	52 salas	EB1.2.3 (1248 alunos)

Escola EB1.

Escola nº 2	4 salas	
Escola nº 5	8 salas	
Escola nº 6	2 salas	
	<hr/>	
TOTAL	14 salas	EB1 (336 alunos)

Novas Salas a Construir ($1248 + 336 = 1584 - 2207 = 623 \ll 26$ salas)

26 salas de aula para EB1.2.3(1)

(1) Ver nota seguinte

NOTA: Como se verá, no raciocínio efectuado sobre as necessidades ao nível do ensino secundário, a actual escola secundária de Peniche terá capacidade excedentária para este nível (E.S.) podendo eventualmente continuar a integrar, no futuro, alguma resposta ao nível do EB3, embora com redução dos efectivos globais que hoje (mais de 1800 alunos) parecem desajustados no plano pedagógico e da vida da instituição.

A determinação da capacidade a manter, ao nível do EB3, poderá significar a redução das necessidades em novas instalações para este último nível, questão que deverá ser objecto de aprofundamento em diálogo com o Ministério e os responsáveis da Escola.

De qualquer modo e em face das projecções e dimensão da escola, estima-se em 8 salas (cerca de 200 alunos) a capacidade que poderá ser mantida na escola secundária para o EB3, permitindo assim reduzir em 8 as necessidades em novas salas para o ensino básico.

Ensino Básico - Resto do Concelho

De acordo com as estimativas efectuadas a população escolar para o resto do concelho, distribuída pelos diversos núcleos (ver Fig. III.3.6) é a seguinte (ano 2001):

Núcleo da Atouguia (14,2% do total)

EB1	220 alunos	
EB2	122 alunos	
EB3	181 alunos	
	<hr/>	
TOTAL	523	(22 salas de aula)

Núcleo de Ferrel (7,6% do total)

EB1	118 alunos	
EB2	66 alunos	
EB3	97 alunos	
	<hr/>	
TOTAL	281	(12 salas de aula)

Núcleo da Bufarda (11,2% do total)

EB1	174 alunos	
EB2	96 alunos	
EB3	143 alunos	
	<hr/>	
TOTAL	413	(18 salas de aula)

Núcleo da Serra d'El-Rei (7% do total)

EB1	109 alunos	
EB2	60 alunos	
EB3	90 alunos	
	<hr/>	
TOTAL	259	(11 salas de aula)

CÁLCULO DAS NECESSIDADES POR NÚCLEO TENDO EM CONTA O STOCK APROVEITÁVEL:

Núcleo da Atouguia

Necessidades globais	22 salas
Stock Actual	9 salas
	<hr/>
Salas a construir	13 salas EB1.2.3

Núcleo de Ferrel

Necessidades globais	12 salas
Stock Actual	8 salas
	<hr/>
Salas a construir	4 salas EB1.2.3

Núcleo da Bufarda

Necessidades globais	18 salas
Stock Actual	8 salas
	<hr/>
Salas a construir	10 salas EB1.2.3

Núcleo de Serra de El-Rei

Necessidades globais	11 salas
Stock Actual	7 salas
	<hr/>
Salas a construir	4 salas EB1.2.3

NOTA: Tendo em consideração a construção em curso da escola C+S de Atouguia da Baleia, a qual satisfará todas as necessidades presumíveis deste núcleo e mesmo necessidades adicionais, haverá que ponderar a redistribuição da população do EB3, nomeadamente a que actualmente frequenta a Escola Secundária de Peniche, bem como a estratégia quanto à função deste nova escola.

Ensino Secundário

A capacidade actual é conseguida pela Escola Secundária existente (46 salas) mais o Externato Atlântico.

A futura construção da C+S de Atouguia deverá ser equacionada no conjunto geral das necessidades concelhias.

Há ainda que considerar qual o papel efectivo da E.S. de Peniche que actualmente engloba os 7º, 8º e 9º anos de escolaridade obrigatória.

No entanto o que se pode desde já afirmar é que, numa perspectiva de "especialização" da E.S. de Peniche, com satisfação das necessidades do E.B. em instalações alternativas, o Concelho verá satisfeita toda a procura do Ensino Secundário com as actuais instalações da Escola Secundária (frequência actual de mais de 1800 alunos) mesmo considerando os 852 alunos previstos para o horizonte do ano 2001.

3.3.2 - Rede de equipamentos desportivos de base

A panorâmica dos equipamentos desportivos de base no concelho de Peniche, vista à luz dos critérios de programação da Direcção Geral dos Desportos, justifica algumas medidas correctoras no sentido de satisfazer algumas lacunas e promover alguma descentralização em relação à sede do concelho.

Utilizamos nesta abordagem as normas publicadas pelo GEPAT/MPAT em 1990 e as hipóteses de evolução demográfica já referidas no capítulo anterior. Consideramos ainda, por razões de semelhança, a hipótese de nucleação geográfica adoptada para a rede escolar, organizando a perspectiva dos equipamentos desportivos em torno de cinco polos urbanos de apoio - figuras III.3.7 e III.3.8.

Assim, a estimativa da população concelhia para o ano 2001 é de 27 640 habitantes, distribuídos pelos cinco núcleos referidos de acordo com o padrão do censo e da forma seguinte:

Peniche	60%	16 584 habitantes
Atouguia	14,2%	3 925 habitantes
Ferrel	7,6%	2 100 habitantes
Bufarda	11,2%	3 096 habitantes
Serra D'EL Rei	7%	1 935 habitantes

O levantamento efectuado em matéria de equipamentos desportivos de base, contrastado com as necessidades calculadas á luz das orientações programáticas já referidas, permitiu elaborar o Quadro III.3.1 bem como as figuras III.3.7 e III.3.8, onde se registam os equipamentos existentes e, a partir dos cálculos efectuados, se propõe a reestruturação da rede geral de equipamentos desportivos de base.

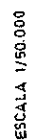
Ficam apenas de fora os cálculos e propostas ao nível dos pequenos campos de jogos, unidades que não foram consideradas na escala do PDM e deverão ser tratados em pormenor no âmbito de estudos urbanísticos de detalhe, á luz das referências globais insertas no quadro programa referido.

QUADRO III.3.1
PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
DESPORTIVOS DE BASE

TIPOLOGIAS	PROGRAMAÇÃO POR NÚCLEOS/POPULAÇÃO NO HORIZONTE 2001				
	PENICHE 16.584 hab.	ATOUGUIA 3.925 hab.	FERREL 2.100 hab.	BUFARDA 3.096 hab.	S. D'EL REI 1.935 hab.
GRANDES CAMPOS DE JOGOS (2m ² / HAB.)	33.200 m ²	7.850 m ²	4.200 m ²	6.200 m ²	3.870 m ²
necessidades globais	5 a 6 campos	1 campo	1 campo	1 campo	1 campo
equipamento existente	3	3	1	5	3
A PROGRAMAR	2 a 3	—	—	—	—
PISTA DE ATLETISMO (1,2m ² / hab.)	20.000 m ²	4.710 m ²	2.520 m ²	3.715 m ²	2.322 m ²
necessidades globais	1 pista	1 pista	—	1 pista	—
equipamentos existentes	—	—	—	—	—
A PROGRAMAR	1	1 (reduzida)	—	1 (reduzida)	—
PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS (0,65m ² / hab.)	10.780 m ²	2.550 m ²	1.365 m ²	2.012 m ²	1.258 m ²
necessidades globais	7 a 8 campos	2 campos	1 campo	1 campo	1 campo
equipamento existente	—	—	—	—	—
A PROGRAMAR*	—	—	—	—	—
PAVILHÕES DESPORTIVOS (0,09m ² / hab.)	1.493 m ²	353 m ²	189 m ²	279 m ²	174 m ²
necessidades globais	1 pavilhão	—	—	—	—
equipamentos existentes	2	1	1	—	—
A PROGRAMAR	—	—	—	—	—
PISCINAS COBERTAS (0,02 m ² / hab.)	332 m ²	78,5 m ²	42 m ²	62 m ²	39 m ²
necessidades globais	1 piscina	—	—	—	—
equipamentos existentes	—	—	—	—	—
A PROGRAMAR	1	—	—	—	—
PISCINAS DESCOBERTAS (0,04 m ² / hab.)	664 m ²	157 m ²	84 m ²	124 m ²	78 m ²
necessidades globais	2 piscinas	—	—	—	—
equipamento existente	1	1	1	—	—
A PROGRAMAR	1	—	—	—	—

* A analisar em níveis de planeamento mais detalhados

EQUIPAMENTO DESPORTIVO EXISTENTE



4 - PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS

4.1 - REDE VIÁRIA

No Capítulo I ao apresentar-se a situação actual da rede viária do concelho mostrou-se já que há uma muito razoável cobertura em termos de rede municipal primária e que, os problemas que subsistem neste domínio são:

- os decorrentes da implantação do IP6
- os decorrentes da necessidade de algumas melhorias na rede primária municipal
- os decorrentes da necessidade de implantação de verdadeiras redes secundária e terciária a nível municipal.

Embora os problemas decorrentes da implantação do IP6 tenham sobretudo incidência sobre a estrutura e funcionamento da rede municipal, neste capítulo optou-se por apresentar a mesma lógica de organização adoptada na apresentação da situação actual, ou seja apresentar as alterações propostas para as ligações inter-concelhias e inter-regionais e as propostas relativas às redes municipais. Este conjunto de propostas é consagrado no Desenho PDP/351-10.

4.1.1 - Ligações inter-concelhias e inter-regionais

Como se mostrou já no Capítulo I as grandes ligações inter-regionais são actualmente asseguradas através da EN 247 para sul, e da EN 114 para nascente; para o futuro a implantação do IP6 substituirá a EN 114, propiciando, com muito melhor qualidade, as ligações para nascente e ainda ligações para norte e sul através das suas articulações com o IC1, o IC2, o IP1, etc.

A construção do IP6 implicará, posteriormente, a desclassificação da actual EN 114 que passará a integrar o conjunto de vias que asseguram ligações internas do concelho e na região, o qual incluirá também a EN 247 e a EN 247 - 1.

Como também se mostrou o traçado previsto no estudo prévio do IP6, já aprovado, leva esta via a começar na cidade de Peniche, desenvolver-se sobre a EN 114 até ao cruzamento com a EN 247, sobre esta até ao cruzamento com a EM 578 e depois orientar-se para leste mais ou menos paralela e a sul da EN 114 estando previstos, nesse estudo prévio, cruzamentos de nível com a EN 114 e com a EN 247, e daí para diante apenas nós desnivelados, o primeiro dos quais em Dagorda com o IC1.

Se se mantiver este traçado e a actual orientação da JAE de não admitir cruzamentos de nível nos IP, os cruzamentos com a EN 247 e EN 114 desaparecerão, ou darão lugar a nós desnivelados, mas o IP6, por ser uma via vedada, constituirá uma barreira através do concelho, inviabilizando os actuais acessos marginais à EN 247 e EN 114 nos troços que ele irá ocupar. Mesmo com a construção de vias paralelas, a actual articulação daquelas estradas com as áreas contíguas será muito afectada inviabilizando o funcionamento harmónico do esquema de ordenamento do território proposto neste PDM, nomeadamente no que toca às relações entre Atouguia da Baleia e a Zona industrial prevista e a real possibilidade de reequilíbrio da rede urbana concelhia.

Estas razões conduzem a que, após contactos com os serviços da JAE, se tenha optado por considerar desde já o início do IP6 num nó com a EN 247, um pouco a sul da intersecção desta com a EM 578. Este local é topograficamente favorável e implica apenas ligeira alteração do traçado apontado para o IP6 no seu estudo prévio (ver Desenho PDP/351-10).

Ainda em consonância com o ordenamento do território consagrado neste PDM, o troço da EN 247, para norte do nó com o IP6 assumirá muito claramente funções de via colectora - distribuidora dado o posicionamento da zona industrial e a maior importância que se espera venha a assumir a Atouguia da Baleia, pelo que também este trecho deverá ser desclassificado como estrada nacional.

A sul do nó com o IP6, a par da sua função de ligação interconcelhia e inter-regional, a EN 247 poderá manter a actual função colectora - distribuidora, dado o estatuto "outras estradas" que o Plano Rodoviário Nacional lhe atribue.

A função de ligação implica requisitos de ocupação lateral e de estabelecimento das intersecções com outras vias que, nalguns casos (Cruz da Légua e Casal da Foz), já não são satisfeitos. Daí reconhecer-se recomendável a previsão de uma variante nesta zona, com remodelação, no seu extremo sul, da intersecção com a EN 247-1. Por se tratar de uma estrada nacional, tal variante será naturalmente do foro da JAE.

4.1.2 - Ligações internas do concelho

4.1.2.1 - Estradas e caminhos municipais

A estrutura da rede viária interna do concelho é, como se disse ao fazer a sua descrição, praticamente satisfatória, havendo apenas que proceder a algumas melhorias localizadas correspondendo à construção das variantes que se indicam no seguimento:

a) Ligação do CM 1404 à EN 247

A partir de Consolação, construir-se-á uma ligação do CM 1404 à EN 247, seguindo aproximadamente o traçado de um caminho já existente.

Esta via cortará a EM 580 a norte de Estrada, bordejará a zona industrial pelo sul e permitirá assim uma ligação da zona litoral com o interior e norte do concelho. Ao mesmo tempo facilitará o acesso da zona litoral (Consolação, Estrada) ao IP6.

Dadas a localização e a forma do nó do IP6 (com os ramos de ligação directa orientados para Peniche), é provável que a actual intersecção da EM 578 com a EN 247 fique demasiado próxima do nó. Para obviar a este inconveniente e também para reduzir o número de intersecções na EN 247, far-se-á o desvio para norte da parte final da EM 578, de modo a dar continuidade à nova ligação acima referida.

b) Prolongamento para norte da actual EN 247

A EN 247 configura-se como a grande via colectora - distribuidora, com orientação aproximadamente Norte-Sul, no concelho. Nela vêm incidir os eixos de orientação Nascente-Poente (a actual EN 114, a nova ligação referida em a), a EM 571-1); falta dar o mesmo tratamento à EM 578, a norte do concelho, no trecho entre Peniche e Ferrel. Para tal, importa fazer o prolongamento da actual EN 247 até àquela estrada municipal.

c) Variante à EM 603 e CM 1407

A actual ligação entre o Norte do concelho (Baleal, Cruz das Almas, Ferrel) e o concelho de Óbidos faz-se através da EN 114 que é atingida quer pela EM 578 (em Atougia da

quer pelo CM 1407 e EM 603 (passando dentro de Casais de Mestre Mendo e de Serra de El-Rei).

Para facilitar esta ligação do concelho vizinho à costa norte do concelho de Peniche, construir-se-á uma variante ao CM 1407 que passará a norte de Casais de Mestre Mendo até atingir a actual EM 603, seguida de uma outra variante a esta estrada, que, passando a norte de Serra de El-Rei, atingirá a EN 114 a nascente desta última povoação, já no concelho de Óbidos.

A construção destas variantes implicará, por razões de segurança, uma ligeira modificação da actual intersecção do CM 1407 com a EM 603, de modo a torná-la mais ortogonal.

d) Variante à EM 578 e ao CM 1407, em Ferrel

A construção desta variante, que passa a sul de Ferrel, destina-se a retirar tráfego do bico do Baleal e a evitar a travessia pelo interior de Ferrel.

e) Variantes à EN114 em Serra d'El-Rei e Coimbra

Estas variantes destinam-se a melhorar o traçado, evitando curvas apertadas no interior das povoações facilitando portanto o seu atravessamento e melhorando o trânsito local; a primeira destas variantes tem ainda a vantagem de melhorar a ligação a Ferrel pela EM 603, enquanto não for construída a variante referida em c) nesta zona.

f) Estrada entre o porto de pesca e a zona industrial

Condicionada ainda quer ao arranjo interno que se vier a dar à zona industrial quer ao desenvolvimento da ideia de instalação de uma marina e à forma que ela vier a assumir, prevê-se ainda a construção de uma nova via ligando directamente o porto de pesca à zona industrial, ligação que, em princípio, cruzaria a EM 580 a sul da Quinta Nova dos Salgados e depois se inseriria na rede viária da zona industrial até à variante referida em a).

Esta estrada viria promover a referida ligação sem sobrecarregar vias de vocação turística.

O Desenho PDP/351-10 e o esquema da figura III.4.1 consagram as variantes atrás referidas e traduzem, em linhas gerais, a estrutura de funcionamento da rede primária municipal após modificação.

4.1.2.2 - Rede de caminhos rurais

Referiu-se, tanto na descrição da situação actual como na apresentação das perspectivas para o sector agrícola, a conveniência em completar a rede de caminhos rurais e, eventualmente, em redimensionar alguns deles.

Uma tal obra implicará no entanto uma muito cuidada articulação com as actuações em termos de orientação para uma reorganização global do espaço rural e da estrutura das explorações; assim o município irá articular a sua actuação neste domínio com os serviços regionais do Ministério da Agricultura promovendo a realização de um projecto global de vias secundárias e terciárias articulado com a rede primária anteriormente apresentada.

Os caminhos, que constituirão tais redes secundária e terciária municipais, deverão ter perfis conforme, respectivamente, as figuras III.4.2 e III.4.3, os primeiros com faixa de rodagem de 4 m e pavimento de agregado britado e os últimos com faixa de rodagem de 3 m e piso em terra compactada.

A criação e manutenção desta rede de caminhos rurais, que implica um enorme esforço de investimento e posteriormente custos de manutenção que não podem deixar de assumir grande significado no orçamento das autarquias (Câmara e Juntas de Freguesia), supõe ainda uma correcta definição e distribuição de competências entre aqueles dois níveis autárquicos.

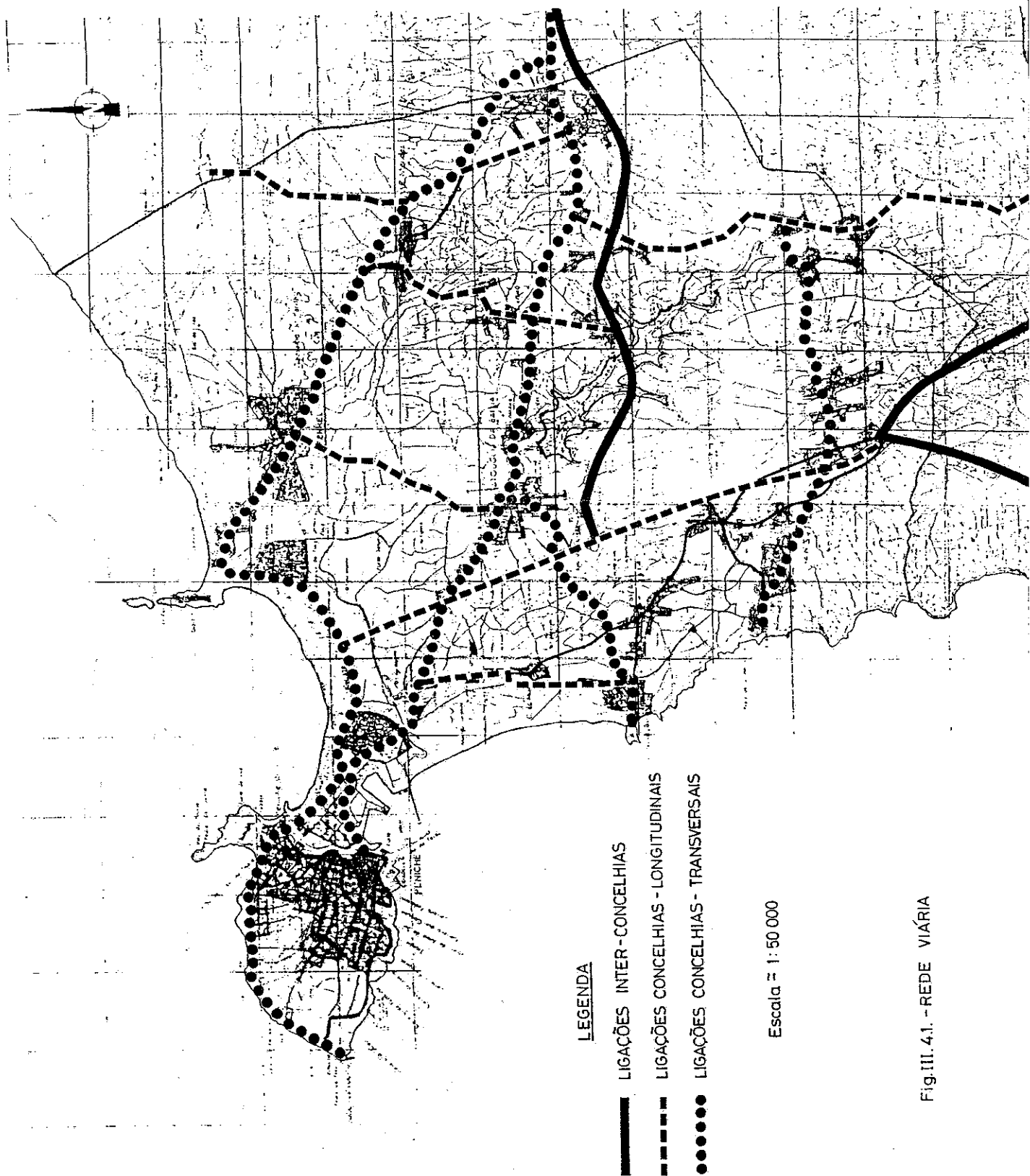
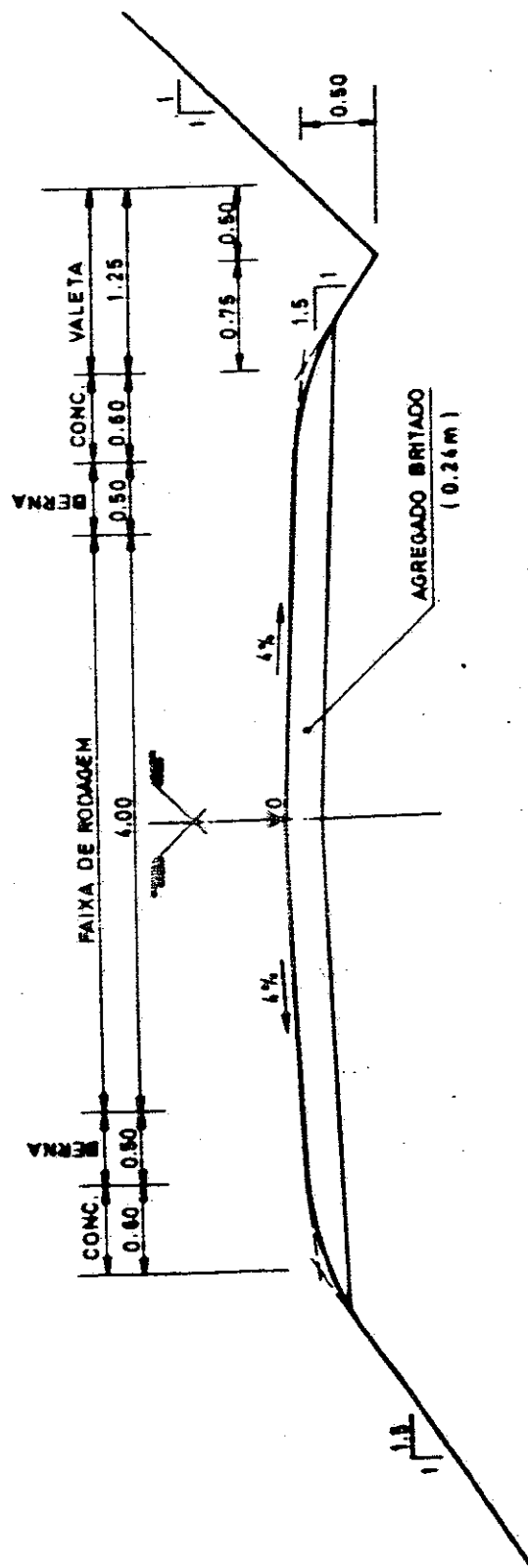


Fig.III.4.1. - REDE VIÁRIA

PERFIL TRANSVERSAL TIPO PARA CAMINHOS SECUNDÁRIOS

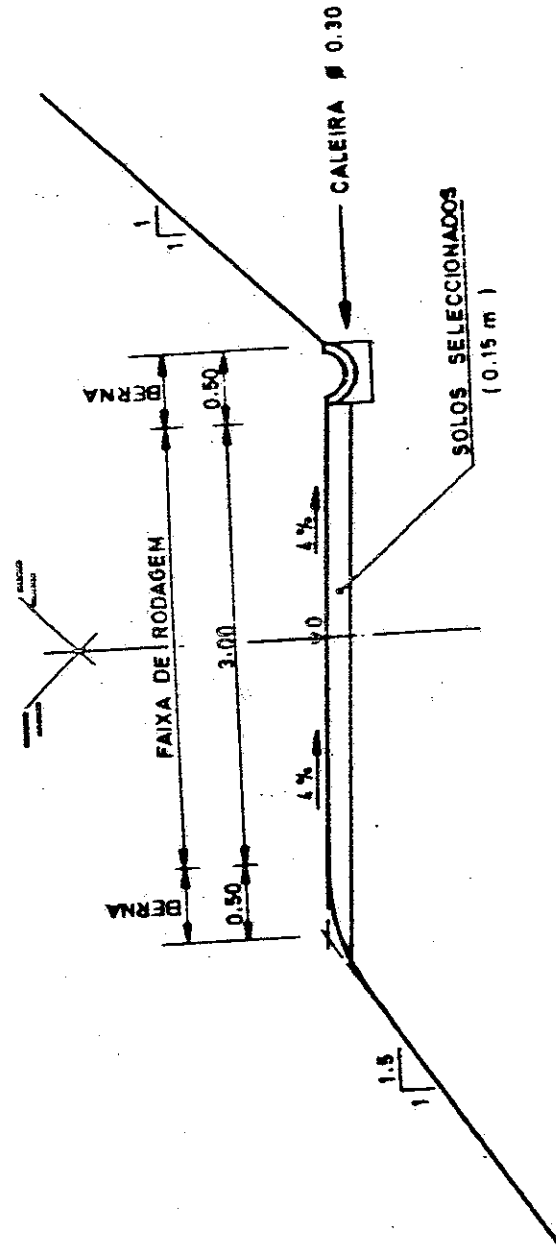


NOTAS :

- 1 - 0 É O PONTO DE REFERÊNCIA DO PERFIL LONGITUDINAL, E O PONTO DE ROTAÇÃO DO PERFIL TRANSVERSAL, SEMPRE QUE SE APLIQUE SOBRELEVação
- 2 - A SOBRELEVação MÁXIMA A APLICAR É DE 4%.
- 3 - A INCLINAÇÃO LONGITUDINAL NÃO DEVERÁ EXCEDER OS 12%.
- 4 - EM CASOS DE INCLINAÇÕES ACENTUADAS, DEVERÁ INCLUIR-SE UM REVESTIMENTO SUPERFICIAL DUPLO NA FAIXA DE RODAGEM.

Fig. III.4.2

PERFIL TRANSVERSAL TIPO PARA CAMINHOS TERCIÁRIOS



NOTAS:

- 1- O É O PONTO DE REFERÊNCIA DO PERFIL LONGITUDINAL.
- 2- A FAIXA É INCLINADA TRANSVERSALMENTE A 4% PARA A ESQUERDA OU PARA DIREITA CONSOANTE A CURVA EM CAUSA.
- 3- EM RECTA A INCLINAÇÃO TRANSVERSAL DE 4% DEVE ESTAR DE ACORDO COM A INCLINAÇÃO NATURAL DO TERRENO, DE FORMA A MINIMIZAR AS TERRAPLENAGENS.
- 4- NOS TROÇOS EM ESCAVAÇÃO A BERNA INCLUI UMA CALERA DE 0,30m, ASSENTE EM ALMOFADA DE BETÃO POBRE (200kg/m³), DE FORMA A POSSIBILITAR A DRENAGEM DO CAMINHO.
- 5- EM PERFIL LONGITUDINAL SERÁ ACOMPANHADO O TERRENO NATURAL ADMITINDO-SE INCLINAÇÕES ATÉ 15%.

Fig.III.4.3

Por outro lado a criação e manutenção de uma rede eficaz de caminhos rurais pressupõe também o estabelecimento simultâneo de uma disciplina urbanística relativamente estrita para que as acessibilidades assim criadas sejam, de facto, meras acessibilidades agrícolas e não novos instrumentos de pressão para o desenvolvimento de habitat do tipo linear, a imporem depois acrescidos custos para assegurar condições básicas mínimas em termos de abastecimento de água e de recolha e eliminação de resíduos e águas residuais.

4.2 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.2.1 - Evolução de consumos

As intervenções a realizar nos sistemas de abastecimento de água do concelho de Peniche, nomeadamente, inclusão de novas origens de água, reforço do sistema de adução e aumento da capacidade de reserva instalada, estão dependentes da evolução de consumos, quer na globalidade do concelho, quer nos diversos centros consumidores.

No Quadro III.4.1 constam os valores dos consumos previstos neste Plano Director em alguns anos do período de análise. Os valores apresentados referem-se, por um lado, aos consumos relativos à população residente, indústria e sector público, e por outro, aos consumos relacionados com a população flutuante que apresenta características de consumos diferentes, nomeadamente porque habita o concelho apenas na época de verão.

Para efeito de avaliação dos consumos admitiu-se a evolução da população residente de acordo com a Hipótese 2 proposta neste estudo e uma evolução da população flutuante segundo as indicações fornecidas pela Câmara. Os valores considerados para a capitação de água foram obtidos, no caso da população residente, a partir dos valores de população e consumos facturados no último decénio, e no caso da população flutuante, de bibliografia da especialidade em função das suas características. Os valores de consumos incluem percentagens de perdas de água relativamente ao volume de água bruta captada de 30, 20 e 15 por cento, respectivamente nos anos 1991, 2001 e 2011.

QUADRO III.4.1 - EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS DE ÁGUA NO CONCELHO

	População			Capitação *			Consumo médio **			Consumo médio ** no mês de ponta (m³/dia) (l/s)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
FREGUESIAS URBANAS												
Ajuda												
Concelção	15616	16799	17470	175	200	220	3905	4200	4535	5077	5460	5896
S. Pedro							(45)	(49)	(52)	(59)	(63)	(68)
FREGUESIAS NÃO URBANAS												
Atougula da Baleia												
Serra d'El Rei	11049	11553	12170	140	165	185	2210	2383	2657	2874	3098	3454
Ferrel							(26)	(28)	(31)	(33)	(36)	(40)
CONCELHO DE PENICHE (sem população flutuante)												
	26665	28352	29640	158	186	206	6116	6583	7192	7950	8557	9349
							(71)	(76)	(83)	(92)	(99)	(108)
POPULAÇÃO FLUTUANTE												
Baleal/Consolação	30000	35000	45000	250	280	330				10718	12250	17523
										(124)	(142)	(203)
Parque de campismo	4000	4000	4000	80	85	95				457	486	543
										(5)	(6)	(6)
TOTAL	34000	39000	49000	230	260	311				11174	12735	18066
										(129)	(147)	(209)
CONCELHO DE PENICHE (com população flutuante)												
	60665	67352	78640	108	229	271	6116	6583	7192	19125	21293	27416
							(71)	(76)	(83)	(221)	(246)	(317)

* Captação relativa ao consumo faturado

** Consumo incluindo perdas

O exame dos valores de consumos apresentados no Quadro III.4.1 permite observar o seguinte:

- durante o período de análise, de 1991 a 2011, estima-se um acréscimo dos consumos médios diários no mês de ponta de 43 por cento, sendo cerca de 20 por cento o relativo à população residente, quer nas freguesias urbanas, quer nas restantes freguesias e de 62 por cento o correspondente à população flutuante;
- o consumo médio diário no mês de ponta da população flutuante tem um peso muito significativo, representando 60 por cento em 1991 e 65 por cento em 2011, do correspondente valor estimado para o concelho de Peniche;
- os consumos médios diários anual e do mês de maior consumo da população residente nas freguesias urbanas são significativamente mais importantes que os da população das restantes freguesias, representando cerca de 62 por cento dos correspondentes valores estimados para a totalidade da população residente no Concelho.
- o acréscimo dos consumos no concelho de Peniche será devido principalmente à população flutuante que ocupará a zona mais litoral do concelho, do Baleal à Consolação, incluindo a cidade de Peniche. Deste modo, as obras de reforço do sistema de abastecimento de água localizar-se-ão naquelas zonas, tendo em vista fundamentalmente a satisfação das necessidades de consumo da população flutuante.

Com base na evolução de consumos admitida realizou-se o Quadro III.4.2 onde se apresenta o balanço disponibilidades- consumos de água no concelho de Peniche.

A água de abastecimento do concelho é actualmente na totalidade de origem subterrânea, obtida a partir da exploração de furos com uma capacidade total utilizável de 230 l/s, sendo o caudal de 125 l/s proveniente de origens próprias e o caudal de 105 l/s restante, obtido de furos instalados em concelhos vizinhos. A localização e caudal dos furos em exploração consta do Desenho PDP/351-8.

O exame do Quadro III.4.2 permite verificar que o balanço das disponibilidades garantidas pelo sistema de abastecimento de água existente face à evolução dos consumos é apenas deficitário, em termos do fornecimento do caudal de ponta, nos meses de verão, verificando-se défices a partir do ano 1995 que atingem em 2011 cerca de 90 l/s.

QUADRO III.4.2 - BALANÇO DISPONIBILIDADES - CONSUMOS DE ÁGUA NO CONCELHO

Ano	Consumos no concelho		Disponibilidades actuais		Défice de Disponibilidade	
	Caudal ponta (l/s)	Volume (hm³/ano)	Caudal ponta (l/s)	Volume (hm³/ano)	Caudal ponta (l/s)	Volume (hm³/ano)
1991	221	3,24	230	6,53	0	0
1992	223	3,27	230	6,53	0	0
1993	226	3,30	230	6,53	0	0
1994	228	3,33	230	6,53	0	0
1995	231	3,36	230	6,53	1	0
1996	233	3,39	230	6,53	3	0
1997	236	3,42	230	6,53	6	0
1998	238	3,45	230	6,53	8	0
1999	241	3,48	230	6,53	11	0
2000	243	3,52	230	6,53	13	0
2001	246	3,55	230	6,53	16	0
2002	252	3,61	230	6,53	22	0
2003	259	3,68	230	6,53	29	0
2004	265	3,75	230	6,53	35	0
2005	272	3,81	230	6,53	42	0
2006	279	3,88	230	6,53	49	0
2007	286	3,95	230	6,53	56	0
2008	294	4,03	230	6,53	64	0
2009	301	4,10	230	6,53	71	0
2010	309	4,17	230	6,53	79	0
2011	317	4,25	230	6,53	87	0

A dimensão das obras do sistema de reforço do abastecimento de água ao concelho está muito dependente da evolução dos consumos realizada. Assim, e para minimizar as consequências negativas em termos de dimensionamento dos diversos órgãos devido às incertezas inerentes a qualquer previsão de consumos, julga-se aconselhável considerar o faseamento das obras adoptando períodos de projecção das obras da ordem de 20 anos.

4.2.2 - Sistemas de abastecimento de água - situação a curto e médio prazo

De forma geral as intervenções mais significativas e prioritárias a realizar no âmbito do reforço de abastecimento de água do concelho de Peniche, principalmente à cidade de Peniche e áreas de desenvolvimento turístico especial, já foram executadas ou já estão previstas pelos Serviços Técnicos da Câmara e pelos Serviços Municipalizados de Peniche. Estas intervenções consistirão nomeadamente no seguinte:

- Elevação e tratamento da água captada na albufeira do rio de S. Domingos;
- Reforço da adução à cidade de Peniche (em conclusão) e aumento da capacidade de reserva;
- Reforço da adução-distribuição, à zona industrial, à área de desenvolvimento turístico especial localizadas a oeste da EN 247 e às povoações da zona litoral (S. Bernardino, Geraldês, Estrada, Consolação e Casal do Moinho)
- Reforço da adução-distribuição à área de desenvolvimento turístico especial junto à EM 578
- Remodelação das redes antigas dos núcleos urbanos mais importantes.

A barragem do rio S. Domingos ficou concluída em princípios de 1993 e a albufeira começou a encher durante a estação húmida do ano hidrológico 1993/94. Já começou a fornecer água para rega no verão de 1994 e poderá vir a fornecer água para abastecimento público em 1995, uma vez construídos a estação elevatória e o sistema adutor ora em projecto.

A finalidade desta origem da água é a de complementar a capacidade dos furos actualmente explorados que, como se constatou anteriormente, será insuficiente para garantir o fornecimento dos caudais de ponta pedidos nos meses de verão.

De acordo com os estudos realizados pela COBA, a albufeira criada pela construção da barragem de S. Domingos tem uma capacidade total de $7,85 \times 10^6 \text{ m}^3$ e uma capacidade útil de $7,65 \times 10^6 \text{ m}^3$, apresentando o nível mínimo de exploração à cota 22.0 m e o nível pleno de armazenameto à cota 42.5 m. Esta albufeira permitirá regularizar um volume anual de $2 \times 10^6 \text{ m}^3$ para o abastecimento público.

Faz-se notar que nos estudos realizados de exploração da albufeira contou-se com a saída de um caudal mínimo a jusante para fins ecológicos, de 10 l/s no semestre seco e de 2 l/s no semestre húmido dado que os caudais provenientes da bacia não dominada são, mesmo no semestre húmido, pouco significativos.

A tomada de água para o abastecimento público far-se-á numa torre localizada na albufeira da barragem de S. Domingos, existindo para a entrada de água três aberturas a cotas diferentes, (20.8, 33.6 e 38.2 m), que funcionarão consoante os níveis de água na albufeira sejam mais ou menos elevados.

A jusante da barragem e tal como referido anteriormente será construída uma estação elevatória integrada no corpo da barragem que elevará a água para uma estação de tratamento a localizar junto do encontro esquerdo da barragem, numa plataforma a cotas da ordem de 55 m. De acordo com o projecto da estação elevatória de S. Domingos (COBA, 1987) na parte inferior da tomada de água inicia-se uma conduta de 400 mm de diâmetro interior que será continuada pela conduta geral de aspiração, com o mesmo diâmetro, construída em caleira e já integrada na estação elevatória.

O edifício da estação elevatória terá planta rectangular com as dimensões gerais de 24.80 m x 8.00 m, compreendendo a sala dos grupos, o posto de transformação com torre de amarração da linha de 30 kV, a sala do grupo electrogéneo Diesel, um armazém, um escritório e uma casa de banho.

No projecto da estação elevatória fez-se o seu dimensionamento para uma primeira fase de funcionamento para um caudal de 100 l/s. Este caudal, de acordo com a previsão de caudais deste estudo, será atingido próximo da ano 2011, julgando-se que continua a ser o caudal de dimensionamento adequado à primeira fase de exploração da estação elevatória.

Para permitir maior flexibilidade na exploração face à variação de caudais pedidos, foram previstos no projecto grupos para o caudal nominal da ordem de 50 l/s. Por outro lado, dada a

grande variação dos níveis de água na albufeira, que determinam alturas de elevação geométrica variando entre aproximadamente 13 m e 34 m e a inexistência de bombas de velocidade constante com características aceitáveis para uma variação tão ampla de alturas, foram encarados dois regimes de funcionamento das bombas distintos; um deles corresponderá às situações em que o nível de água na albufeira seja superior à cota 35 m, sendo as bombas associadas em paralelo; o outro será para níveis da albufeira entre as cotas 22 m e 35 m, sendo necessário adoptar um regime de funcionamento com 1 + 1 ou 2 + 2 bombas em série, consoante o caudal pedido seja de 50 ou 100 l/s.

Os dois modos de funcionamento propostos no projecto, um, para alturas de elevação relativamente baixas com bombas em paralelo, outro, para elevações relativamente altas com bombas em série, permitem evitar a utilização de grupos de velocidade variável de custo bastante mais elevado e de mais difícil manutenção.

A construção da estação de tratamento da água proveniente da albufeira de S. Domingos encontra-se em fase de adjudicação. A água a tratar apresenta qualidade variável com o nível de albufeira, tanto em profundidade, como ao longo do ano, sendo necessário prever um tratamento que possa permitir responder com suficiente flexibilidade a tal variação qualitativa da água a tratar. Assim, prevê-se o seguinte conjunto de operações de tratamento:

- Pré-cloragem - com o objectivo de facilitar a remoção da matéria orgânica, sendo indicado utilizar cloro gasoso.
- Coagulação - floculação - com o intuito de promover as condições adequadas à formação e fixação dos flocos. Nesta operação terá de ser usado um coagulante, nomeadamente, sulfato de alumínio ou cloreto férrico, opção que depende da qualidade química da água. Caso seja necessário poderá ainda efectuar-se correcção de agressividade com cal.
- Decantação - esta operação de tratamento será levada a cabo em decantadores, dotados de ponte raspadora.
- Filtração - esta operação será realizada em filtros de areia. A lavagem dos filtros será conseguida por um sistema de ar/água em contra corrente, a partir de um sistema de ar comprimido e da elevação de água de um reservatório.
- Desinfecção - à saída do tratamento físico-químico a água será desinfectada com cloro gasoso, de maneira a garantir cloro livre residual até à distribuição.

A estação de tratamento de água e a estação elevatória de água bruta serão dotadas de um sistema de automação que possibilitará o seu funcionamento com vigilância não permanente e que poderá estar ligado a um sistema central de telegestão da totalidade do sistema de abastecimento de água do concelho de Peniche.

A estação de tratamento deverá incluir um edifício para preparação e armazenamento de reagentes e ainda uma cisterna de água tratada. A água proveniente desta cisterna será conduzida por uma conduta adutora de 400 mm de diâmetro, em conclusão, para um reservatório apoiado de duas células de 1500 m³ cada, a contruir a norte da cidade de Peniche. A água deste reservatório será bombada para um reservatório elevado de 500 m³ a localizar nas proximidades, que ficará ligado à rede de distribuição de água da cidade.

A partir da nova origem de água na albufeira da barragem do rio de S. Domingos a Câmara Municipal de Peniche prevê, possuindo estudos preliminares nesse sentido (CESL, 1990), o abastecimento de água à zona industrial e à área de desenvolvimento turístico especial localizadas a oeste da EN 247 e, ainda, o reforço de abastecimento de água às povoações de S. Bernardino, Geraldês, Estrada, Consolação e Casal do Moinho. Para este efeito os estudos realizados consideram uma picagem na conduta adutora de 400 mm que abastece Peniche, junto a Atouguia da Baleia, e a instalação de uma conduta adutora ao longo da EN 247 até ao reservatório do Casal do Veríssimo, necessitando, a meio do percurso, de uma estação elevatória. Em termos de armazenamento de água estão previstos dois reservatórios, um na zona industrial com duas células de 1200 m³ cada e outro, junto ao existente em Casal do Veríssimo com duas células de 1500 m³. A partir deste último reservatório será distribuída água para as povoações e zona turística acima referidas.

Para reforço do abastecimento de água da zona de Ferrel e Casal do Baleal foram recentemente executados três furos. A reunião dos caudais captados, da ordem de 18 l/s, é realizada num pequeno reservatório de 50 m³ donde sai uma conduta de 250 mm de diâmetro para o reservatório existente em Ferrel. Para a adução-distribuição de água na área de desenvolvimento turístico especial junto à EM 578 está prevista a instalação de uma conduta de 250 mm, em continuação da existente e que abastece Ferrel e Casal do Baleal, fechando malha com a conduta existente, de 250 mm de diâmetro, no cruzamento com a EN 114.

No desenho PDP/351-8 ilustram-se os sistemas de reforço de abastecimento de água referidos.

4.2.3 - Estimativa de custos

A estimativa de custos que em seguida se indica tem por base os orçamentos das infraestruturas de abastecimento de água que foram apresentados nos diversos estudos e projectos existentes, ou realizados no âmbito deste Plano Director.

A instalação de novas condutas adutoras ligadas às actuais origens de água subterrânea e o aumento da capacidade de reserva instalada poderão minorar algumas insuficiências do abastecimento de água existente. No entanto, a sua completa resolução passará pela inclusão da nova origem de água a partir da albufeira do rio de S. Domingos e execução das estações elevatória e de tratamento de água.

Estima-se que será necessário realizar um investimento de 590 000 contos para executar as principais infraestruturas de abastecimento de água referidas no ponto anterior. Em seguida apresenta-se com algum pormenor a referida estimativa de custos.

Na estimativa apresentada não se inclui o custo de remodelação das redes antigas dos núcleos urbanos mais importantes pois esta estimativa terá que se basear num cadastro actualizado e ser realizada no âmbito de um estudo mais específico.

A estimativa de custo da estação elevatória para o caudal nominal de 100 l/s indicada no projecto da COBA de 1987 e actualizada para 1992 é da ordem de 50 000 contos. Este custo será repartido da seguinte modo:

- Construção civil.....	14 000 contos
- Equipamento mecânico	14 500 contos
- Posto de transformação e instalações eléctricas	10 800 contos
- Conduto elevatória.....	10 000 contos
TOTAL.....	49 300 contos

A estimativa de custo prevista neste estudo relativa à construção da ETA para um caudal de dimensionamento de 100 l/s, correspondente à 1ª fase de funcionamento, é de 120 000 contos. Este custo será repartido pelos seguintes componentes:

- Construção civil

- Canal de entrada	2 500 contos
- Tanques (de mistura, floculação, decantação, correcção e filtração).....	40 000 contos
- Edifício de exploração.....	10 000 contos
- Edifício de reagentes.....	2 500 contos
- Vedação e arranjos exteriores	8 000 contos
TOTAL	<u>63 000 contos</u>

- Equipamento mecânico e electro-mecânico

- Equipamento mecânico	33 500 contos
- P.T. e instalações eléctricas	8 500 contos
TOTAL	<u>42 000 contos</u>

- Automatismos

- Equipamentos, software e hardware	15 000 contos
TOTAL	<u>120 000 contos</u>

A nova conduta de adução de água à cidade de Peniche de 400 mm de diâmetro, que já se encontra construída, terá a jusante o reservatório apoiado de duas células de 1500 m³ e o reservatório elevado de 500 m³, cujos custos importarão, respectivamente, em 80 000 contos e 60 000 contos.

O sistema de abastecimento de água à zona industrial, à área de desenvolvimento turístico especial e povoações situadas na faixa litoral do concelho, importará, de acordo com a estimativa de custos apresentada no estudo CESL, 1990, actualizada para 1992, em cerca de 251 500 contos, repartidos da forma seguinte:

- Adução gravítica desde a ligação da conduta de 400 mm de diâmetro até à estação elevatória (~1700 m com DN 250, 150 e 200 mm)	14 000 contos
- Estação elevatória de EN247/EM579 (~70 l/s).....	9 600 contos
- Conduta elevatória desde a EE da EN247/EM579 até aos reservatórios de Casal do Veríssimo (2 800 m em DN 200 mm).....	20 000 contos
- Reservatório apoiado da zona industrial (2 x 1200 m³)	62 400 contos
- Reservatórios apoiados de Casal do Veríssimo (2 x 1500 m³)	80 000 contos
- Rede de distribuição desde o reservatório de Casal do Veríssimo a S. Bernardino, Geraldês, Estrada, Consolação e Casal do Moinho	65 500 contos
TOTAL	251 500 contos

O custo de instalação na EM 578 da conduta de abastecimento de água de 250 mm e cerca de 2800 m de comprimento, importará em 26 500 contos.

4.3 - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

4.3.1 - Introdução

De acordo com o descrito no ponto I.7.2, a situação actual do Concelho no que se refere a águas residuais pode ser resumida do seguinte modo:

- a recolha e concentração dos esgotos urbanos da maior parte dos aglomerados encontra-se actualmente assegurada por redes de drenagem que, não sendo por vezes totalmente eficientes, principalmente durante os períodos estivais com maior afluência de população, asseguram de modo razoável o saneamento.
- quanto ao tratamento e descarga dos efluentes, a situação é completamente diversa, sendo neste momento praticamente inexistentes as estações de tratamento.

processando-se a descarga em linhas de água com capacidade de diluição praticamente nula, ou directamente para o mar.

As intervenções a efectuar a curto e médio prazo compreenderão essencialmente a construção de interceptores que, recolhendo as águas transportadas pelas redes de drenagem existentes, as conduzam a estações de tratamento. A remodelação ou completagem destas redes será necessária apenas pontualmente, nas zonas onde elas se revelam claramente insuficientes, e será efectuada em princípio no âmbito das obras normais de melhoramento e manutenção dos sistemas.

Particularmente urgente é a intercepção e tratamento dos esgotos domésticos das povoações localizadas na bacia do rio S. Domingos a montante da barragem (Reinaldos, Bufarda, Bolhos, Paço e Ribafria), de modo a impedir a contaminação e possível eutrofização da albufeira. De igual modo será indispensável proceder ao tratamento dos efluentes das explorações pecuárias que se localizam na bacia.

O tipo de ETARs a utilizar depende de diversos factores como sejam as características do esgoto (doméstico ou industrial), a população a servir, o clima, o espaço disponível, o potencial de diluição do meio receptor, etc.

Dadas as características populacionais, topográficas e climáticas prevalentes no concelho a utilização de tratamento por lagunagem parece particularmente apropriada. Com efeito, este tipo de estações apresenta vantagens importantes: a construção é económica, podendo ser feita recorrendo a empreiteiros locais, as características do efluente final podem ser melhoradas mediante o acrescento de novas lagoas (pode-se começar com tratamento secundário prevendo mais tarde o tratamento terciário). As estações, não dispendendo praticamente de órgãos mecânicos, exigem pouca manutenção e, devido à sua capacidade de armazenamento, apresentam capacidade de absorção de caudais de ponta elevados.

Para um bom funcionamento, as estações de tratamento por lagunagem exigem apenas que a temperatura média diária não desça normalmente abaixo de 10°C (o que se verifica sempre no concelho) e que a precipitação não seja muito elevada, de modo a não ser forçada a descarga extemporânea de efluentes não maturados (o concelho apresenta das mais baixas precipitações anuais do país).

A principal desvantagem do tratamento por lagunagem reside na relativamente elevada exigência de espaço (cerca de 20m² por habitante equivalente); no entanto, esse espaço poderá ser

geralmente encontrado em terrenos sem aptidão agrícola na imediação dos aglomerados populacionais. Uma correcta integração paisagística poderá mesmo valorizar as zonas de implantação mediante a arborização e ajardinamento da envolvente, recorrendo-se à utilização do efluente tratado para rega.

Convém aliás notar que, dadas as reduzidas disponibilidades de água no concelho, se poderá encarar a utilização dos efluentes das ETARs para rega. As estações de tratamento por lagunagem apresentam a vantagem de, dada a sua inerente capacidade de armazenamento, permitirem regularizar o caudal efluente, permitindo a sua concentração durante o período de rega.

No que se refere aos aglomerados costeiros, e nomeadamente à cidade de Peniche, poderão colocar-se problemas de espaço que não aconselhem o recurso à lagunagem. Uma vez que a capacidade de diluição dos cursos de água naturais é praticamente nula, a sua utilização como destino final não deverá nunca ser encarada a menos que se recorra pelo menos a tratamento secundário (convém não esquecer que estas linha de água descarregam o esgoto recebido junto às praias). Dada a existência de um meio receptor com excepcionais características de diluição (o oceano), poderá nestes casos encarar-se a instalação de estações de tratamento primário (gradagem e decantação), fazendo-se a descarga dos efluentes no mar, por meio de exutores submarinos cujo comprimento dependerá do local (correntes, etc.). Este procedimento, que é permitido pela nova legislação comunitária, não terá, se correctamente implementado, qualquer impacto negativo sobre a qualidade das águas costeiras.

4.3.2 - Investimentos a Curto e Médio Prazo

Existem neste momento projectos específicos de instalação de sistemas de tratamento abrangendo a maior parte dos aglomerados urbanos do concelho, estando alguns deles já em fase de construção (caso da ETAR da Atouguia que servirá Atouguia da Baleia, Coimbrã, Casais Brancos e Zona Norte), estando prevista em todos eles a instalação de sistemas de lagunagem.

No desenho PDP/351-9 indica-se o esquema dos sistemas de tratamento previstos.

No que se refere ao tratamento das águas residuais provenientes da cidade de Peniche ainda não está definido o sistema de tratamento a adoptar, podendo considerar-se duas alternativas fundamentais: tratamento primário seguido de lançamento dos efluentes no mar, na praia a Sul da marina, por meio de um exutor submarino com cerca de 1km de comprimento ou tratamento

secundário com lançamento numa linha de água afluente do rio S. Domingos (ou, eventualmente, com infiltração numa zona do cordão dunar para recarga do aquífero subjacente).

Está neste momento em construção o colector-interceptor que, desenvolvendo-se ao longo da muralha oeste da cidade, conduzirá os caudais recolhidos pela rede de drenagem da cidade até à raiz do molhe norte do porto onde serão temporariamente lançados até que seja decidido o destino final a ser dado aos efluentes, evitando-se deste modo os problemas actualmente verificados com a contaminação do fosso que ladeia a muralha e com a poluição das águas do porto.

Procedeu-se a uma estimativa sumária do custo das duas soluções alternativas, tendo-se concluído que em princípio a solução de tratamento secundário com descarga em terra é substancialmente mais económica que a solução com tratamento primário e descarga no mar por meio de um exutor submarino (380 contra 520 mil contos), o que se deve essencialmente ao elevado custo do emissário.

Para os sistemas de intercepção, transporte, tratamento e rejeição a realizar futuramente, procedeu-se a uma estimativa sumária dos investimentos necessários, a preços de 1992, tendo-se obtido os resultados que se apresentam no quadro III.4.3. Estes valores não incluem os custos dos sistemas já concluídos ou em fase de construção.

Observa-se nesse quadro que o total dos investimentos necessários para tratamento das águas residuais até ao horizonte de 2012 será da ordem de 600 mil contos a preços de 1992.

4.4 - RECOLHA E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Em termos de resíduos sólidos coloca-se ao município o problema da deposição, recolha, transporte, tratamento e destino final dos resíduos, quer dos vários aglomerados populacionais, com destaque para a cidade de Peniche e áreas de desenvolvimento turístico especial, quer das praias do concelho que apresentam uma extensão considerável.

A deposição dos resíduos sólidos do município tem sido tradicionalmente realizada em contentores metálicos de grande capacidade (variável entre 770 l a 1100 l), tendo esta situação vindo a alterar-se ultimamente. Na zona central da cidade de Peniche, desde 1990, que a deposição dos resíduos sólidos é efectuada em sacos de plástico, em locais e horário estabelecidos pela DSUA, pretendendo a Câmara introduzir noutros núcleos urbanos um sistema de deposição individual.

QUADRO III.4.3
ESTIMATIVAS DE CUSTOS DOS SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

CENTRO URBANO	CUSTO DAS INFRAESTRUTURAS				Meio receptor	CUSTO TOTAL (CONTOS)
	Interceptores	Estações Elevatórias	ETAR	Descarga no meio receptor		
Casals do Baleal/Ferrel	21400	---	50000	---	Rio Ferrel	71400
Baleal	1200	2500	---	---	---	3700
Serra d'El Rei	---	---	17000	---	Ribeira de Vale de Cavalos	17000
Atougula/Colimbrá/Casals Brancos	75000	12500	---	---	---	87500
Reinaldes	5000	2500	12500	---	Rio de S. Domingos	20000
Bolhos/Paço/Ribafria	2500	10000	30000	---	Rio de S. Domingos	42500
Bufarda	7200	2500	27000	---	Rio de S. Domingos	36700
Consolação/Casal do Molho	2000	2500	30000	---	Ribeira de Vale do Grou	34500
São Bernardino	17000	7500	90000	---	para rega	114500
Peniche (*)	105000	15000	100000	300000	Mar	520000
Peniche (**)	105000	15000	250000	---	Linha de água	370000
Total(*)	236300	55000	356500	300000	---	947800
Total(**)	236300	55000	506500	---	---	797800

(*) - Solução com tratamento primário e descarga por exutor submalhão.

(**) - Solução com tratamento secundário e descarga no rio;

Julga-se que em núcleos ou áreas de maior concentração populacional e menos sujeita a flutuações sazonais deverá ser dada prioridade à implementação do sistema de deposição em contentores individuais que, apesar de poder conduzir a custos mais elevados de recolha, será compensada pelas vantagens notórias do ponto de vista sanitário e ambiental que apresenta. A utilização de contentores individuais em áreas menos densas ou ocupadas por população de características sazonais, poderá dar origem a acréscimos de custos significativos na recolha que, mesmo tendo em conta os benefícios sanitários e ambientais, faça adiar a substituição do actual sistema de recolha para além do curto ou médio prazo.

Como referido anteriormente, a capacidade de recolha e transporte para o aterro sanitário dos resíduos sólidos do concelho de Peniche é insuficiente, principalmente durante a época de verão, devido à necessidade de recolhas mais rápidas, função do grande aumento da quantidade de resíduos provenientes da população flutuante, motivando o encaminhamento dos resíduos para a lixeira Municipal em vez da sua deposição no aterro sanitário intermunicipal de Gaeiras. Este problema foi já devidamente equacionado pelos serviços técnicos da Câmara, estando já programada, por um lado, realizar uma estação de transferência de resíduos sólidos e, por outro, proceder ao aumento da frota de veículos de recolha, tendo em conta a substituição do actual sistema de deposição pelo de contentores individuais e o acréscimo da produção de resíduos sólidos que se verificará ao longo do período de análise.

A estação de transferência de resíduos sólidos permite a mudança, em boas condições sanitárias, dos resíduos transportados pelos veículos de recolha para camionetas de grande capacidade, que os conduzirão para o aterro sanitário de Gaeiras. A estação de transferência tornará mais económica a operação de recolha e transporte dos resíduos sólidos, pois evitará as deslocações ao aterro dos vários veículos de recolha, permitindo, ainda, desactivar a lixeira Municipal da zona do Pinhal da Câmara.

O aterro sanitário intermunicipal tem registado cada vez maiores problemas de exploração, estando a ser utilizado na prática meramente como depósito de resíduos sólidos. Impõe-se, como medida prioritária, a correcção do funcionamento do aterro, realizando diariamente o espalhamento, compactação e cobertura com terras apropriadas dos resíduos sólidos, tanto mais que se prevê para o aterro sanitário uma vida útil de, pelo menos, mais 10 anos, tendo em conta o seu volume, constante do projecto de execução realizado pelo GAT das Caldas da Rainha, e os seus anos de funcionamento.

5 - PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO E POLÍTICA DE SOLOS

Ao fazer a caracterização da situação habitacional actual no concelho (ver capítulo I) apresentaram-se já as estimativas existentes quanto a carências habitacionais e procura previsíveis para o horizonte de 2001; a mais actualizada estimativa de carências habitacionais aponta para uma procura global a satisfazer, traduzida em número de famílias a alojar, de 1464 fogos incluindo os destinados ao realojamento de 709 famílias vivendo em alojamentos deficientes e 36 fogos para fazer face a necessidades provisórias.

Tendo presente que nas actuais circunstâncias não é de admitir, mesmo numa perspectiva de longo prazo, uma inflexão significativa das tendências do mercado de arrendamento e da capacidade aquisitiva do agregado familiar tipo habitando os alojamentos carenciados, deverão ser os programas de habitação social a responder aos problemas de alojamento identificados no diagnóstico do sector. Ora, os programas existentes - em execução ou a lançar de imediato - perfazem, como se referiu, 250 novos fogos o que impõe a continuidade do programa social de habitação.

Nesta perspectiva o município, enquanto parte envolvida na promoção pública da habitação, orientará a sua intervenção seguindo dois vectores estratégicos:

- i) promoção de novas habitações para estratos carenciados tendo por objectivo o realojamento de parte das famílias habitando em barracas, armazéns, anexos, construções em perigo de ruína e em coabitação;
- ii) incentivo à recuperação/reabilitação de alojamentos em mau estado de conservação ou não dispendo de condições mínimas de habitabilidade, assegurando a cobertura de equipamentos e infraestruturas básicas.

Para o dimensionamento destas duas componentes pode considerar-se que:

- a) quanto à componente recuperação/reabilitação, ela poderá interessar cerca de 50 por cento das 709 famílias vivendo em habitações deficientes ou seja cerca de 355 fogos a uma família por fogo;

b) quanto à componente novas habitações temos :

i) o saldo das famílias actualmente instaladas em condições deficientes construído da seguinte forma:

(1) Número total de famílias a realojar	709
(2) Famílias a realojar pelos programas em curso	250
(3) Famílias a realojar por recuperação/reabilitação de alojamentos	355
(4) Saldo de carências a cobrir $(4)=(1)-(2)-(3)$	104

ii) novas necessidades a satisfazer para cobertura da procura total estimada, obtidas através do seguinte balanço:

(1) procura global estimada	1428 fogos
(2) para famílias instaladas em condições deficientes	709 fogos
(3) Saldo a satisfazer $(3)=(1)-(2)$	719 fogos
(4) Previsão de procura satisfeita no mercado de arrendamento ou venda $(4)=2/3$ de (3)	480 fogos
(5) Saldo a satisfazer $(5)=(3)-(4)$	239 fogos

iii) necessidades decorrentes de situações de desastre e de alojamento transitório de agentes ligados à administração (ensino, saúde, etc.) - 36 fogos

Significa isto que os novos programas de habitação social a lançar na vigência do PDM serão dimensionados para um total de 380 fogos correspondente, por arredondamento, à soma das três parcelas antes indicadas.

No âmbito deste programa será ainda feito o estudo das rendas sociais a praticar nestas novas habitações ajustando-as à estrutura do rendimento familiar e às características do agregado familiar e dos fogos. Os elementos sócio-habitacionais constantes das fichas individuais de procura, constituem uma primeira aproximação aquele estudo que representará um instrumento para a negociação institucional que viabilize o acesso dos estratos mais carenciados à habitação.

No domínio da oferta de solos, o município dispõe de terrenos disponíveis, tanto em áreas urbanas como nas zonas rurais (nomeadamente áreas de baldios), que apresentam condições de utilização satisfatórias para a construção das habitações necessárias. A localização destas obedecerá às orientações de ordenamento urbano tendo, nomeadamente, a preocupação de contribuir para o fecho da malha de aglomerados urbanos de dimensão intermédia por forma a dar coerência à ocupação desses núcleos e evitando a disseminação dos alojamentos, a qual acarreta custos acrescidos em matéria de equipamentos e infraestruturas.

IV - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1 - ENQUADRAMENTO GERAL

O ordenamento do território do concelho de Peniche tem como suporte os estudos efectuados na primeira fase do PDM bem como a consideração dos objectivos e estratégias de desenvolvimento referidos no âmbito do presente relatório.

As medidas propostas para o ordenamento do concelho têm expressão mais directa nas plantas de condicionantes e de ordenamento e no regulamento.

As plantas de condicionantes registam os condicionamentos e restrições de uso do solo, nomeadamente servidões e áreas de protecção. A planta de ordenamento propõe a afectação do solo a usos dominantes tendo em conta as suas potencialidades e características próprias e a estratégia de desenvolvimento do concelho preconizada, nomeadamente quanto à rede urbana, indústria, turismo, património, infraestruturas e agricultura.

O regulamento, peça essencial na gestão do uso do solo, estabelece em complemento das plantas de condicionantes e de ordenamento, as regras gerais e específicas a que devem obedecer todos os processos de transformação do uso do território concelhio, explicitando os mecanismos de protecção e salvaguarda dos valores naturais e edificados existentes, incluindo as infraestruturas, e propondo as regras a que deve conformar-se a edificabilidade em todo o concelho de Peniche.

1.1 - LINHAS GERAIS DA PROPOSTA DE ORDENAMENTO

A proposta de ordenamento do concelho de Peniche assenta em dois vectores fundamentais:

- A definição dos perímetros urbanos dos núcleos principais e secundários criando condições para o desenvolvimento e equilíbrio da rede urbana.
- A qualificação dos restantes solos por forma a salvaguardar os valores naturais e económicos que lhes estão associados, designadamente através da definição dos limites da Reserva Ecológica Nacional e dos solos de vocação agrícola e florestal, mas criando condições para a requalificação dos pequenos aglomerados, bem como para a expansão das áreas industriais.

Complementarmente, em contrapartida da delimitação dos perímetros urbanos e áreas de expansão respectivas, assume-se a directriz de restringir ou conter a expansão dos pequenos núcleos rurais e dispersos como condição para a valorização do modelo proposto.

As análises efectuadas mostram, a todos os títulos, o desequilíbrio da rede urbana actual com a concentração de população e funções principais na cidade de Peniche que acolhe cerca de 60% da população total do concelho.

Este facto incontornável só tem como contrapartida a limitação geográfica óbvia da expansão da sede do concelho e a necessidade de criar condições para a expansão e desenvolvimento dos restantes núcleos. Destes, avultam, por razões de peso demográfico e características próprias, as sedes das freguesias de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra d'El-Rei que se propõe constituírem a rede urbana secundária do concelho, com destaque especial para Atouguia da Baleia, cujas condições de localização e de estrutura fornecem a sua eleição como principal pólo urbano secundário.

Para além desta ideia central, no que respeita à rede urbana, a proposta de ordenamento consagra ainda perspectivas de reordenamento das aglomerações costeiras, de alguns dos principais núcleos rurais e a abertura, para efeitos de desenvolvimento industrial e turístico, de novas áreas de expansão. Salienta-se, no caso da indústria, o favorecimento de Atouguia da Baleia e Serra de El-Rei como pólos alternativos e complementares de Peniche; no caso do turismo, a definição de áreas de desenvolvimento turístico na costa sul (S. Bernardino e Consolação) e na costa Norte (Baleal) correspondendo a áreas já comprometidas em estudos anteriores e onde importará, sobretudo, apostar na possibilidade de conseguir padrões qualitativos mais adequados às perspectivas do concelho nas fases de desenvolvimento dos respectivos projectos.

2 - CONDICIONANTES FUNDAMENTAIS

No âmbito da proposta de ordenamento, a estruturação proposta teve em conta, no essencial, para além dos aspectos já referidos de articular uma política consistente de desenvolvimento urbano, industrial e turístico, a salvaguarda e integração eficaz dos valores do património natural e edificado. Estes valores, consubstanciados no património urbano e arquitectónico mas também nas redes de infraestruturas instaladas ou a instalar e nos domínios da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, foram objecto de avaliação e registo, estando consagrados nas cartas de condicionantes e constituindo referência fulcral na definição da disciplina de uso e ocupação do território.

2.1 - VALORES URBANOS E ARQUITECTÓNICOS

Na carta de ordenamento bem como na carta de condicionantes e cartas complementares, referem-se os valores fundamentais nestes domínios, nomeadamente o património classificado, propondo-se no plano regulamentar, para além das peças e áreas já classificadas, a referenciação de um outro conjunto de valores concelhios que importa salvaguardar e proteger. Trata-se, no essencial, de um conjunto de valores arquitectónicos que estruturam a identidade concelhia, integrando, para além de edifícios singulares, a zona histórica da cidade de Peniche e os núcleos antigos de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra de El-Rei. Para além das servidões já constituídas e em articulação com os valores do património histórico e cultural, o que se propõe, no plano estratégico e regulamentar, é a definição de um conjunto de medidas restritivas e de salvaguarda, visando nomeadamente a preservação da imagem urbana dos núcleos tradicionais e a sua recuperação enquanto parcelas essenciais da identidade concelhia.

2.2 - INFRAESTRUTURAS

No âmbito das condicionantes fundamentais do Plano Director Municipal situam-se também as infraestruturas, cujas servidões se encontram reguladas, havendo sobretudo que constituir no âmbito do PDM, um referencial de consulta fácil, onde seja possível a leitura integrada de todos os condicionamentos daí decorrentes, nomeadamente os que dizem respeito às redes viárias, de saneamento básico, de energia e telecomunicações. O referencial assim organizado integra não apenas os elementos respeitando às infraestruturas existentes como também àquelas que estão em projecto ou em vias de execução (IP6 por exemplo) e, igualmente, àquelas cuja execução é proposta no âmbito do PDM. Relevam-se neste último caso, sobretudo, as que dizem respeito aos sistemas de tratamento de águas residuais e à rede viária.

2.3 - RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

De entre as condicionantes para o ordenamento do território assume particular importância a definição da Reserva Agrícola Nacional (RAN) que se apresenta no Desenho PDP/351-I.3.

A legislação sobre a RAN define com grande detalhe os tipos de solos que são obrigatoriamente incluídos nessa reserva e na delimitação a que se procedeu, em estreito diálogo com os serviços da DRARO e com a Comissão Regional da Reserva Agrícola, houve o cuidado de respeitar muito escrupulosamente aquelas determinações legais.

Assim, porque para o concelho de Peniche se dispunha já de uma carta de capacidade de uso dos solos publicada pelos serviços do Ministério da Agricultura, a reserva agrícola no concelho foi definida por forma a incluir as manchas de solos ou as suas parcelas que obedecem simultaneamente aos seguintes critérios:

- a) quanto à classe de uso de solo, manchas em que se verifique uma das duas seguintes condições:
 - i) manchas compostas exclusivamente por solos da classe A ou da classe B, por si só ou conjuntamente, ou em que os solos daquelas duas classes representem, conjuntamente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da sua superfície total;
 - ii) manchas que, não correspondendo ao critério anunciado em i) acima referido, correspondem no entanto a solos em que foram feitos melhoramentos que os tornaram solos de grande produtividade em horticultura semi-intensiva.
- b) quanto à dimensão, manchas que por si ou associadas a outras correspondam ao critério definido em a) e lhe sejam directamente contíguas representem mais de cinco hectares de terreno.
- c) quanto ao seu posicionamento no esquema de ordenamento previsto,¹ manchas ou suas parcelas que não caiam no interior dos perímetros definidores de:
 - áreas urbanas ou de expansão urbana;
 - áreas de desenvolvimento turístico especial.

¹ Em relação a este critério houve sempre a cautela de, quando possível, definir quer as áreas de expansão urbana quer as áreas de uso condicionado, por forma a se minimizarem as áreas de solos das classes A e/ou B que por esta via, devessem ser desafectadas da RAN.

Com a aplicação destes critérios construiu-se a Carta de RAN, Desenho PDP/351-I.3, em que são também incluídos, por corresponderem ao critério definido em ii) da alínea a), os solos da mancha situada a norte da linha Baleal-Ferrel, solos que correspondem a uma área de grande expansão das culturas hortícolas, nomeadamente de cenoura.

2.4 - RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para o concelho de Peniche, pretende atender a critérios e objectivos estabelecidos nos Decretos-Lei nº 93/90 de 19 de Março e nº 213/92 de 12 de Outubro, procurando definir as áreas que deverão ficar submetidas a este regime, de acordo com as orientações propostas pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT).

A carta onde são apresentadas as áreas propostas como integrantes da REN, Desenho PDP/351-I.4, tem por base as cartas do Serviço Cartográfico do Exército (cadastrais), à escala 1:25 000, designadamente as cartas nºs 337 e 349 de onde se destacaram os elementos de ordenamento de maior importância concelhia, como sejam: as principais estradas, os cursos de água mais significativos, as áreas de ocupação existente e prevista (aglomerados urbanos, rurais e respectivos perímetros urbanos, áreas industriais e turísticas). Foram também utilizadas informações cartográficas cedidas pelo Instituto Hidrográfico.

De acordo com o anexo I do Decreto-Lei já citado (DL nº 93/90 de 10/3), foram definidas áreas correspondentes a ecossistemas fundamentais, de características ecológicas específicas, diferenciadas em termos cartográficos em zonas costeiras, zonas ribeirinhas (águas interiores) e zonas declivosas.

De salientar que a delimitação das áreas de REN procurou ajustar os limites a referências existentes, por forma a permitir uma melhor definição e consequente gestão das áreas a condicionar (encontrando fronteiras físicas como estradas, caminhos, curvas de nível, acidentes morfológicos, áreas construídas, etc.):

- Zonas costeiras

Para a arribas arenítica do norte do concelho, considerou-se a diferenciação entre a praia e a arriba com a respectiva faixa de protecção, com uma largura total de cerca de 500 m. O

sistema dunar associado à costa norte tem também expressão na zona entre o Baleal e Peniche, transpondo mesmo a EM 578 que se desenvolve paralelamente à linha da costa.

No que concerne à arriba da península de Peniche, definiu-se a faixa possível em função da ocupação urbana actual pelo que aí a área de REN proposta corresponde apenas, grosso modo, à área exterior à estrada marginal existente e à área envolvente do farol do Cabo Carvoeiro.

A sul da Península também se assinala uma zona dunar que se estende até à Consolação, a partir de onde se estabelece os 200 m como largura razoável para a zona costeira do sul do concelho.

A área compreendida entre a linha de costa e a batimetria dos 30 m, na qual se integram algumas ilhas e ilhéus, das quais se salienta a Ilha das Pombas, o Ilhéu de Fora e a Pedra da Náu, constitui igualmente parte integrante da Reserva Ecológica. O sistema de ilhas e ilhéus associados às Berlengas e aos Farilhões são também considerados como áreas pertencentes à REN, assim como a zona envolvente até ao limite marcado pela batimetria dos 30 m.

- Zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento

São considerados os leitos dos principais cursos de água e as zonas adjacentes por se tratarem de áreas ameaçadas por cheias, segundo os critérios definidos através da altimetria e dos solos da região.

No rio S. Domingos, onde já se encontra implantada a barragem de S. Domingos, os limites de delimitação da REN, além de incluírem a área compreendida entre a cota correspondente ao nível de máxima cheia de albufeira, abrange igualmente uma faixa de protecção estabelecida entre o citado nível de máximo enchimento e a cota 50, ou caso esta cota se encontre a menos de 100m do nível de máximo enchimento, considera-se como faixa de protecção mínima estes mesmos 100m.

Além do rio S. Domingos assinalaram-se também os cursos de água de maior importância, entre os quais:

- rio de Ferrel
- rio de Carnide
- ribeira de Vale Silvados

Assim como as cabeceiras dos cursos de água mais importantes do regime hidrico do concelho, a saber:

- ribeira de Valmude
- ribeira de Vale Bem Feito
- rio de Vale dos Cavalos

A vasta zona para norte e leste de Ferrel apresenta características de infiltração máxima, assim designada por se tratar da área de alimentação de um freático sub-superficial que é essencial para a manutenção de fâcies agrícola da zona a norte de Ferrel.

Também os antigos terraços quaternários existentes no concelho, nomeadamente a oeste da EN 247, por constituírem áreas de infiltração máxima, se encontram identificados e incluídos na REN.

- Zonas declivosas

A morfologia geral do território do concelho caracteriza-se pela presença de declives bastante suaves, sem acentuados acidentes orográficos.

No entanto, integram-se como pertencentes a REN as áreas próximas do Vale Godão, a zona a SE da Bufarda a as áreas a montante do rio Ferrel, quer pelo facto de constituírem zonas onde os declives são mais significativos, como também por se tratarem de áreas associadas ao sistema hídrico da região, sobretudo a vales estreitos.

Em relação aos perímetros de expansão urbana estabelecidos para os aglomerados populacionais, considera-se como não incluídas na REN as zonas actualmente ocupadas, designadamente: na Consolação, S. Bernardino, Ferrel, Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei e Baleal. De igual modo se exclui deste regime condicionante as áreas para onde se projectam infraestruturas (zona industrial e ETAR's) e uma zona reservada a compromissos turísticos.

Assim, a REN compreende as áreas que pelas suas características fisiográficas constituem ecossistemas sensíveis, excluindo as zonas que, quer pela sua actual ocupação como pela sua vocação ou por compromissos estabelecidos, se desafectam deste regime condicionante.

A demarcação nas cartas da zona reservada para a implantação de uma marina oceânica, ainda que não se considere de momento qualquer desafecção por não existir projecto final com a delimitação da área necessária à sua exploração, visa a chamada de atenção para esta obra que se irá realizar e que representa uma importante infraestrutura para o desenvolvimento turístico do concelho e da região em geral.

As áreas demarcadas nesta Carta de REN - já aprovada em reunião da Comissão Nacional da Reserva Ecológica de 16 de Março de 1994, segundo Comunicação nº 370/CNREN/94 de 12 de Julho de 1994 do ICE sobre a Delimitação da REN, Processo D/152 - ficam assim abrangidas pelo disposto nos D.L. nº 93/90 de 19 de Março e D.L nº 213/92 de 12 de Outubro.

A carta com a delimitação da REN do concelho de Peniche, Desenho PDP/351-I.4, poderá ser consultada, sendo disponibilizada a obtenção de cópias, na Câmara Municipal de Peniche, assim como na DRARNLVT - Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, onde ficarão depositados os respectivos originais.

3 - REDE URBANA

Na proposta de ordenamento, Desenho PDP/351-II, assume-se a questão da hierarquia da rede urbana no plano de dimensionamento das áreas de expansão como no de reorganização dos sistemas de acessibilidade. Assim, para além da definição dos perímetros urbanos da cidade de Peniche e dos núcleos de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra de El-Rei, articulou-se um conjunto de propostas de reconversão da rede viária que têm sobretudo que ver com a criação de melhores condições de tráfego e acessibilidade, potenciando simultaneamente a futura existência do IP6, cujo nó terminal se propõe situado no Alto da Seixeira, junto a Atouguia da Baleia.

3.1 - REDE URBANA PRINCIPAL E SECUNDÁRIA

a) Peniche

A definição do perímetro urbano de Peniche corresponde ao território natural da cidade, instalada numa península bordejada por via perimetral, e integra no seu domínio as áreas já ocupadas ou comprometidas, nomeadamente toda a zona da Prageira e a faixa sul da península, entre o caminho do Cabo e a estrada litoral. Para além destas zonas o perímetro urbano proposto, integra as faixas a Sul e a Norte da estrada dos Remédios, eixo tradicional das ligações ao Cabo Carvoeiro e que já hoje é suporte de ocupação linear, preservando como zonas de interesse natural e paisagístico todo o bordo da plataforma peninsular e ainda a área envolvente da ponta do Cabo Carvoeiro, no extremo ocidental, formação de excepional interesse natural.

A expansão da cidade e a perspectiva de saturação do seu território natural, supõem não só a abertura de condições para o crescimento urbano alternativo dos núcleos secundários como, igualmente, a ponderação dos reflexos estruturais desse crescimento sobre o conjunto das redes de infraestruturas e equipamentos instalados e nomeadamente a própria transferência das funções centrais da cidade (serviços, equipamentos).

Nesse sentido parece útil reforçar duas vertentes essenciais no processo de evolução urbana. Em primeiro lugar a defesa e valorização da zona histórica de Peniche, como de resto se propõe no articulado do regulamento, promovendo uma adaptação das estruturas e tecido urbano existente sem perda de identidade mas

capaz de se adaptar a novos e melhores usos; em segundo lugar organizando a expansão urbana em torno dos grandes eixos já delineados no centro da área urbana e promovendo as ligações Leste-Oeste, eixos que deverão ser o suporte não apenas das relações de tráfego mais intensas no interior do tecido urbano mas também o elemento de articulação com as novas redes de equipamentos e serviços que hão-se servir a cidade.

b) Ferrel

O núcleo de Ferrel que se estende ao longo da estrada até Casais do Baleal constitui um dos exemplos, no concelho, da ambivalência dos pequenos núcleos costeiros entre as funções de suporte da vida rural e o apoio, na época balnear, às actividades turísticas. As flutuações brutais de uso e ocupação no Verão não têm como contrapartida muito mais do que uma certa expansão do parque habitacional, sem contribuições decisivas para a reestruturação e equipamento do sistema urbano. O reconhecimento deste facto levou já a Câmara Municipal a lançar a execução do plano de urbanização do Baleal que integra apenas a área a poente de Ferrel, visando criar condições de resposta para a procura crescente de habitação e equipamentos turísticos num quadro mais integrado.

O perímetro agora proposto assume a necessidade de consolidar a área de Ferrel e estabelecer um nexó orgânico entre o núcleo mais antigo e a zona de expansão de Casais do Baleal. Como peça essencial desta estruturação, é proposta uma variante à EN 578, já hoje muito comprometida e bordejada de edificações e que permitirá um melhor escoamento do tráfego em condições de fluidez e segurança mais adequadas.

c) Atouguia da Baleia

O núcleo de Atouguia da Baleia constitui, no quadro das propostas efectuadas no âmbito do PDM, o principal núcleo secundário da rede urbana concelhia. Pela sua localização próxima de Peniche, bem como pela associação à área industrial adjacente proposta, constitui-se em alternativa e complemento do crescimento urbano da sede do concelho, mantendo todas as virtualidades de uma localização central no contexto do território municipal e, bem assim, as que decorrem de uma articulação com as redes de infraestruturas principais extremamente favorável.

Os limites de expansão propostos têm a enquadrá-los, como razão directa, a barragem de S. Domingos a Nascente, o IP6 a Sul, a EN 247 a Poente e as terras baixas agrícolas a Norte.

d) Serra de El-Rei

O núcleo urbano da Serra de El-Rei é, de entre os que constituem a rede urbana secundária, aquele que mais sinais de "erosão" apresenta. Estes sinais são patentes na degradação do património edificado, inclusivamente o da sua área central, na perda de referências urbanas em face do modo de transporte motorizado, na quase ausência de elementos estruturadores ou referenciadores em termos de imagem e funcionamento do sistema urbano.

Esta crise está relacionada com o isolamento da Serra mesmo no contexto concelhio e com a falta de dinamismo das actividades económicas tradicionais. Assim, não obstante estes sinais negativos, entende-se, no plano de uma estratégia vitalizadora da rede urbana, propiciar áreas para expansão e reconversão do sistema urbano, associando também aqui, a exemplo do que é proposto na Atouguia, a localização de uma nova área industrial que permita a expansão e crescimento das unidades já instaladas (Carpintarias e Cerâmicas) bem como a reconversão ou fixação de novas empresas, explorando a tradição local naqueles sectores e a relativa facilidade de serviços em infraestruturas. Neste último aspecto, há que referir, para além do serviço da EN 114, a possibilidade (desejável) de estabelecer, nas proximidades da Serra de El-Rei, um nó de acesso ao IP6 que funcionaria como complemento dos sistemas já previstos e dos quais apenas se conhecem o nó terminal (Atouguia - Alto da Seixeira) e o nó da Dagorda.

3.2 - OUTROS NÚCLEOS A DESENVOLVER

Para além da rede principal e secundária e por razões estratégias diferentes, a proposta de ordenamento prevê ainda a expansão e reestruturação urbana de um outro conjunto de aglomerados que são Coimbra e Casais Brancos, na faixa central do Concelho junto à EN 114, Casais de Mestre Mendo, na zona interior Norte e na orla do Pinhal da Câmara, Bufarda no extremo Sul do Concelho e as aglomerações da Costa Sul:

- Consolação - Estrada
- Bernardino - Geraldês - Casais do Júlio

a) Coimbrã, Casais Brancos

As propostas de definição de perímetros urbanos e de áreas de expansão destes dois núcleos correspondem à estratégia municipal de bloquear os processos de expansão linear ao longo da EN 114 estabelecendo contrapartidas para este tipo de ocupação, geralmente de baixa densidade e em habitações unifamiliares, em zonas mais afastadas da EN e articuladas com núcleos existentes.

b) Casais de Mestre Mendo

Trata-se de um pequeno núcleo rural, hoje afastado das grandes pressões urbano-turísticas patentes sobretudo na orla costeira e cuja vocação se pretende esteja associada, sobretudo, ao crescimento de uma oferta turística diferente, mais ligada aos valores naturais da terra e do interior, se bem que desfrutando das excepcionais condições panorâmicas do local bem como da efectiva proximidade do litoral e das praias.

c) Bufarda

Trata-se do núcleo rural mais importante da faixa Sul do concelho, cujo papel se pretende ver mais alargado enquanto referência urbana e sede de equipamentos e serviços com influência em toda a faixa Sul do território. Boihos, Ribafria, Casal Foz, Alto do Veríssimo, Casais do Júlio e mesmo Geraldês, constituem uma franja de pequenas aglomerações que poderão funcionar na órbita deste núcleo rural, cuja expansão pode de resto ser favorecida, ainda, pela natureza e características estruturais muito simples do núcleo actual bem como pelas características morfológicas favoráveis das áreas envolventes e cuja integração urbana se propõe.

d) Consolação - Estrada

A aglomeração Consolação-Estrada inclui, no seu seio, o lugar de Relva Longa e é o exemplo acabado do processo de crescimento espontâneo de pequenos lugares que, por pressão exógena, se vão transformando até perder sentido a sua raiz primitiva. O pequeno lugar da Consolação cresceu no último decénio de forma explosiva, mantendo-se o núcleo primitivo, hoje, como mera excrescência de um enorme conjunto de habitações turísticas que se localizaram a Norte e ao longo da estrada de acesso à ponta da Consolação (CM 1404).

O lugar da Estrada, já integrado com a Relva Longa, foi crescendo mais lentamente mas, ainda assim, ganhando cada vez mais espaço na aproximação à Consolação, por força de se constituir, como é natural, em alternativa secundária na resposta à pressão para o desenvolvimento da Consolação. A ausência de um plano eficaz no estabelecimento de uma disciplina urbanística e a conformação do crescimento à medida exacta de cada um dos interesses parcelares que foram sendo mobilizados, geraram um sistema urbano desequilibrado, carecido de um sentido e de valores que a paisagem natural e o interesse concelhio justificariam.

Nesta medida, a proposta integradora que se apresenta, pretende assumir as virtualidades do lugar e criar o campo (espaço) indispensável às profundas alterações de âmbito estrutural que a reconversão urbanística exigirá.

e) S. Bernardino - Geraldês - Casais do Júlio

As considerações feitas a propósito da Consolação-Estrada podem aplicar-se quase directamente ao problema desta aglomeração, em que a tendência para a interpenetração dos diversos lugares é idêntica. O que pode referir-se como diferente, neste caso, é a maior persistência, em S. Bernardino e Geraldês, das características dos núcleos primitivos e a possibilidade, num território mais acidentado, de valorizar de forma mais nítida as descontinuidades e os valores específicos ainda existentes. Em qualquer caso torna-se evidente a vantagem do tratamento integrado da gestão urbanística desta área e o seu estudo mais aprofundado, por forma a rentabilizar infraestruturas, equipamentos e, em geral, o património que constituem os sistemas já instalados.

3.3 - ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ESPECIAL

No quadro das realidades que se defrontam no concelho de Peniche é notória a fraca qualidade da oferta em equipamentos turísticos e, perante a fragilidade dos sistemas urbanos, a dificuldade em enquadrar nestes, à excepção da sede do concelho, iniciativas turísticas com expressão significativa no plano da qualidade. Neste sentido, a proposta de ordenamento consagra áreas de desenvolvimento turístico especial na faixa costeira, fora dos núcleos urbanos existentes, destinadas a integrar, de forma controlada e sob a égide do Decreto-Lei 328/86 e legislação complementar, empreendimentos turísticos que permitam efectivamente ultrapassar o panorama muito limitado da actualidade.

Este objectivo poderá ser integralmente cumprido nas áreas da Costa Sul, sendo certo que a área a Norte de Peniche já se encontra, na quase totalidade, comprometida com estudos urbanísticos aprovados para os quais resta, somente, a capacidade municipal de diálogo com os promotores no sentido de fazer vingar ideias de qualidade e uma estruturação de equipamentos que ultrapasse a mera construção de habitações de férias.

3.4 - ÁREAS INDUSTRIAIS

A actual concentração de indústrias na zona urbana de Peniche e na sua recente expansão para a Prageira, na periferia do Porto, constitui um factor de dificuldade na melhoria das condições de vida da cidade e no funcionamento dos sistemas fundamentais de infraestruturas.

Admitindo-se o possível crescimento e diversificação do tecido industrial, elegeram-se dois novos núcleos de fixação destas actividades como os que reuniam melhores condições não apenas para localização de novos estabelecimentos como também para a conversão ou transferência de unidades mal instaladas ou a carecer de expansão.

A área de Vale do Grou, junto à Atouguia da Baleia, reúne por excelência a condição de alternativa à zona urbana de Peniche e lugar para novas indústrias. Integra, além disso e desde já, algumas unidades industriais no perímetro proposto, valorizando cumulativamente a estratégia de desenvolvimento do principal núcleo da rede urbana secundária - Atouguia da Baleia.

Por outro lado, do ponto de vista das acessibilidades, da disponibilidade em água e energia, encontra-se na confluência dos principais sistemas viários do concelho e regionais (IP6), o que reforça as vantagens da localização proposta.

A segunda área industrial, consagrada na carta de ordenamento, situa-se junto a Serra de El-Rei, constituindo uma extensão de um pequeno núcleo já instalado que integra uma unidade cerâmica e carpintaria. A área industrial da Serra de El-Rei surge não apenas como oportunidade para a previsível expansão do sistema industrial já instalado mas também como alternativa necessária à concentração de actividades na órbita directa da rede do concelho. Trata-se também, adicionalmente, de dar espaço para corporizar iniciativas nos sectores tradicionais desta zona (indústrias de madeira, cerâmicas) e permitir a fixação de unidades incompatíveis com as características do núcleo da Serra de El-Rei.

4 - PATRIMÓNIO

No âmbito dos estudos prévios elaborados para o Plano Director Municipal fez-se o registo e caracterização exaustiva de todo o património histórico e cultural que foi possível identificar no território concelhio e se apresenta no Desenho PDP/351-I.1.

Agora, na perspectiva do ordenamento do concelho, importa sobretudo reter os aspectos essenciais desses valores e referir todo o conjunto de dispositivos propostos visando a sua salvaguarda e valorização.

Os critérios adoptados foram no sentido de registar e referenciar, na carta de ordenamento, o conjunto dos elementos que já foram objecto de classificação: Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público. Para estes estão constituídas as servidões respectivas e definidos os mecanismos visando a sua salvaguarda.

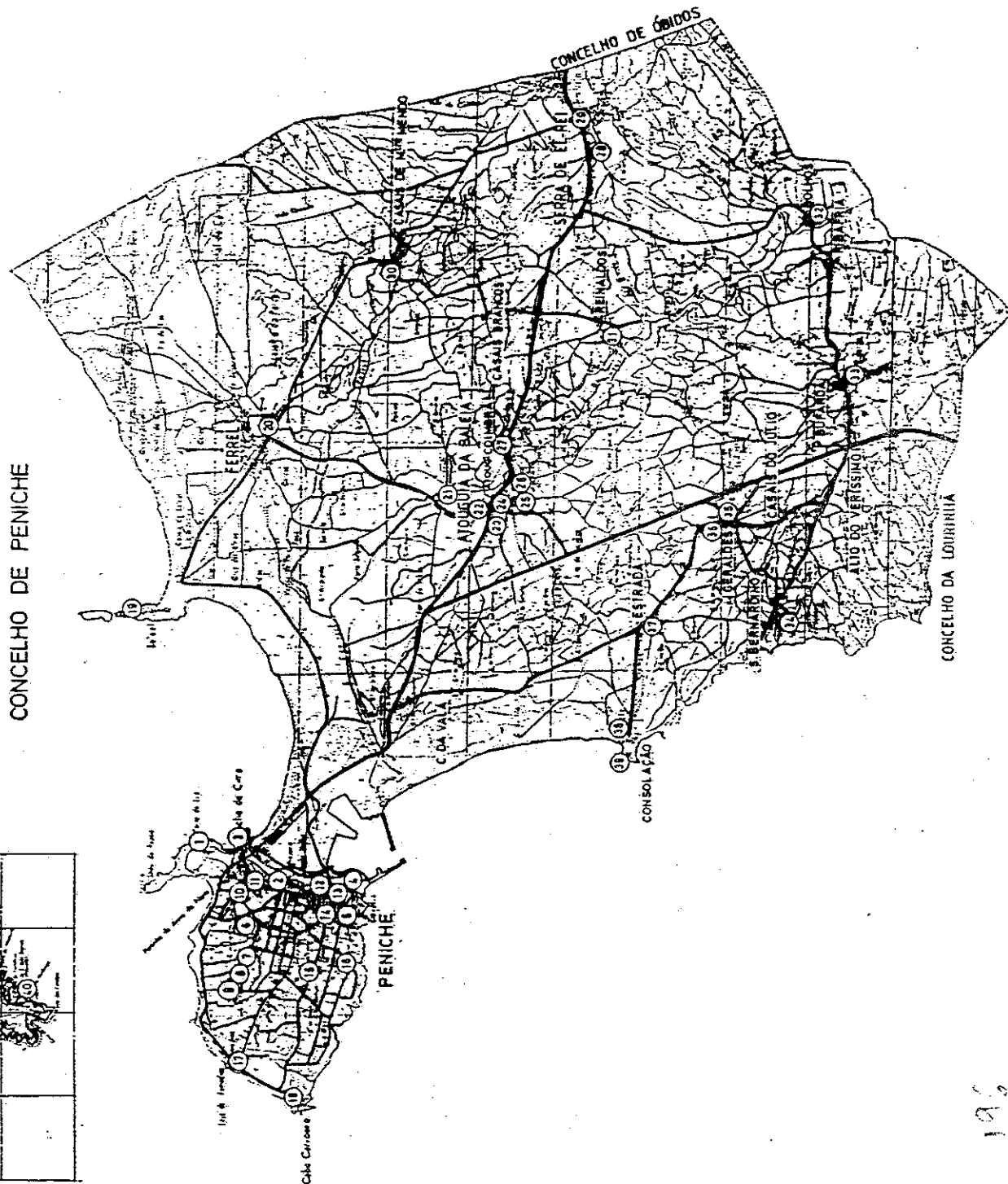
Para além deste conjunto de valores, organizou-se, com base nos estudos e reconhecimento efectuados e em diálogo com os responsáveis autárquicos, uma lista do conjunto de valores a proteger e que constam da carta do património apresentada como peça complementar do plano, e que inclui não só os elementos já objecto de classificação como outros valores de interesse concelhio (ver Fig. IV.4.1) mas também parcelas da área urbana de Peniche (zona histórica) e das áreas urbanas de Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra de El-Rei.

No plano regulamentar propõe-se a adopção de dispositivos visando a salvaguarda e protecção do património identificado bem como um conjunto de normas orientadoras visando a sua valorização, nomeadamente das áreas urbanas referidas e das zonas envolventes das unidades arquitectónicas identificadas.

Os mecanismos propostos (restrição e controle das transformações) supõem além disso a necessária mobilização de recursos, no plano material e dos estudos de pormenor, no sentido de promover, em particular para as áreas urbanas, estudos de salvaguarda e reabilitação donde se destacam, sem dúvidas quanto à sua urgente necessidade, o da zona histórica de Peniche.

PATRIMÓNIO EDIFICADO

CONCELHO DE PENICHE



- [illegible]

5 - INFRAESTRUTURAS

No âmbito da proposta de ordenamento do território, resta referir os aspectos essenciais da organização das redes de infraestruturas cuja conformação se traduz, de forma estruturante, no modelo proposto de uso e ocupação do solo e se representa no Desenho PDP/351-I.1.

Em termos de pormenor, no Capítulo III, foram tratados os aspectos mais salientes da organização do sistema viário e das redes de saneamento básico. Importa aqui salientar, apenas, os aspectos que se prendem com a viabilização do ordenamento proposto.

Rede Viária

Em termos de rede viária, os aspectos essenciais da sua reestruturação, para melhoria das acessibilidades regionais e locais, prendem-se, como já se afirmou anteriormente, com:

- a implantação do IP6;
- a necessidade de implantar algumas melhorias na rede primária municipal e de criar verdadeiras redes secundárias e terciárias.

Relativamente ao primeiro aspecto, a concretização desta obra levará quer a um reajustamento da classificação de algumas vias de comunicação do concelho quer a uma remodelação da sua importância. Ter-se-á ainda que esperar pelo traçado definitivo do IP6, o qual poderá ou não começar na cidade de Peniche, o que terá consequências importantes no futuro ordenamento do território.

No que diz respeito às ligações internas do concelho, as melhorias a fazer corresponderão, em termos de estradas e caminhos municipais, à construção das seguintes variantes:

- ligação do CM 1405 (Consolação) à EN 247
- variante à EM 603 e CM 1407
- variante à EM 578 e ao CM 1407, em Ferrel
- variante à EN 114 em Serra D'El-Rei e Coimbrã
- estrada entre o porto de pesca e a zona industrial

e em termos de caminhos rurais no completar e eventualmente redimensionar esta rede.

Sistema de abastecimento de água

Relativamente ao abastecimento de água às populações, pode-se afirmar que os sistemas previstos já levam em conta o ordenamento proposto para o território do concelho de Peniche, tendo-se considerado, além da provável expansão dos núcleos urbanos principais, a implantação de áreas industriais e de desenvolvimento turístico.

Importa realçar que o balanço das disponibilidades-consumos garantidos pelo sistema de abastecimento de água existente apresenta valores deficitários a partir do ano de 1995 (somente nos meses de Verão). Os sistemas previstos, quer a curto quer a médio prazo, irão tentar dar resposta às solicitações, com especial incidência nas zonas onde se prevê maior acréscimo de consumo (nomeadamente zonas litorais e cidade de Peniche).

Sistema de tratamento de águas residuais

Os sistemas de tratamento de águas residuais previstos têm capacidade suficiente para atender ao substancial aumento dos caudais verificado nos meses de Verão e permitem uma significativa melhoria da situação actual sob os pontos de vista sanitários e paisagísticos.

O tipo de tratamento preconizado utiliza ao máximo as características topográficas e climáticas do território, permitindo uma operação simples e pouco dispendiosa e possibilitando a eventual utilização futura da água tratada em actividades agrícolas.

Recolha e eliminação dos resíduos sólidos

Relativamente à deposição dos resíduos sólidos, a Câmara tem vindo a efectuar na cidade de Peniche a substituição progressiva da deposição em contentores de grande capacidade pela deposição em dispositivos individuais, prevendo estendê-la a outros núcleos urbanos, de maior concentração populacional, medida que muito contribuirá para melhorar os aspectos sanitários e ambientais dos mesmos.

A estação de transferência de resíduos sólidos, que será instalada no concelho, permitirá facilitar e otimizar as operações de recolha e de transporte dos resíduos ao aterro sanitário intermunicipal, além de possibilitar a desactivação da lixeira do pinhal da Câmara, com as consequentes vantagens sanitárias e ambientais daquela zona e áreas envolventes.

Rede eléctrica e de telecomunicações

Relativamente à rede eléctrica, esta irá expandir-se no sentido de responder ao crescimento normal de procura, nomeadamente satisfazendo as necessidades em energia das áreas industriais previstas.

No que diz respeito às telecomunicações, a TELECOM tem previstos programas de trabalhos de ampliação e modernização de infraestruturas, nomeadamente a continuação da montagem de equipamento de comutação digital, que permitirá responder à evolução previsível de procura.

DESENHOS FUNDAMENTAIS